

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RAPHAEL DE JESUS PINTO

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PRÁTICA ESPORTIVA:

o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas

*THE PRODUCTION OF MEANINGS IN THE SPORT:
the discourse of wheelchair rugby practitioners*

CAMPINAS

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RAPHAEL DE JESUS PINTO

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PRÁTICA ESPORTIVA:

o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas

Orientador: Prof. Dr. Edison Duarte

THE PRODUCTION OF MEANINGS IN THE SPORT:

the discourse of wheelchair rugby practitioners

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de bacharel em Educação Física.

Monography presented to the Graduation Programme of the School of Physical Education of University of Campinas to obtain the Bachelor's degree in Physical Education.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA DEFENDIDA POR RAPHAEL DE JESUS PINTO E ORIENTADA PELO PROF. DR. EDISON DUARTE

Assinatura do Orientador

CAMPINAS, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
DULCE INES LEOCÁDIO DOS SANTOS AUGUSTO – CRB8/4991
BIBLIOTECA “PROF. ASDRUBAL FERREIRA BATISTA”
FEF - UNICAMP

P658p	<p>Pinto, Raphael de Jesus, 1986-</p> <p>A produção de sentidos na prática esportiva: o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas / Raphael de Jesus Pinto. -- Campinas, SP: [s.n.], 2013.</p> <p>Orientador: Edison Duarte. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p>1. Rugby em cadeira de rodas. 2. Esportes. 3. Deficientes físicos. Duarte, Edison. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.</p>
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The production of meanings in the sport: the discourse of wheelchair rugby practitioners

Palavras-chave em inglês:

Wheelchair rugby

Sports

Disabled people

Banca Examinadora:

Edison Duarte [Orientador]

Luis Gustavo de Souza Pena

Data da defesa: 30-10-2013

Graduação: Bacharelado em Educação Física

FOLHA DE APROVAÇÃO

**PROF. DR. EDISON DUARTE
ORIENTADOR**

PROF. MS. LUIS GUSTAVO DE SOUZA PENA

PROF. DR. PAULO FERREIRA ARAÚJO

As minhas crianças Thales e Igor
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A viagem pelo mundo acadêmico é algo enfrentado por qualquer indivíduo inserido no mundo universitário. Para alguns, essa etapa pode representar um tempestuoso momento para outros ou uma calma viagem, mas, no geral, observamos a alternância entre estes dois momentos.

Nessa intensa viagem acadêmica diversas pessoas compartilharam comigo sentimentos, angustias, medos e vitórias que não são possíveis de se expressar nessas mal traçadas linhas.

Inicialmente devo agradecer a vida que se manifesta e se materializa nos dizeres e vontades do Criador.

Para além da etiqueta acadêmica devo gratidão ao meu orientador Edison Duarte. Obrigado por me acolher e acreditar nesta minha empreitada acadêmica que se materializa neste trabalho. Agradeço também a Sheila Molchansky, pois sem sua ajuda eu não conseguiria compreender os mistérios envolvidos no Comitê de Ética e Pesquisa e a Andreia da Silva Manzato, bibliotecária da FEF UNICAMP pela contribuição nos trabalhos de normalização técnica da pesquisa.

Gratidão eterna a minha família. Obrigado aos meus pais Ruth e Rudajá, meus irmãos Joelma e Robson e minha avó Eunice, que sempre acreditaram em mim mesmo nos momentos em que o sucesso parecia uma realidade distante. Sem o apoio de vocês, possivelmente este trabalho não se realizaria.

Aplausos a minha turma de graduação “zero nove noturno” FEF/Unicamp que aprendi a admirar e ver a beleza do amadurecimento intelectual e pessoal de todos. Tomando como empréstimo as palavras do professor Levi: “viva a Educação Física noturno”.

Obrigado a FEF – Unicamp, aos professores e funcionários pelo meu amadurecimento intelectual e pessoal. Grato a Sebastião Rodrigues Chagas (Seu Tião) e a Beeroth de Souza (Seu Beeroth) pelas palavras de incentivo e pelas conversas nos momentos de aflição.

Agradeço a oportunidade de ter conhecido e trabalhado no Laboratório de Acessibilidade. Modestos cumprimentos a sua equipe (Fernanda Landim Kruth, Magali O. Arnais e Ana Rosenthal) e Deise Tallarico Pupo (Dona Deise) que me ensinou o

amor pelas diferenças e valor da gratidão e na confiança ao próximo. Aos amigos Wilson Zattera e Fabio Tallarico Pupo, que me mostraram na prática que a acessibilidade transcende o que é expresso em conceitos metodológicos e que as atitudes são determinantes para uma sociedade mais inclusiva.

Aos amigos confidentes Joaquim Nivaldo R. Zafalon, Gisele Campoli, Cristiano Zago D. Garlipp, Vanessa N. Copelli e Erik de Lucca, Carla Carrion e Mariana Pedroso. Obrigado pelo apoio momentos difíceis, pelas risadas e pelas broncas. Obrigado à vida por ter conhecido vocês.

Eterno carinho e gratidão as minhas crianças do projeto “atividades percepto motoras para pessoas com deficiência”, sua equipe e Enia de Cassia Pereira que muito mais que minha supervisora, tornou-se uma grande amiga. Obrigado por confiar e meu trabalho e grato pelos momentos de alegria, proporcionados pelos sorrisos de nossas crianças.

Por fim, agradeço ao projeto de extensão “Rúgbi em Cadeira de Rodas” (seus praticantes e comissão técnica). Espero que eu tenha realizado um trabalho a altura de grandes campeões como vocês realmente são.

PINTO, R. J. **A produção de sentidos na prática esportiva:** o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas. 2013. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RESUMO

As práticas corporais estão cada vez mais presentes na dinâmica social. Motivos para este fenômeno podem ser exemplificados na adoção de hábitos de vida saudáveis, fins puramente estéticos ou recreacionais, sua presença nos currículos escolares, além de incentivos governamentais. Neste cenário, não fica à margem, a pessoa com deficiência. As práticas corporais presentes na dinâmica social carregam em si representações e simbologias que podem legitimar ou contradizer suas realizações pelos sujeitos sociais, sendo assim, a prática corporal é um elemento vinculado ao processo histórico e as condições sociais. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo descrever, interpretar e analisar os vários sentidos atribuídos à prática esportiva por dez participantes do projeto de extensão em rúgbi em cadeira de rodas, que ocorrem na Faculdade de Educação Física da UNICAMP. O estudo é de natureza qualitativa-descritiva e os procedimentos para a coleta de dados ocorreram através de entrevistas gravadas em áudio a partir de um roteiro estruturado. Para a análise dos dados foi utilizada o método “análise do conteúdo”, conforme sistematização descrita por Bardin (2011). A pertinência deste estudo encontra-se na contribuição a escassa produção acadêmica sob o eixo das ciências humanas como meio para se abordar as temáticas “esporte e deficiência”. Na pesquisa constatamos os diversos sentidos que o esporte adquire na vida dos praticantes de rúgbi em cadeira de rodas, demonstrando que o esporte não se reduz a sua prática instrumental ou a apenas a possibilidade de aperfeiçoamento do gesto técnico. O estudo também contemplou os sentidos do esporte para a rede social dos entrevistados. Este estudo também ajudou-nos a compreender melhor as formas nas quais o “diferente” é retratado em sua comunidade. Sendo assim o esporte foi compreendido com fenômeno cultural, ou seja, uma das formas do homem transformar e se manifestar em seu meio.

Palavras-chave: Rúgbi em cadeira de rodas, Práticas esportivas, Deficientes físicos

PINTO, R. J. **Production of meanings in the sport:** the discourse of wheelchair rugby practitioners. 2013. 125 f. Monography (Graduate in Physical Education) - School of Physical Education, State University of Campinas, Campinas, 2013.

ABSTRACT

The corporal practices are increasingly embedded in social dynamics. Among the reasons for this phenomenon may be exemplified in the adoption of healthy lifestyle habits, esthetic, recreational purposes and it has been receiving government incentives beside its inclusion in the school curricula. In this scenario the people with disability are not been excluded. The corporal practices as an element incorporated in the social dynamics brings itself representations and symbols which can justify or contradict their achievements by social subjects, thus, the corporal practices are an element linked to the historical process and social conditions. In this context, this paper intends to describe, interpret and analyze the different viewpoints attributed to sports, according to ten wheelchair rugby players in the extension project in the School of Physical Education at UNICAMP University. The study applied the qualitative-descriptive approach and the procedures for data gathering occurred through audio recorded interviews using structured script. The data analysis was accomplished through the "Content Analysis" methodology according with Bardin's systematization (2011). Our intention in this study is proposing to the scarce academic production in the humanities areas a mean of addressing the theme "Sport and Disability". In this study we became aware of the several meanings that the sport acquire in the life of the wheelchair rugby practitioners, demonstrating that the sport is not reduce to the instrumental practice or only the possibility of improving their technical gesture. The study also considered the images of what the sport means in the social network from the interviewed people. This study also helped us to better understand the ways in which "the different" is portrayed in their community. Thus the sport was understood as a cultural phenomenon, in other words, one of the forms that people can transform and expressing themself in their milieu.

Key-words: Wheelchair rugby, Sports practices, Disabled people

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Práticas corporais e/ou esportivas realizadas no período anterior a lesão medular e a prática de rúgbi em cadeira de rodas.....	56
QUADRO 2	Motivações encontradas para a realização da prática corporal esportiva pelos sujeitos no período anterior à lesão medular.....	59
QUADRO 3	Relação entre as categorias e as ocorrências das motivações encontradas para a realização da prática corporal/esportiva no período anterior à lesão medular.....	60
QUADRO 4	Motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas como esporte adaptado.....	62
QUADRO 5	Relação entre as categorias e as ocorrências das motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas como esporte adaptado.....	63
QUADRO 6	Motivações para a prática do rúgbi em cadeira de rodas no contexto “atual”.....	65
QUADRO 7	Relação entre as categorias e as ocorrências das motivações para a prática do rúgbi em cadeira de rodas no contexto “atual”.....	66
QUADRO 8	Benefícios alcançados pela prática esportiva adaptada.....	69 70
QUADRO 9	Relação entre as categorias e as ocorrências dos benefícios alcançados pela prática esportiva adaptada.....	71
QUADRO 10	As representações da prática esportiva para os familiares dos sujeitos entrevistados (NUCLEO FAMILIAR).....	74
QUADRO 11	Representações da prática esportiva para os outros sujeitos sociais como amigos, conhecidos, colegas de trabalho (NUCLEO OUTROS).....	75
QUADRO 12	Relação entre as categorias e as ocorrências das representações do esporte e o individuo com deficiência para a rede social dos entrevistados (família, amigos, colegas entre outros).....	76
QUADRO 13	Barreiras enfrentadas pelos entrevistados no início de sua prática esportiva.....	79
QUADRO 14	Relação entre as categorias e as ocorrências das barreiras enfrentadas pelos entrevistados no início de sua prática esportiva.....	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEACAMP	Associação de Esportes Adaptados de Campinas
CODESP	Coordenadoria de Desenvolvimento do Esporte
EFA	Educação Física Adaptada
FEF	Faculdade de Educação Física
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com deficiência
RCR	Rúgbi em Cadeira de Rodas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2.1 Na linha do tempo e na sua teia de significados: a historiografia e as questões terminológicas na compreensão das práticas corporais e a pessoa com deficiência...	16
3.1 A dinâmica social e as pessoas com deficiência: uma abordagem conceitual.....	21
3.2 A família e o autoconceito da pessoa com deficiência	26
4 ESPORTE E DEFICIÊNCIA	29
4.1 Um breve olhar sobre o fenômeno esportivo	29
4.2 Abordagem histórico-social do esporte adaptado e do movimento paralímpico ..	30
5.1 A experiência da Faculdade de Educação Física da Unicamp.....	42
6 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	47
6.1 Metodologia e procedimentos.....	47
6.1.2 A análise do conteúdo: uma forma de análise das comunicações.....	49
7 RESULTADOS E ANÁLISES	53
7.1 Implicações metodológicas e os mecanismos para a formação das categorias de análise	53
7.2 O esporte e os indivíduos: suas representações no período anterior a lesão.....	56
7.3 O rúgbi em cadeira de rodas na trajetória do indivíduo com deficiência	61
7.3.1 Sentidos e motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas	61
7.3.2 O rúgbi e o contexto atual: a ressignificação da prática esportiva?	64
7.3.3 Possibilidades proporcionadas pelo rúgbi em cadeira de rodas	67
7.4 As relações sociais e a prática esportiva	72
7.4.1 Esportes e barreiras: o diálogo entre o pessoal e o social	78
8 DISCUSSÃO	82
8.1 O esporte como um meio de interlocução social	82

8.1.1 Corpo, imagens e esporte: uma via de mão dupla.....	82
8.1.2 Esporte, percepção e sensações.....	85
8.1.3 A saúde e a qualidade de vida na prática esportiva.....	89
8.1.4 Implicações do esporte no diálogo do indivíduo e sua realidade.....	93
9 CONCLUSÃO.....	97
9.1 É dez.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	111
ANEXOS.....	113
ANEXO A - Transcrição das entrevistas.....	113

1 INTRODUÇÃO

As práticas corporais estão cada vez mais presentes na dinâmica social. Hipóteses para explicar este fato refletem tanto contextos de ordem pessoal, assim como, aspectos ligados ao poder público. Entretanto as formas de abordar o corpo, as práticas corporais, assim como, o fenômeno esportivo e os conhecimentos produzidos sobre corpo e o movimento sofreram expressivas transformações. Se pensarmos no contexto da pessoa com deficiência outras manifestações virão à luz do debate. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo descrever, interpretar e analisar os vários sentidos atribuídos à prática esportiva por dez participantes do projeto de extensão em rúgbi em cadeira de rodas, que ocorrem na Faculdade de Educação Física da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). O trabalho propõe-se também em observar o fenômeno esportivo como um campo de diálogo e manifestação da pessoa com deficiência em sua comunidade.

Tendo em vista que as imagens das práticas corporais e/ ou esporte para o indivíduo com deficiência, ou não, representam a síntese de um processo histórico e social, torna-se pertinente à prévia contextualização dos fenômenos envolvidos acerca da pessoa com deficiência ao “direito democrático ao movimento”. Desta maneira, o proposto estudo procurou contextualizar, em suas seções iniciais, a vivência das práticas corporais pelas PCD como fator inserido no contexto histórico e social.

Na primeira seção do estudo intitulada “Breves considerações sobre a realização de práticas corporais por pessoas com deficiência” retratamos, sob o ponto de vista histórico e conceitual as questões relacionadas ao universo das práticas corporais realizadas pelas pessoas com deficiência.

Na segunda seção “Algumas considerações sobre as limitações e as possibilidades da pessoa com deficiência no meio social” procuramos situar o indivíduo com deficiência dentro de um contexto mais amplo, pautando a relação da PCD com o a realidade familiar e sua comunidade vigente, inseridos em dada realidade histórica e social.

Adiante, a terceira seção “Esporte e Deficiência” aprofundamos os debates sobre o fenômeno esportivo por meio de um olhar crítico, ou seja, observando as influências do fenômeno olímpico e os fatores econômicos na condução do esporte

adaptado. Por fim, a última seção “Universidade e ambiente social” dissertamos sobre um dos principais ambientes relacionados à promoção e a disseminação do movimento esportivo adaptado, que são as instituições de ensino universitário.

Com relação aos trabalhos nacionais realizados sobre Educação Física e esporte adaptado, as pesquisadoras Van Munster, Rossi e Fernandes (2012) em pesquisa ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) constataram a hegemonia dos grupos de estudo de Atividade Física Adaptada sob o eixo das ciências da saúde além da predominância de temas ligados às ciências do exercício e ao esporte adaptado com aporte das ciências médicas. Nessa direção, no meio acadêmico, está consolidado os benefícios do esporte para esta população, entretanto poucos estudos procuram transcender a promoção de saúde por meio do movimento.

Não queremos questionar a importância destes trabalhos no cenário acadêmico, entretanto deve se salientar a necessidade de estimular as pesquisas relacionadas às ciências humanas, envolvendo as práticas corporais e a PCD, pois, estes trabalhos contribuem para se (re)pensar da ação profissional dos professores e até mesmo dos praticantes de esporte adaptado, assim como, são meios de observação da produção, concepção, promoção e (re)produção das práticas corporais consideradas legítimas para esta população em dada realidade social. Sendo assim, os estudos em humanidades proporcionam a observação que transcende a materialidade biológica do atleta, levando-nos a conhecer a “mão invisível” que move e justifica a ação do indivíduo no mundo das práticas esportivas adaptada.

Durante a pesquisa tomou-se conhecimento das diversas possibilidades que o fenômeno esportivo proporcionou na vida dos praticantes de rúgbi em cadeira de rodas, demonstrando que a modalidade esportiva não se reduz a sua prática instrumental ou apenas na possibilidade de otimização do gesto técnico, mesmo que a prática esteja relacionada ao esporte de rendimento. O estudo também contemplou as imagens da modalidade para a rede social dos indivíduos, fator que demonstra os sentidos que o esporte para o deficiente ocupa para os não praticantes e/ou pessoas sem deficiência. Este fator foi importante, pois contribuiu para se compreender as formas que o “diferente” e sua prática esportiva são retratados em sua comunidade.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS CORPORAIS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

A realidade de hoje, foi o sonho de ontem;
o sonho de hoje, será a realidade de amanhã;
e em todas as épocas zombou-se dos sonhadores...
Zákind Piatigórsky (apud DANTAS, 1977, p. 86)

A atividade física, o esporte e o exercício físico estão cada vez mais incorporados na dinâmica social. Hipóteses para explicar este fenômeno expressam-se em fatores como a adoção de hábitos de vida saudáveis, fins estéticos em resposta as demandas da indústria cultural, a inserção e reconhecimento das práticas corporais no contexto escolar e os incentivos governamentais no âmbito das políticas públicas de incentivo ao esporte e ao lazer.

Com relação ao quadro inicial apresentado, assim como, a população em geral, devemos destacar também o aumento da participação das pessoas com deficiência (PCD) no universo das práticas corporais. Entretanto apenas ter ciência da popularização das práticas corporais pelos mais diversos setores sociais não é o suficiente para se compreender este fenômeno, em especial, deste movimento com relação às PCD.

As raízes historiográficas e os conceitos e terminologias empregados neste universo tornam-se importante ferramenta para se tentar buscar a compreensão acerca das mudanças ocorridas no cenário social atual.

2.1 Na linha do tempo e na sua teia de significados: a historiografia e as questões terminológicas na compreensão das práticas corporais e a pessoa com deficiência

A questão terminológica foi o primeiro fator relevante observado na bibliografia analisada. O primeiro ponto a chamar a atenção durante a leitura foi o fato de não existir um consenso na nomenclatura das práticas corporais realizadas pelas PCD.

Na pesquisa bibliográfica sobre o tema, foram encontradas as seguintes

denominações: Educação Física Corretiva, Educação Física Preventiva, Educação Física Ortopédica, Educação Física Terapêutica, Ginástica Médica, Ginástica Especial Educação Física Especial, Educação Física Desenvolvimentista, Ginástica Escolar Especial, Educação Física Modificada, Educação Física Adaptada e Educação Motora Adaptada.¹

Lima (2005) em uma análise investigativa identificou na atualidade as terminologias utilizadas no ensino superior do país, que são: Educação Física Adaptada, Educação Física Especial, Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais, Atividade Física Adaptada, Atividade Motora Adaptada, Educação Física Diferenciada, Educação Física para Diferenciados.

Duarte (2004, apud GOMES, 2007) menciona que existe um consenso com relação à utilização dos termos Educação Física e Atividade Física. O primeiro termo está relacionado ao ambiente educacional formal, enquanto o segundo envolve objetivos não educacionais. Entretanto o interesse do trabalho são as práticas corporais e as PCD, independente do local na qual esta se concretiza.

Mauerberg-de Castro (1992) destaca que o termo mais utilizado e conhecido no Brasil é “Educação Física Adaptada” (EFA), devido as investigações científicas que se apoiaram na literatura norte-americana, sendo assim, utilizaremos esta nomenclatura devido esta ser a mais difundida na literatura.

O segundo ponto observado na bibliografia corresponde à questão: o que vem a ser Educação Física Adaptada (EFA)?

A definição clássica, da década de 1950, disseminada pela AAHPERD (*American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance*), que foi o primeiro órgão a apresentar uma definição formal sobre a temática sugere que EFA seja:

[...] um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiência que não podem se engajar com participação irrestrita, segura e bem-sucedida em atividades vigorosas de um programa de educação Física geral. (PEDRINELLI, 1994, p. 7).

Não estamos afirmando que a EFA e a realização de práticas corporais pelas

¹ Para maior aprofundamento, consultar: Pedrinelli e Verenguer (2005); Sherril (1995 apud GOMES, 2007); Rosadas (apud RODRIGUES, 2002).

PCD ocorreu exatamente na década de 1950. Precisar com exatidão o início da realização de práticas corporais pelas PCD é uma difícil tarefa.

Segundo Costa e Sousa (2004) a maioria dos historiadores e arqueólogos afirmam que os chineses em aproximadamente em 2.500 a. C. foram os primeiros a criar programas de “ginástica médica” com o intuito de prevenir doenças e proporcionar exercícios corretivos. No século XVII e XVIII os exercícios ocupacionais da vida diária desenvolvidos por Friedrich Hauffmann e Clement Tissot, como cortar, costurar entre outros trabalhos manuais foram prescritos para se adquirir força e saúde, exercícios que Lima (2005) caracteriza este momento como a base da terapia recreativa e dos esportes adaptados. Antes de 1900, afirma Mauerberg-de Castro (2005) as raízes históricas da EFA relacionavam-se fortemente a uma abordagem médica e clínica além de apresentar tendência militarista e disciplinadora.

As iniciativas mais relevantes ocorreram na primeira metade do século XX, no qual, elementos como as Guerras Mundiais e a política do “Estado de bem estar social” faziam-se presentes no cenário internacional. Thomassim (2007) afirma que o Estado neste período (que durou três décadas) alcançou estágios elevados de universalização dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948 é um reflexo desta política, relacionada à “assistência” ao indivíduo por meio de ações estatais.

No Brasil, Nabeiro (1989 apud MAUERBERG-DE CASTRO, 2005) com o objetivo de buscar um “registro histórico” sobre a EFA no Brasil, aponta cinco textos de Inizio Pena Marinho publicados em 1946, que afirmam a “possibilidade de melhora de qualidade de vida pelo exercício para qualquer tipo de deficiência” ao mesmo tempo em que “a educação pode modificar o *status* da deficiência mental ‘recuperando’ o déficit de capacidade intelectual” (p. 48).

Silva (2009) aponta duas publicações da década de 1940 que trataram sobre este tema: a obra do Dr. Bueno dos Reis em São Paulo, sobre “deficientes respiratórios” e a obra do Dr. Paulo Araújo sobre deficientes e acidentados, no Rio de Janeiro, ou seja, no país ainda persistia o caráter médico e a abordagem corretiva.

A década de 1950, nos Estados Unidos, ocorreu à transição no tocante a realização de práticas corporais pelas PCD: de um modelo médico terapêutico para o esporte de rendimento, assim como elemento inserido no sistema de ensino, mas,

segundo Varela (1989, apud COSTA; SOUSA, 2004) os princípios da integração social desta população e sua reabilitação social mantinham-se como os objetivos da prática esportiva.

No Brasil, Pentengill (1997) citada por Lima, (2005) menciona que o primeiro documento encontrado que aborda a Educação Física e sua intervenção para a PCD remota o ano de 1974 e é de responsabilidade do Conselho Federal de Educação, período, no qual, encontrava-se em escassez de mão de obra qualificada para atender esta população. Silva (2009) afirma que por meio da Resolução 03/87 (que aprovava mudanças nos currículos dos cursos de graduação de Educação Física) colocou em debate a necessidade de se inserir as PCD no campo de estudo e de conhecimento acadêmico. Nesta mesma década ocorreram os primeiros cursos de especialização em EFA nas universidades nacionais.

No ambiente escolar a EFA foi estimulada por meio de dispositivos legais, como o *IDEA* (Decreto de Educação de Indivíduos Portadores de Deficiência), nos EUA e a LDB – (Lei de Diretrizes e Bases de 1996), no Brasil, que sofreu influências da Convenção de Salamanca, realizada em 1994, proporcionando a oportunidade do alunado vivenciar a “cultura do movimento” no processo educativo formal.

O terceiro ponto analisado correspondeu aos atores que estão inseridos na temática, ou seja, a clientela atendida e os profissionais atuantes na EFA (no caso, o profissional de Educação Física).

Normalmente a EFA está relacionada ao universo das pessoas com deficiência, entretanto o conceito começa a apresentar uma pluralidade no tocante à clientela atendida e estudada. Ribeiro e Araújo (2004) comentam que esta área, tem como objetivo transmitir informações relacionadas a indivíduos, que de certa forma, mais ou menos limitados, não podem executar as atividades desenvolvidas normalmente nas aulas de Educação Física. Incluem neste grupo os asmáticos, os obesos os idosos, cardiopatas entre outros, além disto, Gomes (2007) e Bueno e Resa (1995 apud CIDADE, FREITAS, 2002) afirmam que entre os estudiosos da área surge à concepção que toda atividade física e a própria Educação Física constituem-se como grandes áreas de adaptação e ajustam se de acordo com a demanda, buscando se assim o respeito com relação às limitações do indivíduo.

A EFA não se difere no tocante a estes objetivos, visto que é considerada

uma subárea de estudo da Educação Física, embora o professor de EFA seja reconhecido, por alguns autores (SILVA, SOUZA NETO, DRIGO, 2009), como um trabalhador especializado, classificando – o como outra profissão.²

Percorrendo as linhas da historiografia e da abordagem terminológica e conceitual, o direito legítimo ao uso do corpo pelas PCD (como forma de aprender o mundo pela “experiência muscular”, ou pelo simples fato de desfrutar e compartilhar o movimento por meio das práticas corporais) sofreram várias mudanças em sua metodologia empregada: muitas vezes tecnicista e sob a ótica médica, com objetivos assistencialistas e de “cura” para esta população para a abordagem pedagógica do movimento inserindo-se no contexto escolar.

Outra mudança relaciona-se com os espaços ocupados para as práticas corporais e a população atendida atualmente, que se apresentam de forma mais plural, ou seja, este fenômeno não se relaciona apenas as PCD, mas sim, àqueles que possuem algum tipo de limitação, além das práticas ocuparem espaços sociais comuns (ruas, escolas, praças, ginásios entre outros) antítese ao ambiente hospitalar ou aos nichos de segregação em que viviam as PCD.

Sendo assim, o objetivo destas linhas iniciais não está relacionado na compreensão de forma ampla do fenômeno EFA, mas sim, propiciar a introdução das discussões acerca das práticas corporais e sua legitimação no universo das PCD no meio social.

² Um exemplo de especialização de profissão está relacionado ao curso de Pedagogia. No CNO (Cadastro Nacional de Ocupações) o pedagogo difere-se, profissionalmente dos pedagogos que possuem uma especialização no qual tem como foco o atendimento as pessoas com deficiência (física, visual, múltipla ou mental) visto assim, como uma profissão ‘a parte’ da ofício do pedagogo. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LIMITAÇÕES E AS POSSIBILIDADES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MEIO SOCIAL

Devemos ter o espírito de luta aliado ao de iniciativa, assim como o de resignação aliado ao de renovação; a fim de melhor nos adaptarmos às circunstâncias e vencermos as dificuldades que a cada passo se nos deparam na vida.
Décio Valente (apud DANTAS, 1977, p. 31)

A década de 1980, como é de conhecimento público, foi marcada pela ampliação dos direitos sociais das pessoas com deficiência (PCD) no Brasil. Também neste mesmo cenário, observamos a ampliação dos estudos relacionados a essa população. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1981).

Em meio a insipiente produção científica, gostaríamos de destacar uma publicação de Sidney de Carvalho Rosadas, de 1989, intitulada: “Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente: eu posso. Vocês duvidam?”

O que mais nos chamou a atenção não foi a proposta em si do livro, relacionada a metodologias e práticas pedagógicas que visavam inserir a PCD no universo das práticas corporais, mas sim, o seu título emblemático, quase intimidador, tornando-se um veículo que contribuiu para a reflexão deste capítulo.

Afinal, quais formam os fatores que determinaram (ou determinam) as limitações e as possibilidades das pessoas com deficiência no meio social?

Muitas vezes os estudos relacionados às PCD esquecem que esta população encontra-se imersa em uma dinâmica social. Por esse motivo, para se pensar em possibilidades e limitações deste público devemos levar em consideração três importantes estruturas sociais: a sociedade em si, o núcleo familiar e o indivíduo (e o seu autoconceito) e o constante diálogo entre estas estruturas, por meio das manifestações culturais, entre elas, as práticas corporais.

3.1 A dinâmica social e as pessoas com deficiência: uma abordagem conceitual

A constituição brasileira de 1988, em seu artigo 5º inciso II revela o

seguinte preceito: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”. Mesmo partindo de apenas um aspecto social (as leis), esse é o ponto inicial para pensarmos as contradições entre o discurso e a ação no cenário social brasileiro.

A teia social (tanto no âmbito mundial como brasileiro) é construída de relações desiguais de poder, das quais, se desenvolvem uma série de padrões que possibilitam mediar o diálogo entre os indivíduos e suas práticas. Um desses aspectos relaciona-se com a delimitação de caracteres é relativo à noção de “normalidade” e “anormalidade”, ou seja, o que pode ser considerado socialmente aceito ou quais são os elementos de repúdio em uma dada sociedade. Carmo (1994) aborda de forma crítica este aspecto:

[...] as pessoas tem o péssimo habito de confundir o significado do que é normal com o que é comum. Ora se o comum fosse normal o incomum seria anormal. [...] A percepção manifesta-se distorcida ou invertida, uma vez que “deixa de captar” a essência do fenômeno detendo-se na forma sincrética descontínua e opaca de sua aparência que é o que prevalece. (p.10)

Nesse sentido o estabelecimento de padrões conduzem a modelos, valores e preconceitos que influenciam nas possibilidades de intervenção e espaços sociais ocupados por cada “categoria” de indivíduos (crianças, homens, mulheres, idosos e as PCD) na sociedade.

Recorrendo a historiografia, Sá e Rabinovich (2006) revelam que durante séculos os deficientes recebiam a alcunha de “inválidos”, termo que significa “indivíduo sem valor”, tido como socialmente inútil e como um fardo para a família e para a sociedade além de encontrarem-se dos padrões sociais vigentes. Nesse sentido, até a década de 1930, segundo Jannuzzi (2004) as PCD ocupavam poucos espaços sociais, e o foco das intervenções para este público eram as práticas assistencialistas, como o oferecimento de abrigo, alimentação e recolhimento nas Santas Casas.

Outro ambiente que poderíamos citar como exemplo destas práticas assistencialistas foram as internações nos hospitais psiquiátricos, que até recentemente, (contexto anterior a reforma psiquiátrica) (BRASIL, 2001a) representavam e perpetuavam o caráter segregacionista, impossibilitando o diálogo entre PCD e outros indivíduos marginalizados com a sociedade como também seu desenvolvimento pleno como pessoa.

Ribas (1985 apud LIMA, SOUZA, TREVISAN, 2003) destaca a relevância dos mecanismos de linguagem nas relações sociais. O autor relata o uso do termo “deficiente” e seu forte caráter de oposição com o conceito eficiência, ou seja, confunde-se a incapacidade, que se relaciona a realização de uma tarefa específica, com eficiência, estendendo-se o entendimento da incapacidade para todos os aspectos da vida da PCD.

Pedrinelli e Verenguer (2005) mencionam que, atualmente, a OMS (Organização Mundial da Saúde) enfatiza a funcionalidade como a capacidade de viver a vida em sua total potencialidade, segundo o qual, o déficit é considerado parte de três elementos: déficit, participação e atuação no contexto, sendo assim, caracterizando um contexto muito mais amplo do que os aspectos relacionados a deficiência contemplavam anteriormente.

Carmo (1994) revela a violência simbólica³, contida nas preconceções sobre as PCD, apresentada nos conceitos e terminologias correlatado com este público, destacando que diversos autores tem se empenhado nas discussões sobre o tema, demonstrando as contradições geradas, por meio da “rotularização” do indivíduo com deficiência.

No cotidiano, a violência simbólica se materializa por meio de expressões pejorativas como: aleijado, retardado, débil mental, mongoloide, entre outros, que ressaltam “a prevalência da aparência” a limitação e a lesão em evidência. Quanto mais visível à limitação maior a estigmatização do corpo da PCD. As expressões citadas apresentavam maior espaço no passado, visto que, devido a dispositivos legais e a conscientização da população, estes vocábulos tornaram-se inapropriados meios para se reportar e representar a PCD.

Ferronato, Wagner e Falkenbach (2010) mencionam que o estigma dialoga diretamente com a categorização (rotularização) que associa atributos comuns e naturais para cada categoria de sujeito social, porém, o estigma instala-se quando as características atribuídas depreciam o indivíduo, causando descrédito frente suas possibilidades de ação social.

³ O Processo de violência simbólica fora descrito pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo Aléssio (2007) este fenômeno trata-se da: “[...] imposição dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo. Considera a situação natural e inevitável [...]” (p. 41)

Cientificamente e, por conseguinte, pelo senso comum, ocorreu a legitimação a estigmatização do corpo com deficiência por meio do discurso médico. Conforme descreve Chicon e Soares (200-?) este modelo focava a funcionalmente, as capacidades e limitações dos indivíduos, assim como, o destaque se dava a lesão, que deveria ser corrigida e normalizada, elementos que contribuíram para o desenvolvimento de estereótipos com relação às práticas adequadas a esta população.

Outro argumento difundido principalmente em âmbito escolar prega a máxima de que todos nós, de alguma forma, somos limitados em algum aspecto, sendo assim, somos todos deficientes. (CARMO, 2001). Este argumento citado dialoga com os princípios da teoria integracionista, que preconizava, segundo Perez Ramos (1997 apud JANUZZI, 2004) “em minimizar as diferenças e maximizar as semelhanças” (p. 16). Esta teoria teve origem nos países escandinavos, na década de 1950, em que, foram questionadas as práticas exclusivistas no ambiente escolar. Essa teoria surgiu com o objetivo de proporcionar condições de vida e normalizações para que fossem asseguradas condições normais de vida (tanto quanto possível) as PCD e sua inserção no meio social.

No ideal integracionista existia a preocupação de desenvolver as potencialidades do indivíduo, porém ainda persistia a estigmatização do corpo deficiente e seu foco na lesão. Segundo Chicon e Soares (200?) a responsabilidade de atuação social da PCD ficavam a cargo de instituições especializadas em reabilitação, como também, a própria família do deficiente. Deste modo, cabia ao deficiente se adequar a sociedade.

O grande problema desta teoria relacionada à normalização da PCD na sociedade pode ser confrontado por meio da argumentação de Carmo (2001) e Amaral, (2002) citado por Pedrinelli e Verenguer (2005). Carmo afirma que como sujeitos concretos nós partimos de naturezas biológicas como sociais distintas, sendo assim, assumir esta “pseudo igualdade” reflete em si, uma argumentação ingênua e insensata. Amaral relata a necessidade de ressignificar a palavra “diferença”, necessitando-se “desadjetiva-la”, pois ser diferente não é ser melhor ou pior, a diferença simplesmente é.

Nas décadas de 1990 e 2000 os ideais de integração começam a dar espaço para a concepção de inclusão da pessoa deficiente nos espaços sociais. Eventos como a Convenção de Salamanca em 1994, proporcionaram a ampliação dos debates sobre os

espaços do deficiente e a suspensão de barreiras, principalmente as encontradas no ambiente escolar, contribuindo assim, para a mudança de foco do conceito deficiência.

Neste sentido, segundo Pinto (2011) as questões referentes a deficiência começam a possuir uma interação com o ambiente do que com a lesão em si, ou seja, o conceito de deficiência congrega uma abordagem mais social. Como exemplo deste movimento, o autor menciona duas situações: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (Organização das Nações Unidas) em 2006 e a lei 10.098 de 2000 (BRASIL, 2000)

A ONU, nesta convenção “reelabora” o conceito deficiência e oficializa que: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. A lei 10.098/00 preconiza o aspecto da acessibilidade, que possui fortes laços com o desenvolvimento das potencialidades e a superação de barreiras do indivíduo por meio da readequação do espaço social (tanto no plano físico - como as barreiras arquitetônicas - como no relacionado ao acesso a informação e ao conhecimento), demonstrando a ideia de deficiência ligada ao meio ambiente.

Neste sentido, a possibilidade de socialização e do exercício pleno das capacidades das pessoas com deficiência está em consonância com a sociedade como um todo.

Sendo assim, é pertinente citarmos a fala de Ferreira (1998) na qual, sintetiza a abordagem inclusivista, reafirmando que as possibilidades de ação da PCD encontram-se na diversidade: “[...] Inclusão não quer dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra sim, nossa diversidade, com respeito e gratidão. Quanto maior nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo” (p. 37).

Independente do estágio social em que se encontra uma sociedade (segregacionista, integracionista ou inclusivo), a maneira de pensar e conceber e de agir com o diferente, segundo Jannuzzi (2004) depende da organização social como um todo na sua base material, isto é, relacionada as descobertas das ciências, das crenças, das ideologias aprendidas pela complexidade da individualidade humana na sua constituição física e psíquica, sendo que, as formas do diferente ser percebido pela sociedade

repercute na visão sobre si mesmo. Nesta linha de raciocínio, para Sá e Rabinovich (2006) ora o deficiente possui o caráter da fragilidade e em outras situações este congrega a imagem da coragem e da força de vontade diante o meio social.

3.2 A família e o autoconceito da pessoa com deficiência

A expectativa dos pais com relação aos seus filhos é um dos fatores que antecedem o nascimento da criança. Este aspecto reflete em toda dinâmica familiar, em que, ninguém espera que nada saia do *script* por eles idealizado. Todavia a criança com deficiência representa a quebra das expectativas e segundo Buscaglia (1981) este fato proporciona a desestruturação momentânea do seio familiar, seguida de sentimentos naturais como o medo, à culpa, a sensação de incapacidade e impotência diante da situação.

A forma de atuação familiar dependerá de como os conflitos são mediados nesta instituição, entretanto Lima, Souza e Trevisan (2003) dissertam duas condutas diante do fato: o caminho da aceitação ou a rejeição, sendo que, quanto maior for a morosidade da aceitação familiar nas fases iniciais, maior o comprometimento de ordem neurológica, psicológica, motora, social e cultural da criança ou indivíduo.

Um dos aspectos relacionados à rejeição que a PCD e, conseqüentemente, seu núcleo familiar possam vir a sofrer é descrito por Sá e Rabinovich (2006): não apenas o corpo deficiente sofre estigma e preconceito, mas a sua família também sofre o processo de estigmatização advindo do meio social.

Por outro lado uma das preocupações mais presente entre os familiares das PCD provem da possível rejeição social sofrida pelos seus entes, por esta razão não é incomum, segundo Sherrill (1998 apud BRAZUMA e MAUERBERG-de CASTRO, 2001) dos pais preocuparem-se com seus filhos durante a prática de atividades esportivas em instituições especializadas na assistência a este público, que, muitas vezes, estão marcadas por um estereótipo negativo. Em outro cenário, as autoras comentam que os pais também podem enxergam a possibilidade da prática esportiva como um laboratório para a vida, no sentido da superação de limites e no reconhecimento social do indivíduo por meio do esporte.

Isto posto, deve-se destacar a importância da família para a PCD como

também para os indivíduos de forma geral, devido ao fato de que os primeiros contatos e experiências vivenciadas pela pessoa encontram-se nesta forma de organização social, fator que determinará as possibilidades de desenvolvimento e formação do autoconceito do indivíduo.

O autoconceito, segundo Santana (2003) é a maneira de como o indivíduo se avalia, fator que dependerá do seu sucesso afetivo, social e cognitivo. As pessoas com deficiência, principalmente quando a deficiência é adquirida, sofre a desestruturação de sua autoimagem. A adaptação a esse novo quadro dependerá de forma de como o indivíduo lida com os seus conflitos, além da contribuição da rede de apoio psicossocial, no diálogo entre a família e a sociedade, que como observamos, influencia nas demandas do indivíduo.

As práticas corporais possuem benefícios notáveis, nos quais influenciam positivamente o autoconceito da PCD. Diversos autores⁴ relatam os fatores que levam a esta conclusão. Em linhas gerais, podemos extrair as seguintes conclusões: além dos ganhos significativos na saúde física e conseqüentemente na qualidade de vida, por meio das práticas corporais, entre elas o esporte, proporcionam experiências psicológicas que contribuem na percepção, competências e identidade pessoal, influenciando positivamente na sua imagem corporal, autoestima e desenvolvimento pessoal; como facilitador do reconhecimento a respeito das limitações e a superação relacionada às novas possibilidades de seu corpo além de um fator de ascensão social, por meio do sucesso alcançado em uma modalidade esportiva. Como reflexo desta série de fatores, as práticas corporais tornaram-se presentes nos discursos sobre a inclusão da PCD como indivíduo participante no meio social.

Neste aspecto, temos abordagens que acreditam na total inserção no meio social da PCD pelas práticas corporais: Adams et al (1985 apud FLORENCE, 2004) como outras, mais ponderadas, na qual se fala em “ocasiões de inclusão” como relata Neto e Vargas (2009) ou seja, relacionada apenas aos momentos no qual estas atividades se realizam.

Em contraponto a estes argumentos, as práticas corporais também podem reforçar o segregacionismo da população com deficiência, segundo levantamentos feitos

⁴ Bueno e Resa (1995 apud STRAPASSON 2005); Pedrinelli e Verenguer (2005); Santana (2003) , Campeão (2003), Brazuma e Castro (2001); Rosadas (1989).

por Costa, Souza (2004) e Carmo (2001). Os argumentos para está hipótese, segundo estes autores, edificam-se nos seguintes fatos: as práticas adaptadas são vivenciadas quase que exclusivamente apenas por esta população, além de que, é uma posição ingênua acreditar que apenas as práticas corporais em si levariam a quebra do paradigma da discriminação e do estigma construído dentro de um amplo processo histórico.

4 ESPORTE E DEFICIÊNCIA

Quando na vida, uma porta se fecha para nós,
há sempre outra que nos abre.
Em geral, porém, olhamos com tanto pesar
e ressentimento para a porta fechada,
que não nos apercebemos da outra que se abriu.
O. S. Marden (apud DANTAS, 1977, p. 55)

4.1 Um breve olhar sobre o fenômeno esportivo

“Esporte é uma palavra polissêmica” (BENTO, 2000).⁵

Conforme a informação de Bento, tratar do fenômeno esportivo e lidar com algo polissêmico e multifacetário, visto que, o esporte dialoga com diversos setores sociais, sendo assim ele congrega sentidos, significados e simbologias que transcendem sua prática autônoma.

Autores como Tubino (1992) e Elias e Dunning (1985) elegem o esporte como um elemento que contribui para a concepção de um retrato social. Tubino (1987) amplia esta afirmação mencionando que o esporte reflete objetivos culturais, científicos, ideológicos, políticos econômicos e sociais. Bourdieu (1993) disserta a ideia de campo esportivo, descrevendo o esporte como uma área relativamente autônoma, que, porém mantém uma relação de interdependência com outros campos sociais (política, economia, religião entre outros).

O modelo olímpico, relacionado ao esporte de rendimento tornou-se um modelo seguido, visto que, sua diretriz reflete as características do sistema político econômico hegemônico: o capitalismo. Nesse sentido, segundo Daolio e Veloso (2008) o ensino do esporte e da Educação Física reduzem-se ao ensino fragmentado, mecanizado e racionalista pautado no rendimento.

Bracht (1997) amplia este raciocínio, e descreve o modelo esportivo escolar alinhado aos valores burgueses, no qual, é valorizado um corpo rígido de regras, o vencer ou perder e o esforço individual. Outro exemplo pode ser constatado nos jogos e atividades recreativas, que muitas vezes são engessados dentro do rígido código de regras do esporte tradicional. Com o Esporte Adaptado e Paralímpico a situação não é

⁵ (apud COSTA; WINCKLER, 2011, p. 16)

divergente.

Parsons e Winckler (2012) mencionam que: “[...] a busca pelas medalhas começou a tomar uma direção que, por vezes, os atletas colocaram as medalhas acima de sua condição de saúde” (p. 7). Devido à projeção midiática do esporte olímpico, e atualmente, do esporte paralímpico, são inevitáveis suas influências nos esportes adaptados (tanto em suas funções educacionais como recreativas).

Por essa razão iremos observar o processo histórico do esporte adaptado assim como o movimento paralímpico inserido dentro do processo social mais amplo. Mesmo que o esporte tradicional olímpico tenha origens divergentes do movimento paralímpico, com o decorrer do tempo ambos os modelos convergiram-se em apenas uma diretriz.

4.2 Abordagem histórico-social do esporte adaptado e do movimento paralímpico

Os jogos [Paralímpicos] de 1980 ocorreram na Holanda, pois a União Soviética não teve interesse de realiza-los, usando o argumento de que não havia pessoas deficientes na União Soviética (BAILEY, 2008, apud PARSONS; WINCKLER, 2012, p. 4).

O esporte, atualmente, ocupa espaço destacado no meio social, capaz de produzir um arrebatamento tanto em âmbito coletivo como individual, conduzindo a sensações controversas como: tensão, alegria, prazer e expectativas. O esporte como fenômeno moderno e estruturado da forma que conhecemos é um fator recente, mesmo possuindo raízes que datam da antiguidade.

O esporte contemporâneo possui origens na Inglaterra, no século XIX. Segundo Reis (2000) a palavra “esporte” vem do inglês *sport* e denomina os passatempos e jogos, que a medida que passam a ser regulamentados por regras oficiais, recebem essa denominação. Segundo Penafort (2001) os Jogos Olímpicos Modernos, sob a concepção de Pierre de Coubertain, contribuíram para a consolidação do movimento esportivo moderno.

O esporte praticado por pessoas com deficiência, segundo Parsons e Winckler (2012) ocorre por volta do final do século XIX e começo do século XX, de maneira isolada e pontual, por meio de competições realizadas por cegos e amputados, entretanto, com mais evidência pela comunidade surda. Esta população já possuía uma

representação institucional denominada CISS (Comitê Internacional de Esportes do Silêncio) que desenvolviam a competição denominada “Jogos de Silêncio”

O esporte adaptado, o paralímpico e os esportes para deficientes compartilham de mesmas bases e populações atendidas, entretanto possuem diferenças quanto suas denominações: o esporte adaptado é específico com relação a sua clientela atendida e “significa a adaptação de um esporte de conhecimento da população, que está relacionado às regras estabelecidas em sua prática”. (ARAÚJO, 1997, p. 5). Como exemplo, podemos pensar no voleibol. Esta modalidade possui um código de regras específico que direciona a conduta e a postura dos praticantes na dinâmica do jogo. O voleibol sentado que é praticado por indivíduos que sofreram uma amputação na altura dos membros inferiores (ou qualquer intercorrência que afete esta parte do corpo), possui outra dinâmica de jogo, mas a modalidade paralímpica não perde sua essência.

O esporte para deficientes, segundo Araújo (1997) é elaborado para atender exclusivamente esta população (a modalidade conhecida por *goalball* foi criada exclusivamente para a população que apresenta deficiência visual).⁶

O esporte paralímpico, segundo Costa e Winckler (2012) representa um ambiente mais restrito, marcada pelo processo de classificação médica e funcional, que o torna os indivíduos elegíveis ou inelegíveis para a prática esportiva, nesse sentido, não é acessível a todos, além de resumir-se a 20 modalidades de verão e cinco de inverno do programa paralímpico.

De forma mais ampla, ou seja, tendo como cenário o meio social, o esporte pode ser abordado, sob diversos aspectos: esporte como meio para a saúde, para a educação, para o lazer, assim como, objetivando o rendimento. (COSTA E WINCKLER, 2012). Tubino (1992) amplia esta dimensão, mencionando o esporte como um espetáculo e enquanto negócio e o esporte de participação ou de massa.

Além dos aspectos anteriormente mencionados, não se deve esquecer as intenções ideológicas, políticas, econômicas e sociais contidas no fenômeno esportivo. Nesse sentido, o processo histórico do esporte para as PCD assim como o movimento paralímpico serão relacionados com estes fatores. Os primórdios da massificação do

⁶ Porém isto não impede uma integração entre cegos e videntes, conforme informado na seguinte notícia: **AVAPE e CESEC promovem torneio de goalball entre cegos e videntes**. Disponível em: <http://www.tramaweb.com.br/cliente_ver.aspx?ClienteID=174&NoticiaID=6190>. Acesso em 5 fev. 2012.

esporte adaptado, assim como, da origem e fortalecimento do movimento paralímpico, foram baseados nas práticas de saúde, da reabilitação e do lazer, pautado no princípio da participação.

As primeiras ações conhecidas e documentadas tiveram início pós Segunda Guerra Mundial, em virtude ao grande contingente de lesionados medulares e amputados que a guerra “produziu”. Por iniciativa do médico neurologista e neurocirurgião Ludwing Guttmann em 1945, no centro de reabilitação britânico “Stoke Mandeville”, para o tratamento de soldados com lesões medulares, foi concebido um programa de atividades esportivas para usuários de cadeira de rodas, visto que esta população, devido à inatividade, possuía baixa expectativa de vida. (ARAÚJO, 1997)

As iniciativas do Dr. Guttmann objetivavam proporcionar a funcionalidade biológica além de desenvolver um papel social como a inserção ao mercado de trabalho dos pacientes, contribuindo assim para atenuar as sequelas causadas pelas guerras que não afetaram apenas os corpos destes indivíduos, mas também suas referências com relação ao seu papel social na sociedade. O jornal SuperAção de 1988 citado por Araújo (1997) destaca os resultados apresentados em Stoke Mandeville:

Os primeiros anos desta prática relatam em um ano de trabalho o Dr. Guttmann conseguiu preparar seis paraplégicos para o mercado de trabalho e reconheceu que as atividades esportivas, com ocupação terapêutica, eram importantes na reabilitação psicossocial dos deficientes, deu-lhe a oportunidade de competir não só no esporte como em todos os campos sociais. (p. 8)

Três anos depois, em 1948, ocorreram os primeiros jogos que contavam com a participação de atletas com deficiência, os Jogos de Stoke Mandeville, idealizados e coordenados pelo Dr. Guttmann, que tinha pretensões de levar seus trabalhos para além dos programas de reabilitação.

As ações de Guttmann se espalharam pelo mundo e nos EUA, na década de 1950, o esporte adaptado para as PCD começou a ganhar outro caráter, relacionado mais a pedagogia do esporte e as ciências do treinamento, acontecimento que contribuiu para impulsionar as pesquisas referentes ao esporte adaptado, por meio de abertura de cursos de especialização em EFA (Educação Física Adaptada), visto que as equipes esportivas americanas encontraram nas universidades. (ARAÚJO, 1997).

Na primeira metade do século XX, o fenômeno esportivo adquire

conotações que transcendem sua prática propriamente dita. Podemos destacar duas vertentes quanto ao papel social do esporte: como aparelho ideológico ou como fator de desenvolvimento da política do bem estar social, que conseqüentemente influenciou no decorrer do desenvolvimento do esporte para as PCD.

Penafort (2001) argumenta que a partir do final deste período, por consequência da formação do novo quadro político social (a disputa entre o bloco capitalista e socialista) o ideal olímpico passou a quase ser obscurecido por um conflito alheio ao esporte. Nesse sentido, Bracht (2005) afirma que o esporte passa a ser uma ferramenta de afirmação nacional diante o cenário internacional por meio do fenômeno esportivo.

Outro aspecto relacionado à dinâmica esporte e Estado, segundo Bracht (2005) segue em direção as conclusões da Escola de Frankfurt que, está alicerçada sob duas conclusões: o esporte como fator de repressão e manipulação e fonte de dispersão da massa e como veículo de alienação do homem, visto que o rendimento esportivo transparece as relações do mundo do trabalho. Sendo assim, todos estes elementos traduzem-se como formas de controle ideológico do Estado. (BROHM, 1993).

O esporte também passa a ser observado como fator de responsabilidade social e um elemento que contribuiu para a política do “Estado de Bem Estar Social”, visto as possibilidades da melhora dos quadros funcionais e no desenvolvimento humano e psicossocial que sua prática esportiva poderia proporcionar. No cenário brasileiro, o movimento do esporte adaptado ocorreu no fim da década de 1950, por iniciativa de Robson Sampaio de Almeida e Serafim Del Grande. (ARAÚJO, 1997).

Em entrevista a Araújo (1997) Del Grande comenta que a introdução do esporte adaptado no Brasil (no caso, o basquetebol), ocorreu após uma apresentação de uma equipe americana em São Paulo. Foi sugerida por um dos membros dessa equipe a criação de um clube de paraplégicos no Brasil, sob a coordenação de Del Grande. Para a odisseia, Del Grande contou com a ajuda operacional do indivíduo que sugeriu a ideia de fundação do clube, sendo que, este despachou uma cadeira esportiva, que prontamente foi replicada por um fabricante de cadeira de rodas nacional. A iniciativa também contou com o apoio da Federação Paulista de Futebol que deu o respaldo jurídico ao clube. Por advento desta ação funda-se em 1958 o C.P.S.P – Clube dos Paraplégicos de São Paulo. (ARAÚJO, 1997).

No Rio de Janeiro, na mesma época é fundado o Clube do Otimismo, por iniciativa de Robson Almeida, que apresentava os mesmos objetivos do CPSP. Rio de Janeiro e São Paulo, por um bom tempo, desenvolviam ações em torno do esporte adaptado de forma separada, tanto que nos Jogos Panamericanos para PCD de 1975 no México, o Brasil foi representado por duas delegações: a paulista e a carioca. (ARAÚJO, 1997).

Os trabalhos de reabilitação na qual Del Grande e Almeida foram submetidos nos EUA em consequência ao acidente que os deixaram paraplégico contribuiu para a inserção do esporte até então “desconhecido” no país e que inicialmente, não contavam com apoio estatal. O esporte era reproduzido sob o viés da saúde funcional e da reabilitação em contraponto a crescente profissionalização do esporte adaptado mundial e do movimento paralímpico, que tem como foco, o rendimento atlético.

A década de 1960 marca o início do debate sobre esporte para fins de desenvolvimento social, qualidade de vida e veículo de educação, além da democratização de sua prática para o não “atleta”. Penafort (2001) destaca uma série de documentos sobre o tema, entre eles, o Manifesto Mundial do Esporte, concebido por Philip Noel Baker (Nobel da Paz em 1939), que tratou o esporte no âmbito do rendimento, assim como, o esporte no tempo livre e na escola; a Carta Europeia do Esporte para Todos (1966) que explicita o esporte tanto no âmbito institucionalizado, assim como, ressaltou as práticas populares no meio escolar e o Manifesto Internacional de Educação Física (1968), que destacou o direito ao acesso a prática esportiva, além de reafirmá-lo como elemento de educação permanente.

Em contraponto a crescente “profissionalização” do esporte adaptado, foi criada em 1968 as Olimpíadas Especiais, ou ‘*Special Olympics*’, que inclui em sua base o modelo de participação (MAUERBER-de CASTRO, 2005). Até hoje a *Special Olympics* mantém esta diretriz, na qual, não existem vencedores ou vencidos, mas sim a integração social e superação dos limites físicos, muitas vezes, impostos pela deficiência.

Na década de 1960, enquanto no Brasil o esporte para as PCD era um evento recente, no mundo o “movimento paralímpico” ganhava cada vez mais força com a integração dos Jogos de Stoke Mandeville com os Jogos Olímpicos através do

reconhecimento do COI (Comitê Olímpico Internacional). (ARAÚJO, 1997). O Brasil só viria participar dos jogos, segundo Del Grande (ARAÚJO, 1997) em 1972 e as primeiras medalhas vieram em 1976 na modalidade bocha.

A década de 1980, pode se dizer, foi o divisor de águas com relação à institucionalização e legitimação das práticas corporais realizadas pelas PCD. O grande responsável por este movimento, além das lutas desta população, foi a resolução da ONU no ano de 1981, que decreta esta data como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Por meio desta ação, os países que compunham a ONU deveriam estimular ações que viabilizem a inserção social das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais (como a educação, a saúde, o lazer e principalmente o direito a vida). (ONU, 1981).

Neste período, segundo Bailey (2008 apud PARSON, WINCKLER, 2012) ocorre o fim do esporte paralímpico como uma manifestação isolada e sob o ponto de visto médico, devido sua crescente “profissionalização” (com a formação de entidades gestoras de modalidades em âmbito internacional) e a crescente exigência do rendimento esportivo em contraponto ao modelo de participação, que se encontrava na diretriz original do movimento.

Devido a este alinhamento do movimento paralímpico com o COI o esporte adaptado para a PCD congrega em sua filosofia alguns aspectos, que de longa data, estão presentes no movimento olímpico, assim como, na sociedade capitalista, entre eles: a busca do rendimento (a incessante busca pelas medalhas, que promove um processo excludente, além de oferecer riscos à saúde física e psicológica do atleta) e a mercantilização, além da espetacularização do esporte (por meio do marketing esportivo e da venda de cotas de patrocínio). Sendo assim, podemos inferir que os atletas paralímpicos buscam seu lugar no Olimpo esportivo.

No Brasil, Araújo (1997) afirma que somente na década de 1980 o governo federal [através da Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes] passou a se preocupar com o esporte adaptado, que, por meio de decretos e portarias, procuraram proporcionar a promoção e a difusão das práticas corporais adaptadas, entre elas, o esporte para a população deficiente. Podemos destacar as seguintes iniciativas do Governo Federal:

- O Ministério de Educação e Cultura publica duas obras sobre o tema. Em 1981 o

livro “Atividade física para o deficiente” e em 1982 o livro “Educação física para o excepcional”; (PETTENGIL & COSTA, apud CASTRO, 2005);

- Em 1984 a programação do Ministério da Cultura elege como uma de suas prioridades desenvolver programas de Educação Física para deficientes (idem);
- A criação da CORDE (Coordenadoria para Integração da Pessoa Deficiente) no governo Sarney, que tinha como função zelar pelos direitos das PCD;
- Por meio do CND (Conselho Nacional do Desporto - extinto em 1993) o governo federal fixou normas que deram origem à fundação de associações nacionais, que representam esportes paraolímpicos, como por exemplo, a ABRADCAR (Associação Brasileira de Esporte de Cadeira de Rodas) de 1984, a ABDC (Associação Brasileira de Desporto para Cegos) de 1984, a CBDS (Confederação Brasileira de Desporto para surdos) de 1987, a ABDEM (Associação Brasileira de Desporto para Deficientes Mentais) entre outras. (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004);
- Realização de encontros promovidos pelo MEC e pela Secretaria de Educação Especial no “intuito de discutir e traçar diretrizes para fornecer a integração da Educação Física e do esporte no contexto da educação especial” (CARMO, 1994);
- Investimentos e esforços para a inserção da PCD nos currículos acadêmicos das universidades. Silva (2009) afirma que por meio da Resolução 03/87 (na qual, foi aprovadas mudanças nos currículos dos cursos de graduação de Educação Física). Colocou-se em debate a necessidade de se inserir as PCD no campo de estudo e de conhecimento acadêmico. Nesta mesma década ocorreram os primeiros cursos de especialização em EFA em universidades nacionais;
- A Constituição Federal de 1988, que estabeleceu em seu capítulo III, da Educação, da cultura e do Desporto, Secção II, do Desporto, art. 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

Enquanto no Brasil ocorriam os primeiros debates em torno da direito à realização do esporte pelas PCD no mundo o movimento paralímpico encontrava-se totalmente consolidado com a criação do Comitê Paralímpico Internacional, em 1989 e com uma maior aproximação do esporte adaptado de rendimento com os Jogos

Olímpicos, pois as cidades sedes dos jogos de verão deveriam oferecer a estrutura necessária para a realização das “Paralimpíadas”. (ARAÚJO, 1997).

A nomenclatura dos jogos e do movimento seria definida apenas em 1988. Segundo o IPC (2010 apud PARSONS; WINCKLER, 2012) o termo origina-se na associação entre o prefixo “para”, que significa paralelo e o termo olímpico, representando uma condição paralela entre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Antes deste fato, Bailey (2008, apud PARSONS, WINCKLER, 2012) menciona que estes jogos possuíam diversas denominações, entre elas: Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas, Jogos Internacionais dos Deficientes, Olimpíadas dos Deficientes Físicos e Torontolympiad.

A década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento da “profissionalização” do esporte adaptado de rendimento no país, com a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em 1995 que “formalizou” e estruturou a política esportiva de rendimento e desempenho, além de também ser o órgão gestor do esporte adaptado no ambiente escolar e do lazer. (ARAÚJO, 1997).

No campo acadêmico por consequência da consolidação da EFA como disciplina curricular e principalmente como uma área de pesquisa nacional proporcionou subsídios para o desenvolvimento do movimento paralímpico nacional, assim como, o desenvolvimento do Esporte Adaptado de maneira geral. Exemplos partem de iniciativas como a criação da SOBAMA (Sociedade Brasileira da Atividade Motora Adaptada) em 1994, e a concepção da NUTESES (Núcleo Brasileiro de Dissertações e Tese em Educação, Educação Física e Educação Especial), com o objetivo de reunir e difundir pesquisas referentes à temática.

Na década de 2000, por advento da lei AGNELO\PIVA (lei n. 10.264\01) (BRASIL, 2001b) na qual destina 2% do percentual dos recursos obtidos nas apostas lotéricas para o desenvolvimento esportivo sendo que deste montante 15% eram destinados ao esporte paralímpico. Este fato representou um grande avanço nas políticas de promoção do esporte para o deficiente. Segundo Parson e Winckler (2012) essa oportunidade proporcionou que o esporte paralímpico gerisse suas ações de maneira autônoma, independente das ações altruístas de técnicos, gestores e atletas, contribuindo para a “profissionalização” do Comitê Paralímpico Brasileiro.

O reflexo desta ação refletiu na crescente ascensão brasileira no cenário

esportivo paralímpico mundial, visto que, o país encontra-se entre as 10 potências esportivas, resultado obtido nas Paralimpíadas de Pequim em 2008 nono lugar no quadro de medalhas e sétimo lugar conquistado nas Paralimpíadas de Londres em 2012. Importante frisar que estes dois últimos eventos (Pequim 2008 e Londres 2012) exemplificam a consolidação do movimento paralímpico com o ideal olímpico, observado desde a grandiosidade do evento, assim como, metodologias na gestão para proporcionar ao evento um lastro de rentabilidade financeira e *status* social.

Sendo assim, o presente texto objetivou-se na apresentação do fenômeno esportivo e sua vertente em sintonia as PCD, destacando-os dentro do processo social mais amplo, para um melhor entendimento do contexto histórico, do qual, congrega.

5 UNIVERSIDADE E AMBIENTE SOCIAL

Três classes de pessoas que são infelizes:
a que não sabe e não pergunta,
a que sabe e não ensina,
a que ensina e não faz.

V. Beda (apud DANTAS, 1977, p. 24)

Desde sua concepção, segundo Assis (2007) a extensão universitária assumiu papéis diferenciados. Segundo a autora no Iluminismo sua ação é revolucionária; na universidade moderna, apresentou forte ligação com a técnica e programas de desenvolvimento e nas primeiras décadas do século XX foi incorporada ao movimento estudantil nas universidades latino americanas.

No Brasil as primeiras experiências da extensão universitária datam do início do século XX, com as iniciativas da Universidade Livre de São Paulo e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, a atual Universidade Federal de Viçosa.

Hunger (1998) disserta que estas experiências foram norteadas por dois contextos metodológicos distintos, dos quais ela apresenta em seus estudos: na Universidade Livre de São Paulo (1914), a extensão universitária era realizada por intermédio de cursos acadêmicos, palestras, conferências e atividades variadas sem uma sistematização acadêmica. Já a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926), desenvolveu a ação extensionista por meio de assistência técnica, programas permanentes e conferências e prestação de serviços aos fazendeiros e agricultores da região.

A primeira experiência descreve o modelo europeu de extensão, que segundo Hunger (1998) é caracterizada como atividades voltadas para a população que possuía um conhecimento acadêmico, caráter que difere do modelo americano, no qual, valoriza-se formação de laços com a comunidade local, devido à viabilização de pesquisas e aprendizagem progressiva da comunidade no que tange suas intercorrências.

Por outro lado, a mesma autora revela que o ponto convergente entre estas metodologias e a associação aos interesses e ideologias das classes dominantes, ficando assim distante, realmente, dos problemas e dos conhecimentos de origem popular.

Com o aumento e institucionalização das universidades brasileiras torna-se

imprescindível a criação de dispositivos legais que legislem e direcionem o projeto de ensino superior que corresponda com as demandas do país.

Na década de 1930 foi criado por Getúlio Vargas e Francisco Campos o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31), considerada a primeira menção legal acerca da extensão universitária. Segundo o decreto, a extensão universitária tem como papel:

Art. 109 a extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artísticos, literários e científicos em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

Art. 42 [...]

Parágrafo 1 os cursos e conferências de que se trata este artigo, destina-se principalmente a difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou á propagacção de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais. [Grifo nosso] (BRASIL, 1931).

Observando o contexto social e político vigente na época, assim como, o paragrafo 1 do artigo 42 do Decreto 19.851/31, o projeto de universidade e consequentemente de extensão universitária, apresentam-se com importante aparelho ideológico do Estado.

Na década de 1950 até o período que antecede o golpe militar os projetos extensionistas ocorreram a partir da iniciativa de estudantes e professores universitários, que contavam com a colaboração de instituições assistenciais pertencentes à igreja católica e sindicatos, segundo relata Hunger (1998). Devido sua incorporação ao movimento estudantil, conforme Assis (2007) e a vinculação a setores como os sindicatos deve-se destacar a intensa atividade política envolvida na concepção e desenvolvimentos dos projetos extensionistas neste período.

Nesse sentido, da década de 1930 até o final da década de 1960 é caracterizada por Vanin (2005) como um período em que a extensão universitária ganha contornos mais politizados. Assis (2007) menciona que a extensão neste período (principalmente na década de 1950) apresenta uma tônica mais social.

No regime militar temos dois cenários distintos: ao mesmo tempo em que ocorre a maior institucionalização da extensão universitária e o aumento dos debates acerca da temática no meio acadêmico, conforme menciona Vanin (2005) observa-se a neutralização da conotação política que anteriormente possuía a extensão, conferindo-

lhe o caráter assistencialista, reduzindo novamente o papel social da universidade à prestação de serviços (ASSIS, 2007). A lei 5.540/68 que fixa e regulamenta a dinâmica do ensino superior ilustra esta conclusão:

Art. 40 As instituições de ensino superior

a) Por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. [grifo nosso] (BRASIL, 1968)

A abertura política destaca-se como um período de intensos debates da ordem social e política, fatores que influenciaram na concepção do projeto extensionista adequado para o momento. No Brasil, neste período realiza-se o I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em que articulou-se um novo conceito acerca da extensão universitária:

A Extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetidos à reflexão teórica, será acrescido daquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e popular, terá como consequência a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (FORPROEX, 1987, apud, FOPROEX 2012)

Nesta nova concepção podemos destacar que o papel social da extensão está além da concepção dualista e hierárquica de universidade e sociedade, personificada na prestação de serviços, mas sim, nas trocas e na valorização do conhecimento e da cultura popular, fator que não se apresentava presente nos meios legais que legislam a dinâmica universitária brasileira.

O FORPROEX, segundo informação de seu *site* institucional⁷, é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão. Tem como canais de comunicação a RENEX (Rede Nacional de Extensão), que tem por objetivos: cadastrar e divulgar ações extensionistas universitárias e coordenar o Sistema

⁷ <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18>. Acesso em 31 jan. 2013.

Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, banco de dados que agrega as práticas de extensão universitária no país. Os encontros do FORPROEX são anuais e ocorrem em torno de uma temática norteadora.

A extensão universitária também apresentou espaço na Constituição Nacional, vide o artigo 207, que reafirma a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 1988), caráter que foi incorporado e expandido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) (lei nº 9.394/96) (BRASIL, 1996), atribuindo à extensão espaço destacado no contexto universitário.

Todavia, com a inserção do país no contexto neoliberal, as atividades extensionistas assumem outro papel: a de possibilidade de gerar arrecadação e recursos extra orçamentários para a universidade, conforme conclusões de Assis (2007). Outro fenômeno corresponde aos cursos de extensão assumir o papel de formação pós-universitária visando o aperfeiçoamento de mão de obra especializada via cursos pagos, na maioria das situações. Este fato remete às primeiras experiências extensionistas promovidas pela Universidade Livre de São Paulo, e que não dialoga com as concepções propostas pelo FORPROEX, personificadas na abrangência social da extensão, entretanto esta concepção não é ilegal, visto que, esta prática é prevista e legitimada nos estatutos das universidades brasileiras.

Sendo assim, torna-se impossível descrever a extensão apenas sob as via legais, pois a extensão universitária assume papéis conforme os sujeitos sociais envolvidos em sua concepção metodológica.

5.1 A experiência da Faculdade de Educação Física da Unicamp

Criada em 1985, a Faculdade de Educação Física da Unicamp considera as atividades de extensão como um dos pilares de sua atuação. Segundo o *site* da instituição a presente faculdade figura entre uma das maiores prestadores de serviços voltados para a comunidade, com mais de 2.500 vagas em cursos de atividade física e esportes.⁸ Na Resolução Congregação FEF/Unicamp no. 65/87 denota-se as atividades de extensão como:

Art. 1 [...] o conjunto de ações processuais e contínuas pertencentes ao universo das manifestações das práticas corporais, de caráter educativo,

⁸ <http://www.fef.unicamp.br/fef/historico>. Acesso em: 31 jan. 2013.

social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos definido e prazo determinado.

Nesse sentido as atividades de extensão propostas pela Faculdade transcendem as atividades de cunho prático esportivo. O artigo 5º do mesmo dispositivo descreve as classificações das atividades extensionistas, que podem ser realizadas através de cursos (ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e com processo de avaliação); eventos como: Congressos, Seminários, Ciclo de debates, Eventos esportivos, Festivais dentre outras manifestações; Prestação de serviços (Consultorias, assessorias, curadoria, depósito de patentes, contrato de transferência de tecnologia dentre outros elementos).

Os cursos de extensão da FEF são de responsabilidade da CODESP (Coordenadoria de Desenvolvimento do Esporte), que também se responsabiliza pela administração dos espaços físicos da FEF/UNICAMP (quadras poliesportivas, piscina, ginásios dentre outros). Os cursos de extensão em atividade física são semestrais e ministrados por alunos dos programas de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação Física, recebendo, ou não, remuneração pelo desenvolvimento das atividades, conforme informações disponibilizadas no *site* da instituição.⁹

O canal de comunicação e divulgação das atividades de extensão se procede por meio do *site* da própria instituição. Neste local encontram-se informações sobre os procedimentos de inscrição, condições e preços dos cursos oferecidos (poucos cursos são gratuitos). Paga-se uma taxa única para o semestre via boleto bancário. Os valores variam conforme a atividade escolhida.

Como anteriormente apontado, a proliferação de cursos de extensão realizados mediante o pagamento, é uma tendência contemporânea. Um dos motivos para este fenômeno, podemos inferir, encontra-se na necessidade de manutenção do corpo docente, assim como, dos materiais e espaços da universidade, já que muitos são compartilhados com as rotinas acadêmicas normais da faculdade.

Nesse tocante, a universidade, mais especificamente a Faculdade de Educação Física assume o papel claro de prestadora de serviços, utilizando a extensão como laboratório para aprendizado, aperfeiçoamentos e realização de pesquisas acadêmicas pelo seu corpo discente e docente, além de proporcionar a oportunidade de

⁹ <http://www.fef.unicamp.br/fef/extensao/apresentacao>. Acesso em: 31 jan. 2013.

desenvolvimento e aprimoramento profissional do corpo discente, colocando-os em situações que refletem a realidade, influenciando assim, sua prática profissional.

Porém este caráter extensionista não apresenta diálogo na concepção de extensão como democratização do conhecimento aos moldes descritos pela FORPROEX (2012), pois ela envolve uma forte relação comercial, comparável à realidade de academias, clubes e escolas de iniciação esportiva.

Entretanto a própria Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) formaliza na deliberação CEPE – A005/1996 de 12/06/1996, que a extensão universitária não deve exclusivamente congregar o aprimoramento e a participação popular no processo de concepção e desenvolvimento de suas atividades extensionistas:

Art. 1 – Os cursos de extensão, instituídos com o propósito de divulgar e atualizar conhecimentos e técnicas de trabalho poderão alcançar o Âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas. Poderão ser desenvolvidas em nível universitário ou não, de acordo com seu conteúdo e sentido que assumam [...] grifo nosso. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 1996)

As atividades físicas adaptadas, em particular o esporte adaptado, também são reguladas pela CODESP, visto ser o órgão responsável por legislar sobre os espaços físicos e materiais da FEF/UNICAMP, entretanto estas atividades seguem procedimentos de acesso e desenvolvimento das atividades de forma diferente comparados aos projetos de extensão regulamente oferecidos. No local reservado para as inscrições dos projetos de extensão não foi encontrada informações para o acesso as opções de atividade física e esporte adaptado.

No *site* da FEF\UNICAMP, mas precisamente no campo “Atividade física adaptada”¹⁰, sob responsabilidade do DEAFA (Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada) encontramos informações sobre os projetos de extensão em esporte adaptado disponíveis, que são: rúgbi em cadeira de rodas, handebol em cadeira de rodas e esgrima em cadeira de rodas, *goalball* e natação adaptada. Neste local, encontram-se informações sobre o público alvo e horários de realização das atividades, entretanto, não se especificam detalhes do acesso às atividades (não existe especificação se as atividades ocorrem mediante ao pagamento semestral, conforme observado nas atividades de extensão “regulares”). O site disponibiliza apenas contato via telefone e e-

¹⁰ <http://fefnet172.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/afa/projetos.html>. Acesso em: 31 jan. 2013.

mail, para maiores informações sobre os projetos disponíveis.

Em pesquisa de campo constatou-se que algumas atividades não são mais oferecidas (como por exemplo, a natação adaptada e o *goalball*) e outras se desenvolvem sem ampla divulgação (atividades percepto-motoras para crianças com deficiência física e o tênis de campo para usuários de cadeira de rodas), sendo assim, algumas informações devem ser vistas com cautela devido à desatualização da página. Nesta mesma pesquisa constatou-se que as atividades de extensão em esporte adaptado (rúgbi, handebol e esgrima em cadeira de rodas) desenvolviam-se de forma multidisciplinar através da parceria entre a Faculdade de Educação Física e a ADEACAMP (Associação de Esportes Adaptados de Campinas).

Em pesquisa na rede, constatou-se que a ADEACAMP mantém comunicação com a comunidade por meio de um *blog*¹¹, entretanto não se encontrou informações institucionais, bem como, sua relação com a Faculdade de Educação Física da Unicamp. Buscou-se então uma abordagem aos membros responsáveis pela instituição ADEACAMP, que gentilmente cederam um documento preparado para a busca de patrocínios, no qual, descreve institucionalmente a associação.

Segundo este documento, a ADEACAMP (2012): “é uma entidade fundada em 2008, que visa o desenvolvimento e o fomento da prática de modalidades esportivas paralímpicas e adaptadas na região de Campinas.” A associação tem como objetivo: “Estimular a prática de esportes e a inclusão social” e atua em parceria com instituições como a Faculdade de Ciências Médicas (FCM/UNICAMP), Instituto de Coração (INCOR) de São Paulo – SP e Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas FEF/UNICAMP no tocante a concessão do local de treinamento, materiais e participação de forma efetiva dos alunos dos programas de graduação e pós-graduação em Educação Física da referida universidade.

Atualmente são oferecidas quatro modalidades esportivas adaptadas, dentre elas: o rúgbi, handebol, a esgrima em cadeira de rodas e a bocha adaptada. Destes projetos formam-se equipes altamente competitivas que se destacam em cenário nacional e internacional. Entretanto, qual é a ligação destes atletas com os projetos de extensão? Com devemos compreender a participação destes indivíduos nos projetos?: praticantes com foco no rendimento esportivos ou praticantes de uma modalidade

¹¹ <http://rugbiadeacamp.wordpress.com/sobre/> Acesso em: 31 jan. 2013.

visando o bem estar? Como se formou a rede de informação e difusão destas modalidades esportivas, visto que os veículos de acesso à informação das modalidades esportivas na FEF\UNICAMP encontraram-se, muitas vezes, imprecisas ou desatualizadas?

Estas são questões que transcendem os conhecimentos institucionais acerca da extensão universitária e são a tônica deste estudo. As “respostas” irão emergir a partir do conhecimento dos relatos dos próprios praticantes, mas precisamente do projeto rúgbi em cadeira de rodas (RCR).

6 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Sem um projeto, materiais de construção poderão ser reunidos, mas não haverá orientações alguma ao tipo ou quantidade necessários. Carpinteiros, pedreiros e encanadores poderão reunir tais materiais, mas cada um deles terá uma concepção diversa da estrutura que deverão erigir. (FRANCO, 2005, p. 34).

6.1 Metodologia e procedimentos

A pesquisa apresenta ênfase qualitativa, além de utilizar-se de procedimentos dos estudos descritivos, que segundo Triviños (1992) consiste no [...] desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação sua preparação para o trabalho, seus valores [...] (p. 110). Best (1972 apud MARCONI, LAKATOS, 2008) acredita que a pesquisa descritiva “delineia o que é”, abordando quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando seu funcionamento no presente.

A amostra do trabalho compreendeu 10 praticantes de rúgbi em cadeira de rodas do projeto de extensão que ocorre na Faculdade de Educação Física da Unicamp, que voluntariamente se prontificaram a participar da pesquisa. Em sondagem com os coordenadores do projeto, constatou-se que a população do estudo compôs-se de indivíduos do sexo masculino, adultos com idades entre 23 e 42 anos com lesão medular (tetraplegia). Devido o trabalho envolver seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da rede CEP/CONEP, recebendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 16549113.8.0000.5404.

Para a coleta de dados realizou-se entrevistas gravadas em áudio através do gravador digital *Olympus Digital Voice Recorder VN 5200 PC^R*. O conteúdo foi salvo em formato mp3 para a devida transcrição na íntegra de seus conteúdos.

Para Marconi e Lakatos (2008) a entrevista objetiva-se basicamente na obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Além deste meio ser um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados, a entrevista apresenta-se com um meio eficiente para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

As entrevistas do estudo apresentavam caráter estruturado, ou seja, foram realizadas mediante um formulário/roteiro. Marconi e Lakatos (2008) descrevem este procedimento: o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, realizando as entrevistas de acordo com um formulário elaborado, efetuado de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

As mesmas autoras descrevem formulário como um roteiro de perguntas preenchidas pelo entrevistador no ato da entrevista. O formulário da entrevista contemplou as seguintes temáticas: interesses na prática esportiva, barreiras e possibilidades vivenciadas na prática esportiva e influência da prática esportiva em sua vida social. A escolha da gravação em áudio ocorreu devido a “fluidez” dos relatos orais frente ao trabalho manuscrito do entrevistador que poderia ter causado a perda de informações relevantes para o estudo.

A justificativa para a escolha deste tipo de entrevista provém de argumentos de Lodi (1974, apud MARCONI, LAKATOS, 2008): o motivo da padronização é obter dos entrevistados respostas as mesmas perguntas permitindo que todas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes.

A coleta de dados foi realizada nas dependências da Faculdade de Educação Física da Unicamp conforme a disponibilidade dos sujeitos em questão (que geralmente foi antes ou depois dos horários da prática esportiva).

A forma de análise dos dados ocorreu por meio de análise do conteúdo conforme procedimentos descritos por Bardin (2011) e Franco (2005), além do aporte de pesquisa bibliográfica e documental como livros, fontes em formato digital, artigos de periódicos e dispositivos legais que tratam dos temas: deficiência, práticas corporais e esporte adaptado, pertinentes para conhecimento prévio e análise acerca da realidade e das condições de produção da população estudada.

A análise de conteúdo, por ser uma sistemática de análise, respeita procedimentos que a caracterizam como tal, por essa razão, deve ser descrita com maiores detalhes.

6.1.2 A análise do conteúdo: uma forma de análise das comunicações

A decodificação de símbolos e escrituras sempre foram ambições dos homens. Nos mistérios da linguagem e da comunicação (visual ou sonora) e a preocupação com a análise de seus conteúdos, segundo Franco (2005) é fator muito mais antigo que a reflexão científica.

Sendo assim, a comunicação, que pode ser oral, escrita, gestual, silenciosa, figurativa ou documental, que se materializa na mensagem é o ponto de partida (e fonte) do procedimento metodológico conhecido como análise de conteúdo. (FRANCO, 2005).

Pêcheux (apud FRANCO, 2005) relata que este método procura conhecer aquilo que está por trás das palavras e Marconi e Lakatos (2008) reiteram mencionando que a análise de conteúdo consiste em uma técnica de descrição sistemática das comunicações, que visa os produtos da ação humana, voltando-se para os estudos das ideias e não para a palavra em si.

Bardin (2011) descreve a análise do conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens. Isto postulado podemos inferir que os conteúdos das mensagens congregam significados e sentidos que permeiam a dinâmica social. Franco (2005) menciona a diferença entre os vocábulos significado e sentido: primeiro consiste em generalizações de um objeto a partir de características definidoras e a segunda reflete a atribuição de um significado pessoal que se manifesta a partir das representações sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.

Bardin (2011) e Franco (2005) caracterizam a análise do conteúdo como intenção à inferência (dedução lógica) de conhecimento relacionado às condições de produção (evolução histórica, situações econômicas e socioculturais), sendo assim, a contextualização por meio do meio de produção pode ser considerada o “pano de fundo” que garante a relevância ao estudo. Assim, toda análise de conteúdo implica em comparações.

Franco (2005) classifica a origem do exercício de inferir, sendo esses: de ordem das características do texto; sobre as causas e\ou antecedentes da mensagem da

mensagem e os possíveis efeitos da comunicação.

A mesma autora sinaliza a pertinência na realização de um plano de pesquisa, ou seja, a realização de um plano para a coleta e análise de dados a fim de responder à pergunta do estudo. Analogicamente o plano de pesquisa assume o papel de uma planta arquitetônica de uma casa, que preza a harmonia entre os materiais disponíveis e a execução racional de sua construção.

Bardin (2011) descreve diversas técnicas¹² de análise de conteúdo, entretanto para fins de análise dos resultados do estudo optou-se pela análise categorial, descrita como método mais antigo e utilizado de análise, consistindo em operações de desmembramento do texto em unidades ou em categorias. O método também conhecido por análise temática é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (idem).

Franco (2005) relata que as categorias criadas surgem nas respostas, para depois serem interpretadas em relação às teorias explicativas, entretanto a reprodutibilidade das categorias seguem os seguintes requisitos:

- A exclusão mútua: diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas;
- A pertinência: é considerada uma categoria pertinente a que se encontra adaptada tanto ao material de análise escolhido, assim como, o quadro teórico definido;
- A objetividade e a fidedignidade: o mesmo material deve ser codificado da mesma maneira, mesmo que submetido a várias outras análises;
- A produtividade: concentrar-se na possibilidade de fornecer dados relevantes para o aprofundamento de teorias e para a orientação de uma prática crítica, construtiva e transformadora.

Propriamente antes de formar categorias devem-se definir as unidades de análise, que proporcionarão subsídios para a formação das categorias. Franco (2005) destaca duas unidades de análises: as unidades de registro e as unidades de contexto.

As unidades de registro, elemento da análise do conteúdo cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias desenvolvidas, e se subdivide em dois grupos: a

¹² Bardin (2011) destaca os seguintes procedimentos: a análise de avaliação, a análise de enunciação, a análise proposicional do discurso, a análise de expressão e a análise das relações.

palavra (menor unidade de análise) ou o tema (levantamento sobre determinado assunto). (FRANCO, 2005). Pode-se classificar via outros mecanismos, como, por exemplo, por personagem (através de indicadores como escolaridade, etnia, sexo, nacionalidade, religião dentre outros fatores) e por item que se preocupa em conhecer os atributos definidores de um objeto.

A outra unidade caracterizada pela autora (2005) é a unidade de contexto, que consiste na parte mais ampla do conteúdo, o “pano de fundo” e que imprime significado às unidades de análise. Geralmente são relatadas sob forma de histórias de vida, depoimentos pessoais ou um conjunto de palavras.

Independente do método de análise escolhido, Bardin (2011) descreve as seguintes etapas cronológicas para a realização de uma análise de conteúdo:

1) A Pré análise

É a fase de organização propriamente dita. Esta fase compõe-se dos seguintes elementos:

- “a leitura flutuante” (deixar-se invadir pelas primeiras impressões, emoções e expectativas na leitura dos documentos disponíveis);
- a escolha dos documentos (no caso, realizamos entrevistas estruturadas);
- a formulação de hipóteses e dos objetivos da análise (a realização do plano de pesquisa);
- a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores;¹³
- a preparação do material (as entrevistas gravadas devem ser transcritas na íntegra e as gravações conservadas). Nessa etapa realizam-se procedimentos que facilitam a análise como, por exemplo, a tabulação as entrevistas.

2) Exploração do material

Consiste na codificação, que se trata de um processo em que os resultados brutos são transformados sistematicamente e agregado em unidades – de registro e de

¹³ Franco (2005) menciona que os índices são menções explícitas, ou subjacente de um tema em uma mensagem.

contexto- que permitem a descrição das características do conteúdo das mensagens. A codificação consiste na escolha de três modelos: o recorte (escolhas das unidades); a enumeração escolhas de regras de contagem (que são pertinentes em uma análise quantitativa) e a classificação que consiste na formulação de categorias de análise.

3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Nesta etapa é importante a realização de quadros, diagramas, figuras e modelos que permitem destacar as informações obtidas na análise. Tendo a disposição os resultados e as inferências do material deve-se interpretá-los baseando-se nos objetivos iniciais ou mencionar possíveis descobertas inesperadas.

Sendo assim, a interpretação e análise dos dados são a tônica deste módulo. Para isso as fontes documentais e bibliográficas contribuirão para a compreensão do contexto que transcende o indivíduo e o esporte como elementos isolados do contexto social, principalmente nos fatores que permeiam a legitimação e sua promoção na sociedade.

7 RESULTADOS E ANÁLISES

7.1 Implicações metodológicas e os mecanismos para a formação das categorias de análise

Para a compreensão dos sentidos atribuídos a prática esportiva pela pessoa com deficiência e os possíveis reflexos sociais desta prática, nosso olhar será direcionado para três eixos: as representações do esporte no período anterior à lesão; as implicações do esporte no período da deficiência e os possíveis diálogos da prática esportiva com a dinâmica social.

Para a coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas, foi realizado um roteiro que contemplava as seguintes questões:

- 1 – O esporte era um elemento presente em sua vida antes da lesão? Se sim quais modalidades e por que as praticava?
- 2 – Por que motivo você procurou praticar essa modalidade esportiva [no caso, o rúgbi em cadeira de rodas]?
- 3 – O que você buscava inicialmente com a prática de um esporte [antes do rúgbi em cadeira de rodas]?
- 4 – E no presente momento [com a prática do rúgbi em cadeira de rodas]?
- 5 – Com relação ao seu núcleo social (família, amigos, colegas de trabalho, vizinho, entre outros) como você acha que estes indivíduos enxergam sua relação com o esporte?
- 6 – Você enfrentou alguma barreira (física social ou psicológica) para praticar o esporte?
- 7 – Você percebeu algum benefício alcançado pela prática esportiva?

Com relação ao roteiro, as questões um e três preocupavam-se em investigar o passado esportivo do sujeito, as questões dois e quatro as representações do rúgbi em cadeira de rodas, observando-se possíveis mudanças no sentido atribuído ao esporte e as questões cinco, seis e sete buscou-se os possíveis desdobramentos, assim como, imagens do rúgbi em cadeira de rodas no contexto pessoal e principalmente social.

Durante a realização da coleta de dados reportamos alguns problemas na condução das entrevistas, mas que de maneira geral não afetou a integridade do estudo.

É pertinente citar estas intercorrências, pois isto permite a melhora, em posteriores estudos, que procuram as representações sociais do esporte na vida do sujeito com ou sem deficiência.

O primeiro problema reflete a clareza das questões realizadas, pois algumas sugerem certa ambiguidade ou até mesmo imprecisão do que está sendo questionado. Um exemplo ocorreu nas questões um e três, que pareciam buscar o mesmo questionamento. Isto foi observado durante as respostas dos entrevistados que repetiam os aspectos mencionados na questão um como resposta a terceira.

De princípio o estudo segue um caráter estruturado, em que se preza a não interferência do entrevistador frente às questões, mas, para não afetar a integridade do estudo adaptamos algumas questões a fins que contemplar os objetivos propostos pelo estudo (são as observações apresentadas em colchetes nas questões dois, três e quatro).

Outro fator para posteriores melhorias encontra-se na ordem das questões com relação aos eixos em que esta ocupa, por exemplo, as questões um e três deveriam ser agrupadas, ou seja, perguntadas em seguida, entretanto esta foi interceptada por outra questão que foge do contexto anteriormente citado pelo entrevistado.

Muitas questões contemplavam diversos aspectos, como, por exemplo, a questão um e principalmente a questão cinco, o que dificultou aproveitar na íntegra os objetivos das questões, mas não o seu entendimento. Outros assuntos não foram contemplados no estudo como os possíveis problemas desenvolvidos pela prática esportiva adaptada, contexto que seria um pertinente contraponto a questão sete. A omissão deste elemento demonstraria certa “tendenciosidade” no estudo, entretanto reservamos o espaço para comentar este aspecto na discussão devido este aspecto ter sido citado por alguns entrevistados.

Uma possível maneira de atenuar os problemas relacionados ao instrumento de coleta de dados seria a realização de um procedimento denominado “pré-teste”, que tem por finalidade o aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados, observando se as questões não geram dúvidas ou viés, nem causem embaraços. (MARCONI, LAKATOS, 2008).

Outros fatores que fogem os procedimentos metodológicos, mas que de alguma forma interferiram na dinâmica da coleta de dados, foram as possibilidades e interpretações das questões realizadas pelos entrevistados, demonstrando que o jogo das

interpretações e a absorção das representações sociais ocorrem antes mesmo do trabalho do analista.

Sobre este aspecto Franco (2005) revela que o sentido (de mensagens verbais ou simbólicas) implica a atribuição de um significado pessoal que se manifesta a partir das representações sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.

Outro problema ocorreu na dinâmica das entrevistas. Como muitos indivíduos não possuíam domicílio na cidade de Campinas-SP, foi convencionado que as entrevistas deveriam ocorrer nas dependências da FEF/ UNICAMP de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. Porém, intercorrências como: pouco tempo para realizar as entrevistas devido à necessidade de condução dos sujeitos em transporte adaptado público (que apresentam horários pré-estabelecidos em seu itinerário), a realização de abordagens depois da prática esportiva, período de cansaço físico mental ou sessões de treinamento que se prolongavam além do período estipulado, inviabilizando a coleta de dados, dificultaram a realização das entrevistas.

Com relação aos procedimentos de categorização, seguimos os parâmetros estipulados na proposta metodológica. As categorias são descritas, demonstrando o caráter de exclusão mútua entre elas. As unidades de registro são exemplificadas, elemento que reforça a representação de dada categoria. Manteve-se de forma literal do discurso dos entrevistados, tanto com relação a erros de concordância quanto ao padrão da norma culta da língua portuguesa.

A ocorrência dessas unidades estabeleceu-se a partir do número de entrevistados que citou determinado aspecto e não quantas vezes um dado elemento foi reportadas no discurso dos sujeitos. Conforme descrito na metodologia, a ênfase será nas representações em si em detrimento a ênfase sob os aspectos mensuráveis. As unidades de contexto estarão mais bem apresentadas na discussão do trabalho.

Conforme anteriormente descrito, o sentido dos elementos relaciona-se com questões de ordem pessoal em relação ao contexto que cerca o indivíduo, sendo assim, alguns aspectos não foram contemplados na questão alvo, mas foram reportados em outras questões, dentro de outro contexto, sendo essas respostas, redirecionadas para a questão alvo.

Outras questões não mencionadas ou inicialmente de não interesse ao

estudo, mas depois tidas como relevantes, foram utilizadas e mais desenvolvidas na discussão do estudo, como, por exemplo, a prática esportiva de outra modalidade adaptada ou as intercorrências causadas pela prática do rúgbi em cadeira de rodas.

7.2 O esporte e os indivíduos: suas representações no período anterior a lesão

Este eixo compreende as questões um e três do roteiro de entrevista e preocupa-se em conhecer os fatores motivadores do esporte na vida do indivíduo no período anterior a lesão, buscando compreender se o esporte era elemento representativo na vida do sujeito. Conforme os procedimentos metodológicos, obtivemos os seguintes resultados, conforme apresentado no quadro 1:

QUADRO 1

Práticas corporais e/ou esportivas realizadas no período anterior a lesão medular e a prática de rúgbi em cadeira de rodas

SUJEITOS	PRÁTICA CORPORAL/ESPORTIVA ANTES DA LESÃO	PRÁTICA CORPORAL/ESPORTIVA NO PÓS- LESÃO (ANTES DO RÚGBI EM CADEIRA DE RODAS)
Entrevistado 1	Musculação e lutas	Esporte adaptado (não especificado)
Entrevistado 2	Natação	Handebol em cadeira de rodas
Entrevistado 3	Provas pedestres, corridas de rua, triatlons, biatlons, vôlei, basquete, futsal e futebol de campo	Handebol em cadeira de rodas e atletismo
Entrevistado 4	Futebol, corridas de rua (atletismo) e vôlei	Não relatado
Entrevistado 5	Kung-fu, caratê, natação, basquete e vôlei	Não relatado
Entrevistado 6	Vôlei e ciclismo	Não relatado
Entrevistado 7	Futebol	Não relatado
Entrevistado 8	Não praticava nenhum esporte	Não relatado
Entrevistado 9	Handebol	Basquete em cadeira de rodas
Entrevistado 10	Futebol	Não relatado

Mencionamos a palavra “práticas corporais” devido o elemento esporte ter sido compreendido genericamente no contexto da atividade física (sistematizada ou não). Para ilustrar, o entrevistado um cita a musculação numa questão relacionada a prática esportiva. Saber se em algum momento o sujeito realizou alguma prática corporal/esportiva nos ajuda a compreender a maneira que o esporte adaptado se

instalou em sua vida.

De todos os indivíduos citados, o entrevistado sete e o oito revelaram que o esporte não era elemento presente em sua vida (entretanto o entrevistado sete revela que praticava futebol nos períodos livres de sua rotina de trabalho). Este conflito pode ser originado devido o esporte estar representado como elemento de pouca relevância na rotina dos entrevistados, mesmo que se admita a realização de alguma prática corporal esporádica. Outra explicação pode ser no sentido da palavra “esporte”, que necessariamente reduz as opções de práticas corporais a serem relatadas.

Quando mencionamos a palavra “esporte”, podemos compreendê-la como uma estrutura sistematizada e específica que dentro de um escopo de regras, aspectos e gestos caracterizam e se diferenciam de outras práticas. Entretanto existem diversas práticas corporais que não se enquadram nesta categoria, como por exemplo, a atividade física, que não necessariamente é sistematizada. Sendo assim, os entrevistados (principalmente o sujeito oito) podem ter realizado outras práticas corporais que não se encaixam na categoria “esporte” e que seriam relevantes de serem reportadas.

Os entrevistados dois, quatro, cinco e nove relatam a prática esportiva como elemento presente desde a infância, deste conjunto, os entrevistados dois e cinco mencionam a família como meios facilitadores para a prática esportiva.

O esporte na infância para além das contribuições fisiológicas também contribui para a consolidação da cultura esportiva na vida do indivíduo (ou como fator de ordem positiva ou negativa). Os entrevistados um, três, seis e sete iniciam seus relatos relacionando o esporte na fase adulta, entretanto o entrevistado dez não deixa claro o período em que “iniciou” ou “período em que a prática esportiva foi significativa” em sua vida. O conhecimento do esporte no período anterior ao rúgbi nos ajuda a compreender a possível continuidade da vida esportiva dos sujeitos em questão.

Dos entrevistados, quatro (um, dois, três e nove) deixaram clara a adoção de outra modalidade esportiva adaptada anterior ao rúgbi em cadeira de rodas. O restante, podemos inferir que o rúgbi foi sua primeira modalidade adaptada. Passagens como do entrevistado quatro: “o rúgbi veio em minha vida por causa da lesão, não conhecia e após a lesão a gente fica sem muitas alternativas de esporte”; entrevistado seis: “Depois que eu tive a lesão foi me apresentado o rúgbi no centro de reabilitação”; entrevistado oito: “eu não conhecia nada assim específico para tetraplégico, né, aí conheci o rúgbi e

comecei a praticar” reforçam este aspecto.

Sobre os demais sujeitos (entrevistados cinco, sete e dez) não existem elementos suficientes que levem a inferir a prática de outra modalidade adaptada anterior ao rúgbi em cadeira de rodas. Quanto às razões e motivações para a realização de alguma prática esportiva, encontramos os seguintes elementos nos relatos dos entrevistados, conforme descrito no quadro 2 e no quadro 3:

]

QUADRO 2

Motivações encontradas para a realização da prática corporal esportiva pelos sujeitos no período anterior à lesão medular

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
IMAGEM CORPORAL	Refere-se a aspectos ligados a aparência física e sua interação o esporte (ou outras práticas corporais)	“[...] gostava de manter a forma e ficar com um corpo atlético [...]” (ent. 1) – (Q.1) ¹ “[...] ficar em forma [...]” (ent. 1) - (Q.3) ² “Era manter o físico né, tentar fugir da barriguinha [...]” (ent. 4)- (Q.3)
AFINIDADE COM O ESPORTE	Características de dada modalidade (ou prática corporal) em consonância a personalidade ou gosto pessoal do indivíduo	“[...] eu me dava melhor em esporte individual” (ent. 1) - (Q.1) “[...] eu praticava futebol né, que é uma paixão nacional e todo moleque acho tem que jogar futebol [...]” (ent. 4) - (Q.1) “[...] fazia ciclismo, mas praticava sim por que eu gostava muito de esporte.” (ent.6) – (Q.1) “Ter um corpo saudável ” (ent. 1) - (Q.3)
SAÚDE	Possibilidades do esporte com relação aos ganhos de saúde	“[...] era mais por questão de saúde , assim para nadar, tal [...]” (ent. 2) - (Q.2) ³ “[...] natação né, é bem completo , pega todos os membros assim, respiração tudo, mas por saúde .” (ent. 2) - (Q.3) “[...] buscando num segundo momento, de maneira secundária a saúde, qualidade de vida ” (ent. 3) - (Q.2) “[...] o alívio, a respiração e faz bem para o corpo ” (ent. 5) – (Q.3) “[...] melhor qualidade de vida eu percebi que eu me sentia melhor né fisicamente [...]” (ent. 9) - (Q.3)
PROFISSIONAL	Os esportes (ou práticas corporais) ligados às escolhas e atuação profissional	“[...] eu sou educador físico e ate por conta disso acabei me envolvendo com algumas modalidades [...]” (ent. 3) (Q.1) “[...] com 17 anos escolhi fazer educação física ” (ent. 5) – (Q.1) “[...] eu fui federado em vôlei [...]” (ent. 6) – (Q.1)
HEDONISMO, LAZER E SOCIALIZAÇÃO	O esporte (ou outras práticas corporais) como meio de prazer e ou socialização.	“[...] modalidades coletivas, mas sempre com fim lúdico ” (ent. 3) (Q.1) “Em princípio por prazer porque essas modalidades me traziam oportunidade de lazer de convívio social ” [...] principalmente lazer ” (ent. 3) (Q.2) “Buscava ter prazer de praticar a modalidade” (ent. 3) (Q.3) “[...] então todo ano eu corria e sempre a tarde reunia uns colegas e a gente dava umas voltas pela cidade fazia um percurso né [...]” “[...] de vez em quando a gente jogava vôlei com a turma ” (ent. 4) - (Q.1) “[...] convívio também com os amigos porque quando você pratica um esporte você se reúne com os seus colegas” “[...] você acaba fazendo mais amigos através do esporte [...]” “[...] era gostoso você reunir um grupo e sair correndo pela cidade à tarde e depois sentar na frente de casa e ficar conversando né sobre vários assuntos [...]” (ent. 4) - (Q.3) “[...] jogava futebol quando tinha tempo ” (ent. 7) – (Q.1) “[...] futebol, mas só de fim de semana mesmo com os amigo ” (ent. 10) – (Q.1)
COMPENSATÓRIO	O esporte visando uma válvula de escape as situações do cotidiano.	“[...] descarregar o stress da vida [...]” “[...] descarregar energia que você tem guardado [...]” (ent. 5) (Q.3)

1 – Q 1: Questão/ 2 – Q 2: Questão 2/ 3 – Q 3: Questão 3

QUADRO 3

Relação entre as categorias e as ocorrências das motivações encontradas para a realização da prática corporal/esportiva no período anterior à lesão medular

CATEGORIAS	SUJEITOS	OCORRÊNCIAS
IMAGEM CORPORAL	1 – 4	2
AFINIDADE COM O ESPORTE	1 – 4 – 6	3
SAÚDE	1 – 2 – 3 – 5 – 9	5
PROFISSIONAL	3 – 5 – 6	3
HEDONISMO LAZER E SOCIALIZAÇÃO	3 – 4 – 7 – 10	4
COMPENSATÓRIO	5	1

Conforme a tabulação, podemos observar a ênfase das práticas corporais/esporte na promoção da saúde, entretanto a saúde dos entrevistados está ligada a outros aspectos. Por exemplo, para o entrevistado um a saúde é um reflexo de um corpo em forma, para os entrevistados dois, cinco e nove a saúde pauta-se através de indicadores metabólicos/ orgânicos e o entrevistado três cita o aspecto da qualidade de vida, entretanto sem o apelo, ao menos explícito, de indicadores de ordem orgânica. A qualidade de vida, pode se dizer, reflete uma percepção mais ampla da condição em que se encontra o indivíduo.

Em segundo plano as atividades esportivas cumprem um papel de destaque com relação ao repertório de atividades de lazer. É de conhecimento tanto sob o aspecto acadêmico como no âmbito social o papel do esporte como promotor do lazer e do hedonismo. Porém, nos relatos, observou-se que todos os momentos que refletiam a socialização entre os pares sociais envolviam momentos de hedonismo. Até mesmo em atividades de caráter individual como as provas pedestres (revelada pelo entrevistado quatro) eram uma forma de propor o encontro, sendo assim, a prática esportiva transcendia sua execução.

Em seguida o esporte também é lembrado como uma possibilidade de diálogo social, principalmente por meio do trabalho e serviços que envolvem a prática esportiva. O grupo entrevistado é composto de dois profissionais de Educação Física (entrevistados dois e cinco) além do entrevistado seis que buscava seguir carreira esportiva no vôlei.

A afinidade com o esporte relaciona-se principalmente com as características do esporte em consonância com a personalidade do indivíduo, que pode agregar influências do imaginário social com relação à escolha de uma modalidade. No caso do entrevistado quatro, podemos inferir as influências do pensamento “popular” em torno da cultura do futebol e sua prática pela juventude, em contraponto aos entrevistados um e seis que sugerem demandas mais “pessoais” com relação às suas escolhas esportivas.

A imagem corporal também é lembrada, pelos entrevistados um e quatro, como razões para a prática corporal/ esportiva. Isto ocorre devido às adaptações orgânicas e anatômicas da prática sistemática (de preferência) de uma atividade física. Nesse sentido o esporte cumpre o papel como aliado de setores como a indústria cultural que normaliza o indivíduo sob o viés estético.

Por fim o esporte cumpre também um papel funcionalista de fuga da rotina diária, descrita pelo entrevistado cinco como “estressante”. O lazer também pode cumprir este papel de distanciamento da realidade, entretanto não deve ser reduzido como o único dispositivo capaz de cumprir esta tarefa.

7.3 O rúgbi em cadeira de rodas na trajetória do indivíduo com deficiência

7.3.1 Sentidos e motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas

Este eixo compreende os aspectos relacionados às questões dois, quatro e sete do roteiro de entrevistas. O objetivo é conhecer as motivações para a prática da modalidade, observando possíveis mudanças na imagem da modalidade conforme tempo de prática, assim como conhecer o “habitat esportivo” dos praticantes de RCR e o viés que a instituição promotora da modalidade prega na disseminação da modalidade.

Outro fator de destaque são as possibilidades que a modalidade esportiva adaptada promoveu para o indivíduo, dentre elas, novas formas de significar o esporte para além de sua prática. Conforme os procedimentos metodológicos, as motivações para a prática esportiva, o rúgbi em cadeira de rodas, encontram-se descritas no quadro 4 e 5:

QUADRO 4

Motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas como esporte adaptado

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUB-CATEGORIAS	EXEMPLOS
ESPECIFICIDADE DO ESPORTE	Relaciona-se a características da modalidade que atraíram para sua prática	CONDIÇÃO FÍSICA	<p>“[...] é uma modalidade que é para tetraplégicos que é a minha deficiência [...]” (ent. 1)</p> <p>“[...] que era mais voltado para a minha deficiência, que era para os tetraplégicos [...]” (ent. 2)</p> <p>“[...] é uma modalidade que atende bastante especificamente pessoas com tetraplegia que é o meu caso [...] [...] me sentí mais a vontade praticando essa modalidade do que muitas outras [...] por que ela é mais específica e eu me sinto mais útil em quadra jogado rúgbi [...]” (ent. 3)</p> <p>“Então o rúgbi veio em minha vida por causa da lesão [...] e o rúgbi ele atente a nossa lesão [...]” (ent. 4)</p> <p>“[...] eu não conhecia nada assim específico para tetraplégico, né aí eu conheci o rúgbi [...]” (ent. 8)</p> <p>“Devido ser melhor na minha lesão, [...] minha lesão afetou muito a parte superior, o rúgbi é melhor nesse sentido” (ent. 9)</p>
		CONTATO FÍSICO	<p>“[...] por que é uma modalidade que tem contato, eu gosto de contato [...]” (ent. 1)</p> <p>“Que é um esporte que tem contato [...] o rúgbi que tem porrada [...]” (ent. 5)</p> <p>“[...] eu gostei muito por que sempre gostei de esporte de contato ainda mais depois da lesão [...]” (ent. 6)</p>
		TRABALHO MENTAL	<p>“[...] a modalidade é [pausa] [...] muito estratégica e que me atraiu desde cedo” (ent. 3)</p> <p>“[...] [o rúgbi] tem técnica [...] o rúgbi é um esporte bem completo.” (ent. 5)</p>
		FATOR EMOCIONAL	<p>“[...] é agressiva essa modalidade” você desconta a raiva nos outros [...] é achei por causa da emoção” (ent. 7)</p>
		ESPORTE COLETIVO	<p>“[...] eu queria um esporte coletivo que... alguma coisa diferente [...]” (ent. 2)</p> <p>“[...] e no coletivo é bem legal ainda mais sendo o rúgbi [...]” (ent. 5)</p>
		SÁUDE	Possibilidades do esporte com relação aos ganhos de saúde
HEDONISMO	<p>O esporte e/ou práticas corporais como meio de prazer</p> <p>“além do fato de ser uma modalidade é [pausa] bastante agradável” (ent. 3)</p>		

1 - Q 3: Questão 3

QUADRO 5

Relação entre as categorias e as ocorrências das motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas como esporte adaptado

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	SUJEITOS	OCORRÊNCIAS
ESPECIFICIDADES DO ESPORTE	Condição Física	1 –2– 3– 4 – 8–9	6
	Contato Físico	1- 5 - 6	3
	Trabalho Mental	3- 5	2
	Fator Emocional	7	1
	Esporte Coletivo	2- 5	2
SAÚDE	-	6- 7- 8 -10	4
HEDONISMO	-	3	1

Conforme as tabulações dos dados, que relacionam as motivações para a prática da modalidade rúgbi em cadeira de rodas, as especificidades da modalidade, ou seja, características que o esporte possui e/ou proporcionam foi preponderante para a adesão ao esporte por parte dos entrevistados.

Os aspectos ligados à condição física, no caso a tetraplegia, foi o que mais significou na adesão esportiva. Nestas circunstâncias podemos inferir que a modalidade selecionou os indivíduos e não ao contrário devido esta atender as condições físicas dos entrevistados. A pouca disponibilidade de modalidades voltadas para essa população pode ser um dos fatores que procuram explicar dado resultado.

O contato físico, elemento presente tanto no rúgbi “tradicional” como no rúgbi em cadeira de rodas foi caráter descrito com destaque e até certo fascínio pelos entrevistados. A possibilidade de experimentar os limites impostos pela condição física e a possibilidade na quebra de paradoxos ligados a fragilidade da deficiência tanto no âmbito pessoal como no social podem ser fatores que dialogam com o gosto pelo contato físico que a modalidade proporciona.

Os fatores ligados às questões psicológicas, proporcionados pela modalidade também foram relatados pelos entrevistados, dentre elas, a noção de estratégia de jogo. O intelecto, preservado, pode apresentar, para alguns entrevistados certo protagonismo nas ações da modalidade, fator que de alguma maneira podem proporcionar experiências de sucesso no contexto do jogo.

O esporte também aparece como forma de descarga emocional, ora por fatores

ligados a agressividade muitas vezes necessária na modalidade, ora pelo caráter hedônico que o esporte possa significar para os indivíduos. Porém o hedonismo não necessariamente deve ser considerado fator relacionado ao esporte, mas sim algo que faz sentido apenas para o sujeito.

A categoria saúde não apresentou espaço destacado, conforme se esperava, demonstrando uma tendência contraditória a adesão da pessoa deficiente na modalidade, ligadas a obtenção da melhora fisiológica. Essa tendência nos faz inferir que o rúgbi não surgiu no contexto reabilitativo, mas sim como uma continuidade da cultura esportiva dos sujeitos.

Outro fator relacionado consiste nas características do corpo institucional que oferece a modalidade para os sujeitos, que não se aproxima do viés clínico, mas sim, de um espaço que visa à promoção de atividades físicas, no caso o rúgbi, com um caráter sistematizado.

Com relação a obtenção das respostas deste eixo faz-se necessário mencionar algumas intercorrências: esse questionamento foi respondido no espaço da terceira pergunta pelos sujeitos sete, oito e dez. Uma das hipóteses para isto é a “inexistência” da prática esportiva, ou significativa percepção deste fenômeno na vida destes indivíduos antes da lesão, ou até mesmo, o não entendimento da pergunta.

As respostas dos indivíduos seis e dez mencionam o contexto reabilitativo e a ênfase ao esporte. Relacionamos a reabilitação sob o eixo saúde devido ao espaço das melhoras das capacidades biomotoras através do esporte, benefício encontrado, segundo os entrevistados, tanto no contexto clínico institucional, assim como na possibilidade de realização das atividades instrumentais da vida diária.

Outro interessante ponto observado nas respostas foi a rede de sociabilização em torno da modalidade, ou seja, o conhecimento da modalidade ocorreu devido aos contatos pessoais que os entrevistados possuíam. Esse caráter é observado na fala dos entrevistados dois e três (que praticavam outra modalidade na própria FEF UNICAMP), e os entrevistados quatro e dez que conheceram a modalidade através de amigos.

7.3.2 O rúgbi e o contexto atual: a resignificação da prática esportiva?

Este questionamento encontra-se presente na questão quatro do roteiro das entrevistas. Com esta pergunta visamos poder observar possíveis mudanças ou

ressignificações da modalidade esportiva. Conforme os procedimentos metodológicos obtiveram-se os seguintes resultados, descritos no quadro 6 e no quadro 7:

QUADRO 6

Motivações para a prática do rúgbi em cadeira de rodas no contexto “atual”

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
UNIVERSO ESPORTIVO “PROFISSIONAL”	Descrevem as nuances do esporte rendimento incorporado na rotina do indivíduo de maneira sistematizada e reconhecida, tanto pela sua percepção pessoal como por outras instituições sociais.	“[...] minha família sabe que por questão de competição mesmo” (ent. 1) - (Q.5) ¹
		“Ah hoje é meio que quase a minha profissão assim, a modalidade que eu pratico eu tenho bola recebo auxílio tal e é o que eu me dedico a maior parte do meu tempo [...]” (ent. 2)
SAUDE	Possibilidades do esporte com relação aos ganhos de saúde	“[...] algo que eu quero levar longe assim [pausa] Olimpíadas essas coisas, Paralimpíadas jogar tudo, que eu tenho meus objetivos e tal [...]” (ent. 2) - (Q.5)
		“É hoje eu já pratico rúgbi com fins competitivos então muda bastante o enfoque para mim, exige já uma disciplina , exige assiduidade o rigor [...] objetivo central, foco, é a competição , o resultado ”. (ent. 3)
SOCIABILIZAÇÃO	O esporte como meio de interação no meio social	“[...] já que eu sou bolsista no Ministério do Esporte [...]” (ent. 3) (Q. 7) ²
		“[...] também pratica sua modalidade esportiva eventualmente com fins competitivos como o meu [...]” (ent. 3) – (Q.5)
COMPENSATÓRIO	O esporte como meio de compensação para o indivíduo	“[...] treino forte pra ajudar a equipe a conseguir o título do Campeonato Brasileiro [...] e uma convocação para a Seleção Brasileira de Rúgbi ”. (ent. 6)
		“Desde que eu comecei no rúgbi meu objetivo sempre foi a seleção brasileira eu já alcancei, já fui convocado uma vez e agora tô tentando novas convocações ” (ent. 6) (Q. 3) ³
HEDONISMO	O esporte (ou outras práticas corporais) como meio de prazer	“[...] eu procuro o profissionalismo eu vi que tem chance de chegar, chegar bem alto na situação do rúgbi então o principal é o profissionalismo agora”. (ent. 9)
		“Usar o máximo possível do meu corpo do, da musculatura que sobrou” (ent. 1)
		“[...] eu busco manter o equilíbrio do corpo [...] o esporte ele traz vários benefícios para a nossa saúde [...]” (ent. 4)
		“[...] Condicionamento físico eu penso muito nisso [...]” (ent. 5)
		“[...] tá sempre com o corpo saudável praticando um esporte” (ent. 8)
		“Ah continuar melhorando procuro vir [...] a força tudo e fazer mais coisa que eu não consigo fazer hoje” (ent. 10)
		“Ah, eu gosto muito da integração com as pessoas né, conhecer novas pessoas [...]”. (ent. 8)
		“[...] então você ficar sem praticar alguma coisa, fazer assim, fazer nada você vai caindo no sedentarismo e acaba ficando às vezes mal humorado acha que num presta pra mais fazer mais nada [...]” (ent. 4)
		“[...] e colocar alguma coisa na cabeça [...] esporte é muito bom pra você descarregar o stress do dia a dia [...]”. (ent. 5)
		“No presente momento? Distração , distração total eu preciso disso” (ent. 7)
		“[...] não tenho sempre a busca pelo prazer apenas, é prazeroso tal [...]” (ent. 3) (Q. 4)

1 – Q 5: Questão 5/ 2- Q 7: Questão 7/ 3 – Q 3: Questão 3

QUADRO 7

Relação entre as categorias e as ocorrências das motivações para a prática do rúgbi em cadeira de rodas no contexto “atual”

CATEGORIA	SUJEITOS	OCORRÊNCIAS
UNIVERSO ESPORTIVO PROFISSIONAL	1- 2- 3- 6- 9	5
SAÚDE	1- 4- 5- 8- 10	5
SOCIABILIZAÇÃO	8	1
COMPENSATÓRIO	4- 5- 7	3
HEDONISMO	3	1

Conforme os dados tabulados, podemos perceber que com o desenvolvimento da atividade esportiva os sujeitos desenvolveram novos olhares para sua prática esportiva, ou seja, compreenderam outras propostas que o esporte pode proporcionar.

Um dado expressivo observado foi à possibilidade do exercício da modalidade sob um viés “profissional”, em que a competição, o treinamento sistemático e a obtenção do desempenho são metas objetivadas. Esse apontamento reforça ainda mais o perfil da equipe esportiva, em que o destaque no desenvolvimento das atividades é o treinamento sistematizado.

Deve-se frisar que a equipe composta pelos entrevistados apresenta resultados expressivos em competições em âmbito nacional e internacional, fato que possibilita a ampliação das possibilidades que a modalidade esportiva possa oferecer, vislumbrando “metas ambiciosas”, como por exemplo, futuras convocações para Seleção Brasileira de rúgbi em cadeira de rodas (entrevistado seis), ou mesmo participar de grandes eventos esportivos como as Paralimpíadas (entrevistado dois).

Outra questão interessante é que o pensamento de familiares e entes próximos, muitas vezes, encontra-se compartilhados pelos próprios entrevistados, como observado na fala dos sujeitos um e dois, por esta razão, fragmentos referentes a questão relacionando a prática esportiva no contexto social foram utilizadas para ilustrar o contexto do rúgbi na atual momento para o indivíduo.

O fator financeiro, como a aquisição de subsídios via Ministério do Esporte, relatado pelos entrevistados dois e três contribuem para reforçar o “profissionalismo” em

oposição a apenas a prática hedônica da modalidade. Os subsídios estão profundamente ligados ao desempenho esportivo dos entrevistados e ao destaque que este possui no cenário esportivo nacional

Em contrapartida ao universo esportivo profissional e as imagens que o rendimento produz no imaginário como o foco no gesto e o corpo como instrumento da modalidade esportiva, outros sentidos também são evidenciados pelos sujeitos.

A saúde mais uma vez encontra-se contemplada e com espaço destacado como justificativa para a prática esportiva. Uma das razões, podemos inferir, consiste nas possibilidades da manutenção da saúde física e mental que o esporte possibilita. Dos cinco sujeitos que relataram a temática saúde, dois são reincidentes, ou seja, alegaram que a saúde era umas das razões para a inserção à prática da modalidade (entrevistados oito e dez).

O entrevistado cinco relata a busca do condicionamento físico como o objetivo para sua prática esportiva contemporânea. Entretanto a questão do condicionamento do corpo pode gerar ambiguidades, pois podemos realizar o trabalho de melhora das condições fisiológicas para as atividades do dia a dia, como também, visando desempenho esportivo. No caso, classificamos esta questão como “saúde”, devido o contexto esportivo do atleta em que a prática esportiva apresenta um caráter compensatório frente sua rotina, distanciando assim do viés competitivo.

O caráter de fuga da realidade também é comentado pelo entrevistado sete, ponto que mostra que mesmo diante de uma equipe onde grande parte dos indivíduos (e conseqüentemente, o corpo gestor da modalidade) preza o modelo de rendimento, a prática pode ser possuir outras abordagens pelos indivíduos, possibilitando novas formas de se pensar o esporte mesmo em um ambiente não tão favorável para este movimento.

O hedonismo também possui forte relação com a socialização, em que o encontro entre os pares transcende a prática esportiva, além de ser um meio propício para a realização de outras trocas sociais e a possibilidade de ampliação das redes de relacionamento.

7.3.3 Possibilidades proporcionadas pelo rúgbi em cadeira de rodas

A prática esportiva, como mencionado anteriormente, não reduz apenas ao momento do treinamento, ou resume-se a otimização do gesto esportivo. Socialmente e

fisiologicamente ela promove resultados que produzem sentido na vida do indivíduo que refletem tanto no seu autoconceito, assim como, em como socialmente estes indivíduos se projetam no meio social.

Os benefícios da prática esportiva foi o objetivo da sétima questão. Podemos classificar esta questão como um marco transitório, ou seja, em que se procura introduzir as discussões do rúgbi em cadeira de rodas não apenas no foro particular, mas sim, possuindo desdobramentos sociais associados à dinâmica da comunidade dos indivíduos.

Durante a confecção das categorizações fez se necessário o conhecimento de dois núcleos, que dissertam as demandas individuais assim como as possibilidades sociais que a prática do esporte adaptado proporcionou. Mesmo sendo núcleos apresentados de forma separada, não podemos desconsiderar que ambos relacionam de maneira sincronizada principalmente nas representações que o indivíduo possui de sim que interfere em como ele se projeta em sua comunidade.

Conforme os procedimentos metodológicos foram destacados os seguintes aspectos relacionados aos benefícios que a modalidade RCR proporcionou aos entrevistados (Quadro 8 e 9):

QUADRO 8
Benefícios alcançados pela prática esportiva adaptada

EFEITO	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
NÚCLEO DOS CONTEÚDOS PESSOAIS	SAÚDE	Apontamentos referentes às adaptações orgânicas, reabilitação física e o bem estar do sujeito.	<p>“[...] melhorou muito minha condição, melhorou minha respiração melhorou minha capacidade, aeróbia melhorou minha força, mas mais foi a capacidade aeróbia. Só isso, a parte física” (ent. 1)</p> <p>“Então foi com o esporte assim, tanto o condicionamento melhorei assim fisicamente [...]” (ent. 2)</p> <p>“Diversos, fisicamente [...] eu percebo que o meu toque da cadeira é mais fácil, minhas transferências são facilitadas” [...] percebo sim benefício físicos [...]” (ent. 3)</p> <p>“você num ganha só isso né, melhorias pro corpo você ganha melhorias para a sua saúde” (ent. 4) – (Q. 4) ¹</p> <p>“[...] praticando esporte eu consigo tocar a cadeira melhor no dia a dia [...] (ent. 4) – (Q.5) ²</p> <p>“Ah tudo, qualidade de vida [...], [benefícios] tanto como o corpo físico [...]” (ent. 5)</p> <p>“Sim, muitos [benefícios] tanto fisicamente [...]” (ent. 6)</p> <p>“[...] o rúgbi me ajudou, ajudou muito na minha reabilitação a prática do esporte ajudou muito nessa reabilitação [...]” (ent. 6) – (Q. 5)</p> <p>“A evolução de mobilidade poxa mobilidade, amplitude de movimento é [pausa], fôlego, força tudo” (ent. 7)</p> <p>“[...] tá sempre com o corpo saudável praticando um esporte” (ent. 8) – (Q.4)</p> <p>“[...] a gente faz fisioterapia, mas o esporte dá muito mais resistência, força [...]” (ent. 9)</p> <p>“[...] percebi que eu fiquei bem menos doente [...] depois que eu comecei a praticar melhorou pra caramba a saúde [...]” (ent. 10)</p>
	PSICOLÓGICA	Compreende elementos que promovam a melhora da saúde mental/ emocional	<p>“[...] eu adoro fazer esporte por causa disso, tanto como o corpo físico como a mente também [...] você se sente mais aliviado quando você pratica esporte fica a semana inteira estressado, violento no transito, daí você faz esporte e fica tudo zen [...] [benefícios] como a mente também” (ent. 5)</p> <p>“Sim, muitos tanto [benefícios] psicologicamente acho que o esporte ele pra quem é deficiente ou não sempre é muito bom”. (ent. 6)</p> <p>“eu acho psicológica, ela o esporte ele influência em tudo psicologicamente, [...] emocionalmente principalmente [...]” (ent. 7)</p>
	INTELLECTUAL E CULTURAL	Possibilidade de enriquecimento reflexivo/ cultural do indivíduo por meio do esporte	<p>“[...] parte cultural também com o esporte consegui conhecer vários lugares, fui pra vários países [...]” (ent. 2)</p> <p>“[...] você se torna uma pessoa melhor você acaba sabendo dos seus limites do limite do outro e acaba tendo um respeito legal com isso né você acaba respeitando a vida, respeitando o ser humano [...]” (ent. 4) – (Q.4)</p> <p>“[Benefícios] Intelectual” (ent. 5)</p> <p>“[...] aprendi a fazer né que a gente não conhecia eu aprendi com o esporte [...]” (ent. 8)</p>
	AUTONOMIA	Percepção pessoal sobre a relação entre o sujeito ambiente	<p>“[...] muitos benefícios desde de eu poder sair sozinho a independência que eu ganhei né como eu falei antes eu dependia muito da minha família pra tudo se fosse [...]“eu jamais viria pra Unicamp sozinho e hoje eu venho então pra mim isso é um benefício é uma vantagem é um lucro [...] hoje eu não tenho mais essa dependência [...]aprendi fazer as coisas sozinho [...] foi um ganho né por que eu consegui fazer várias coisas que eu não fazia e hoje eu faço sozinho” (ent. 4)</p> <p>“[...] eu consigo sair eu consigo ir no mercado e não depender de alguém para empurrar a minha cadeira [...] fui ganhando essa confiança de poder sair novamente de casa sozinho né antes só saía acompanhado [...] aí com isso fui ganhando mais independência também de poder fazer as minhas coisas sozinho de ter que ir ao banheiro sozinho [...] eu fui aprendendo com os outros que eu poderia fazer muito mais coisas sozinho [...]” (ent. 4) - (Q.5)</p> <p>“Ah hoje eu consegui muita independência por causa do esporte [...] a principal coisa para um deficiente é a independência, então o que</p>

		eu consegui no esporte foi ser mais independente possível [...]” (ent. 9)
		“[...] depois do esporte comecei a sair mais sozinho ” (ent. 10)
		“[...] não conseguia vir de ônibus sozinho sabe, depois eu vi que eu conseguia ” (ent. 10) – (Q. 6)
NÚCLEO DOS CONTEÚDOS SOCIAIS	PROJEÇÃO SOCIAL	Reconhecimento das atividades esportivas desempenhadas por instancias ou sujeitos sociais “[...] a modalidade que eu pratico eu tenho bolsa recebo auxilio [...]” (ent. 2) – (Q. 4) “[...] financeiro já que eu sou bolsista no Ministério do Esporte [...]” (ent. 3) “[...] já fui convocado [para a seleção brasileira de rúgbi em cadeira de rodas] uma vez [...]” (ent. 6) - (Q.3) ³
	SOCIALIZAÇÃO	O esporte como meio de interação no meio social “[...] conheci varias pessoas , conheci minha namorada [...]” (ent. 2) “[...] socialmente também que a capacidade de estar junto com amigos , hoje amigos, pessoas que desenvolvem atividade que eu também desenvolvo [...]” (ent. 3) “[...] você ganha melhorias [...] pro seu convívio ” (ent. 4) “[...] [Benefícios] social [...]” (ent. 5) “[...] conheci o pessoal aqui , [...] conhecendo os amigos aqui eu aprendi a fazer bastante coisa” (ent. 8)

1 – Q 4: Questão 4/ 2 – Q 5: Questão 5/ 3 – Q 3: Questão 3

QUADRO 9

Relação entre as categorias e as ocorrências dos benefícios alcançados pela prática esportiva adaptada

NÚCLEOS	CATEGORIA	SUJEITOS	OCORRÊNCIAS
	SAÚDE	1- 2- 3- 4- 5- 6- 7- 8- 9- 10	10
NÚCLEO DOS CONTEÚDOS PESSOAIS	PSICOLÓGICA	5 - 6- 7	3
	INTELLECTUAL E CULTURAL	2- 4- 5- 8	4
	AUTONOMIA	4- 9-10	3
NÚCLEO DOS CONTEÚDOS SOCIAIS	PROJEÇÃO SOCIAL	2- 3- 6	3
	SOCIABILIZAÇÃO	2- 3- 4- 5- 8	5

Conforme a tabulação pode ser visto o destaque do esporte como promotor da melhora da saúde, materializada na melhora dos padrões orgânicos e nos ganhos de repertório motor e reabilitação física, prejudicados em decorrência a sua deficiência física.

Com relação a temática saúde devemos destacar a posição do entrevistado oito. De princípio não foi relatado melhoras nas condições de saúde nos espaços determinados para o relato dos benefícios proporcionados pelo esporte. Porém em sua resposta na questão quatro notou-se que a saúde é tanto um aspecto motivacional para a prática esportiva, como também é uma constatação dos seus reais efeitos na sua saúde. Na sentença “[...] tá sempre com o corpo saudável praticando um esporte” sugere que a manutenção da saúde provem de sua atividade esportiva.

A saúde possui forte relação à questão da autonomia do indivíduo perante seu ambiente. Porém a autonomia, podemos considerar, como uma percepção do indivíduo no diálogo com a realidade, que não exclusivamente dependerá da sua constituição física, mas sim, na união de outros elementos de ordem psicológica/emocional e atitudinal como também o estágio de desenvolvimento da sociedade e sua sensibilidade sobre as questões que envolvem a pessoa com deficiência.

O esporte também apresentou influência na constituição psicológica dos sujeitos, tanto relacionado a um elemento de descarga emocional em oposição à realidade social, assim como fator agregador de conhecimentos e enriquecimento cultural.

Com relação ao núcleo dos conteúdos sociais, ficou em evidência o reconhecimento do RCR pelas instituições formais de fomento da modalidade, no caso a Seleção Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas e o Ministério do Esporte. Este reconhecimento é caracterizado tanto sob o aspecto financeiro, como por mérito esportivo.

A sociabilização não se resume ao encontro com seus pares, também foi constatada a ampliação das redes de sociabilidade dos entrevistados através de indivíduos que não necessariamente compartilham da modalidade. Entretanto com destaque, o encontro entre seus pares e as possibilidades de aprendizado entre si são fatos presentes com relação aos desdobramentos que a modalidade proporcionou para seus praticantes.

7.4 As relações sociais e a prática esportiva

A pessoa com deficiência, praticante de uma modalidade esportiva, ou não, encontra-se imersa em um contexto social, sendo assim, as representações sociais da modalidade esportiva pelos indivíduos que compõem sua rede de relacionamentos pode ser um fato dinamizador para a quebra de paradigmas ou elemento para fomentar a reflexão acerca da imagem da pessoa com deficiência envolvida com uma modalidade esportiva.

Também pode haver conflitos entre a percepção pessoal da prática esportiva e sua comunidade, pois, cada contexto social apresenta um estágio de desenvolvimento relacionado ao pensamento sobre a pessoa com deficiência. Estes dois fatores podem representar desde a criação de possibilidades, a valorização do esporte e promoção de mecanismos específicos para sua prática como também promover medidas assistencialistas no tocante as políticas públicas para a pessoa com deficiência. O conhecimento das relações entre o esporte e sua prática para a pessoa com deficiência foi o foco das questões cinco e seis do roteiro de entrevista. Também foram relatadas as relações sociais e a prática esportiva na questão sete do mesmo roteiro.

Inicialmente abordaremos as imagens do esporte e sua prática pela pessoa com deficiência pelos outros indivíduos sociais, que de alguma forma, participam de comunidade dos sujeitos entrevistados (questão cinco), caracterizando sob o efeito a aprovação ou reprovação da prática esportiva e posteriormente, compreender os

impedimentos de ordem pessoal, mas principalmente os aspectos social, envolvidos no desenvolvimento do rúgbi em cadeira de rodas (questão seis).

Na categorização dos dados da questão cinco, decidimos descrever as imagens sociais através de dois núcleos (familiar e outros), visto as especificidades que estes apresentam com relação aos entrevistados.

Conforme os procedimentos metodológicos foram obtidos os seguintes resultados, conforme descritos nos quadros 10, 11 e 12:

QUADRO 10

As representações da prática esportiva para os familiares dos sujeitos entrevistados (NUCLEO FAMILIAR)

EFEITO	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	Subcategorias	EXEMPLOS
A P O I O	DESTAQUE AO ESPORTE	Refere-se a fatores que abordam a prática do esporte em si.	Prática Esportiva	“[...] minha família sabe que por questão de competição mesmo [...]” (ent. 1) “[...] eles apoiam muito sempre apoiaram meu pai sempre foi, minha mãe sempre foi me assistir jogar meus irmãos também fazem, praticam esporte e eles adoram, eles que me introduziram nesse meio [...]” (ent. 5)
			Profissional	“Ah o pessoal que é mais próximo, assim de família e amigos eles enxergam que é como se fosse uma profissão , assim é algo que eu quero levar longe [...]” (ent. 2)
	SEM IMAGEM DEFINIDA	Sem uma posição clara dos familiares, assim como a falta de um referencial do contexto mais amplo dos entrevistados e de seus familiares		“Ah, eu acho que, pelo menos a minha família eles gostam assim acho que é bem interessante a gente praticar o esporte”. (ent. 8)
	DESTAQUE A DEFICIÊNCIA	Refere-se ao esporte de forma secundária, ou quando a condição física e/ou psicológica apresenta-se mais sobressalente na prática ou não ação da PCD no universo esportivo.	Superação/ Reabilitação	“Eu vejo que para minha família e meus amigos eles enxergam minha relação com o esporte como uma superação [...] a visão que ele e às vezes familiares e amigos tem da modalidade ainda como algo no sentido de [pausa] de me trazer benefícios em razão da minha lesão [...]” (ent.3) “[...] e eu falei “não, não a gente fica cada vez melhor” praticando esporte eu consigo tocar a cadeira melhor [...] e não depender de alguém para empurrar a minha cadeira né então aos poucos eles foram vendo que eu tive mais benefícios do que perdas praticando esporte [...] eu fui aprendendo com os outros que eu poderia fazer muito mais coisas sozinho do que tá sempre com alguém então daí meus pais, a família acabou ficando despreocupada [...]” (ent. 4) “[...] a prática do esporte ajudou muito nessa reabilitação , então eles me apoiam [...] vão em campeonatos pra assistir é bem legal esse apoio deles”. (ent. 6) “[...] Ah acredito que a principal é a superação né por que todos acompanharam desde o começo de minha lesão que é uma lesão muito séria eles estão vendo a minha superação em tudo [...] eles estão vendo que eu consegui passar por cima dessa desse dessa barreira aí que foi a lesão e tô tocando minha vida pra frente”. (ent. 9) “Ah eles acham bom, minha família e meus amigos acha bacana eu ta praticando um esporte [...] que achavam que eu ficava muito preso em casa então depois do esporte comecei a sair mais sozinho então eles acham bom” (ent. 10)
REPROVAÇÃO		Condição Física	“[...] eu sei que isso ai eles vê que é um esporte troglodita eles pensa que um [pausa] que um deficiente não pode cair, [...] que a gente não pode bater entendeu? Nada disso eles abominam isso totalmente entendeu?, falam que é um esporte agressivo [...]” (ent. 7)	

QUADRO 11

Representações da prática esportiva para os outros sujeitos sociais como amigos, conhecidos, colegas de trabalho (NUCLEO OUTROS)

EFEITO	CATEGORIAS	Descrição	Sub-categorias	EXEMPLOS
A P O I O	DESTAQUE A DEFICIÊNCIA	Refere-se ao esporte ligado a algum viés, ou seja, a prática apresenta-se como secundária, ou quando a condição física e/ou psicológica apresenta-se mais sobressalente na prática ou não ação da PCD no universo esportivo.	Superação/ Reabilitação	<p>“[...] ah! mas isso faz muito bem pra você viu faz muito bem” [exemplo da fala de um conhecido] quer dizer eu acho que retratou bem a visão que ele e às vezes familiares e amigos tem da modalidade ainda como algo no sentido de [pausa] vai eu não queria usar a palavra reabilitação, mas no sentido de me trazer benefícios em razão da minha lesão [...]” (ent.3)</p> <p>“[...] Ah acredito que a principal é a superação né por que todos acompanharam desde o começo de minha lesão que é uma lesão muito séria eles estão vendo a minha superação em tudo [...] eles estão vendo que eu consegui passar por cima dessa desse dessa barreira aí que foi a lesão e tô tocando minha vida pra frente”. (ent. 9)</p> <p>“Ah eles acham bom, minha família e meus amigos acha bacana [...] que achavam que eu ficava muito preso em casa então depois do esporte comecei a sair mais sozinho então eles acham bom” (ent. 10)</p>
			Compensação	<p>“Um passatempo é... os caras pensa o cara é deficiente e precisa ocupar a cabeça, como uma coisa... [risos] [...]” (ent. 1)</p> <p>“[...] mas eu acho que pessoal que não conhece muito assim, alguns da faculdade do meu curso que eu não converso muito acho que vê como um hobby [...]” (ent. 2)</p>

QUADRO 12

Relação entre as categorias e as ocorrências das representações do esporte e o indivíduo com deficiência para a rede social dos entrevistados (família, amigos, colegas entre outros)
NÚCLEO FAMILIAR

EFEITO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	SUJEITOS	OCOR.
APOIO	DESTAQUE AO ESPORTE	Prática esportiva	1- 5	2
		Profissional	2	1
	SEM IMAGEM DEFINIDA	-	8	1
		Superação/ Reabilitação	3- 4- 6- 9- 10	5
	REPROVAÇÃO	DESTAQUE A DEFICIENCIA	Condição Física	7
NÚCLEO OUTROS				
EFEITO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	SUJEITOS	OCOR.
APOIO	DESTAQUE A DEFICIENCIA	Superação/ Reabilitação	3- 9- 10	3
		Compensação	1- 2	2

De maneira geral, podemos constatar que a família, devido aos laços consanguíneos e/ou afetivos foi o núcleo mais citado pelos entrevistados: das quinze ocorrências dez correspondiam a este grupo.

Referente ao núcleo familiar observa-se o reconhecimento da prática esportiva e de seus elementos constituintes como a competição, o gesto técnico entre outros. Dos entrevistados, dois relataram esta abordagem: sujeitos um e cinco. Fato curioso é que neste ponto o entrevistado um apresenta um discurso onde fica mais evidente sua posição, mas que de alguma forma, é compartilhada pelos familiares.

Com relação à fala do entrevistado um podemos destacar certo distanciamento entre ele e sua comunidade. Ele mencionou não ter tempo para o “convívio social”. Desta maneira não podemos afirmar o quanto o pensamento do sujeito é um estereótipo ou o quanto retrata sua realidade, quando este menciona que o esporte cumpre uma função compensatória para os outros indivíduos sociais.

O entrevistado cinco revela um apoio, entretanto a valorização da prática esportiva deu-se por meio do contexto familiar com relação a valorização e

reconhecimento do esporte, por esta razão cabe categorizar a posição dos familiares do sujeito cinco como reconhecedores da prática esportiva.

Situação diferente do entrevistado oito em que não se consegue compreender em que contexto familiar insere-se o indivíduo (se a família tem o esporte como elemento presente ou apenas é expectador da prática esportiva do entrevistado).

O núcleo familiar do entrevistado quatro passou por uma transição: da fase de não aceitação da prática esportiva devido à condição física do sujeito até ao ponto de estimular sua prática, devido aos benefícios (de ordem física/motora) proporcionados pela prática, caráter não compartilhado pelo núcleo do entrevistado sete em que a família desconsidera o esporte em sua vida visto que a atividade por ser “agressiva” não condiz com o perfil e a condição corporal do entrevistado.

O aspecto do esporte como meio de superação e reabilitação física foi a imagem mais retratada tanto pelos familiares, como, pelos outros indivíduos do núcleo social dos sujeitos entrevistados. Tanto os ganhos fisiológicos como psicológicos que o esporte proporciona, principalmente para a pessoa com deficiência nos faz inferir certa perpetuação da imagem do “esporte saúde” frente aos objetivos do esporte de rendimento.

Os benefícios do esporte como viés reabilitativo não é descartado pelos entrevistados, como visto na fala dos sujeitos quatro, seis, nove e dez, entretanto discute-se a ênfase dada a este elemento pelos setores sociais (esse caráter fica mais evidente na fala do entrevistado três).

Poucas posições sobre os outros núcleos sociais dos entrevistados foram relatadas. Uma das possíveis causas para isso consiste na formulação da pergunta em que concentrava muitas informações a serem respondidas.

Das informações coletadas todas mostravam apoio a prática esportiva por parte desta população (cinco ocorrências), mas sem o apelo a prática do esporte ou até mesmo o reconhecimento da prática para fins competitivos buscada pela maioria dos sujeitos (conforme resposta da questão quatro).

O aspecto reabilitativo e a superação são os argumentos mais lembrados, assim como, o viés compensatório do esporte, devido o pensamento de incapacidade de ocupação de outros espaços sociais por esta população devido sua condição, no caso, física.

7.4.1 Esportes e barreiras: o diálogo entre o pessoal e o social

Rememorando capítulos anteriores, o esporte é um fenômeno que dialoga com outras esferas sociais, sendo assim, não podemos considerar que a escolha, o fomento e o desenvolvimento de uma modalidade esportiva esteja relacionada apenas a posições pessoais.

Também não devemos reduzir os problemas ao acesso à prática esportiva à falta de materiais específicos para sua prática, mas sim, observar o fenômeno esportivo como algo vivo é que necessita de um diálogo com setores urbanísticos, políticos e outras ações intersetoriais que possibilitem desenvolver o esporte em prol da pessoa com deficiência.

A questão das barreiras que interferiram o acesso e o desenvolvimento inicial dos entrevistados na prática esportiva RCR encontra-se na questão seis do roteiro de entrevistas. Naturalmente foi proposto três categorias de possíveis “barreiras” (de ordem física/ambiental, social e psicológica).

Em torno destas três eixos formulamos subcategorias em que se colocaram em evidência as especificidades de cada categoria. Conforme os procedimentos metodológicos, obtivemos os seguintes resultados, descritos nos quadros 13 e 14:

QUADRO 13

Barreiras enfrentadas pelos entrevistados no início de sua prática esportiva

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	Subcategorias	EXEMPLOS
FÍSICA	Retrata a relação do indivíduo com elementos de ordem material que compõem o seu ambiente	Acessibilidade ambiental	“[...] por que a gente vive numa cidade, num país que nem todas as coisas são acessíveis né [...]” (ent. 4) “Um pouco de física [barreira] [...]” (ent. 10)
		Transporte	“[...] talvez no começo quando eu não tinha carro , assim era mais difícil [...]” (ent. 2) “[...] quando o meu carro quebra aí vira um transtorno por que da minha cidade pra vir pra Campinas eu moro em Hortolândia é difícil por que você não tem ônibus adaptado né e então seria uma dificuldade se eu talvez não tivesse um automóvel para tá vindo [...] por que quem não tem como chegar até aqui acaba ficando desestimulada de fazer alguma coisa então eu acho que existe muita dificuldade [...] para nós que somos deficientes que dependemos do transporte adaptado ainda tem muita dificuldade” (ent. 4)
SOCIAL	Demonstra a interferência das categorias sociais (publico-privadas) com relação à prática esportiva	Falta de incentivo na promoção da modalidade esportiva na esfera público/privada	“[...] é longe da onde eu moro em São Paulo não tem nenhuma equipe e eu tenho que me deslocar para cá [...]” (ent. 1) “[...] por que a gente consegue pouco apoio da prefeitura pra tá te trazendo né não existe esse apoio né pro esporte [...]” (ent. 4) “eu comecei a criar um time em São Paulo [capital] que não tinha muita... muitas pessoas praticando não tinha ninguém na verdade aí em vim para Campinas [...] vários nãos como apoio [...] muita negatividade pela galera de São Paulo assim no esporte paraolímpico” (ent. 5) “[...] não tinha time perto da minha casa [...]” (ent. 6) “[...] na minha cidade não tem nada tem que vir aqui em Campinas que é longe [...]” (ent. 9)
		Fatores Socioeconômicos	“[...] é um esporte caro [...]” (ent. 1) “[...] Social talvez o esporte, a modalidade é um esporte caro né, até a gente tem o equipamento próprio essas coisas [...]” (ent. 2) “[...] foi uma barreira também, por que condições financeiras [...]” (ent. 6) “[...] a única barreira que eu tive é financeira [...]” (ent. 9) “Enfrentei barreiras de... referente a técnico [...]” (ent. 7)
PSICOLÓGICA	Relaciona-se com questões de ordem psico-social, que, interferiram no início da prática esportiva	Relação sujeito/ equipe esportiva	“[...] eu dependia muito da minha família pra tudo se fosse para mim sair de casa sempre tinha que sair alguém eu jamais viria pra Unicamp sozinho e hoje eu venho [...]” (ent. 4) – (Q.7)
	NÃO POSSUIU PROBLEMAS APARENTES E/OU POSSIVEIS INTERFERENCIAS NO INICIO DA PRÁTICA ESPORTIVA	Sensação de autonomia	“[...] eu tipo achava que eu não conseguia vir de ônibus sozinho [...]” (ent. 10)
			“ Não nenhuma barreira física, psicológica ou social não... não me recordo de ter enfrentado não ... nada ”. (ent. 3) “ Não, não ”. (ent. 8)

QUADRO 14

Relação entre as categorias e as ocorrências das barreiras enfrentadas pelos entrevistados no início de sua prática esportiva

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	SUJEITOS	OCORRÊNCIAS
FÍSICA	Acessibilidade Ambiental	4- 10	2
	Transporte	2- 4	2
	Falta de incentivo	1- 4- 5- 6- 9	5
SOCIAL	Fatores socioeconômicos	1- 2- 6- 9	4
	Relação sujeito/ equipe esportiva	7	1
PSICOLÓGICA	Sensação de autonomia	4- 10	2
NÃO POSSUIU PROBLEMAS		3- 8	2

Conforme a tabulação dos dados, podemos observar que as intercorrências sociais são um dos maiores problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência ao acesso a prática esportiva. Do total de ocorrências (dezoito) dez relacionam a este tópico.

A falta de incentivos esportivos, como estratégias de fomento ao esporte adaptado em sua região foi o ponto que aparece em destaque. Na categorização incluímos a queixa referente a falta da oferta da modalidade esportiva na cidade domicílio dos entrevistados, fator que retrata a falta de incentivos ao esporte adaptado.

Fatores de origem socioeconômica foi outro ponto também abordado em destaque, representando quatro ocorrências. O RCR tratar-se de uma modalidade, na qual, exige-se materiais específicos para sua prática, além da realização de outros gastos de ordem direta/indireta que envolve a locomoção, insumos, viagem a campeonatos dentre outros faz com que a modalidade torne-se dispendiosa.

A dinâmica do grupo, caracterizada como uma equipe competitiva espera-se encontrar divergências, como, por exemplo, reclamações quanto às metodologias de treinamento, ou mesmo, regras de conduta entre os sujeitos e o corpo técnico da equipe. Apenas um entrevistado relatou problemas desta natureza o que nos mostra que o grupo não tem grandes problemas internos no diálogo equipe técnica e praticantes.

O número das ocorrências que refletem as barreiras sociais para a prática esportiva poderia se maior se relacionarmos o debate sobre as políticas de

acessibilidade, no qual, o ambiente, assim como seus elementos, dentre eles o transporte público (que deve ser visto como um problema de ordem social). Na categorização nos restringimos em pensar a relação do espaço físico (sua materialidade) com os entrevistados. Esta categoria obteve quatro ocorrências.

Com relação aos espaços físicos os sujeitos não relataram grandes problemas no ambiente da prática, ou seja, obstáculos físicos que dificultassem sua locomoção nas dependências da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, entretanto este fator não é presente em outros espaços. A figura do transporte representou principalmente para os sujeitos dois e quatro tanto a origem dos problemas, assim como, a solução para proporcionar o acesso à prática esportiva.

As questões de ordem psicológica não necessariamente devem ser encaradas no foro particular, pois a maneira que o indivíduo se projeta determinará de que forma se processarão as relações entre os indivíduos, sua família e respectiva comunidade. Esta categoria reflete o pensamento de dois entrevistados que demonstram a falta de percepção de autonomia, ligada a aspectos como sua condição física e sua locomoção no ambiente (sujeito dez) e na relação com sua família (sujeito quatro).

Dois indivíduos (sujeitos três e oito) não relataram nenhum problema aparente que pudesse ter impedido a prática esportiva. Hipóteses para este fenômeno relacionam no pensamento do esporte como elemento fora do contexto social, ou seja, as dificuldades seriam na execução do movimento técnico, entendimento de regras. Outra hipótese sugere que o RCR representa uma continuidade de sua rotina e não sua inserção na prática esportiva (sujeito três).

Outro interessante fator foi o a hesitação de alguns entrevistados em mencionar as barreiras nas quais enfrentou durante o início de sua prática esportiva. Frases cortadas (sujeito dois e dez), não aceitação da palavra “barreira”, preferindo o vocábulo “dificuldades” (entrevistado quatro) são exemplos do ocorrido.

8 DISCUSSÃO

8.1 O esporte como um meio de interlocução social

8.1.1 Corpo, imagens e esporte: uma via de mão dupla

O corpo, assim como os gestos e as condutas sociais, sofreram profundas transformações durante o processo histórico, sendo assim, as formas de simbolizar o indivíduo perante a si e a sociedade que o cerca mostraram-se mutáveis de acordo com dada temporalidade histórica.

Sant’Anna (1993) afirma que os trabalhos de correntes históricas como a Escola nos *Annales*, os estudos de Norbert Elias (*O Processo Civilizador*) e as análises de Michel Foucault possibilitaram a legitimação dos estudos relacionados ao corpo e aos gestos, preconizando que as atitudes mais banais, os valores, as intolerâncias e as sensibilidades são produzidas historicamente.

No estágio social atual, conforme Campbell e Mauerberg de-Castro (2005) encontramos-nos sob o domínio dos sistemas de comunicação em massa e em um mundo cada vez mais globalizado pelo advento do avanço tecnológico. Por essa razão somos constantemente bombardeados por informações e imagens que objetivam-se em transmitir sentidos, mensagens e valores. Para as autoras os efeitos da mídia na imagem corporal, baseadas na aparência, agregam os interesses da indústria cultural que categoriza o indivíduo conforme seu padrão estético.

Nas entrevistas, para alguns sujeitos o sentido do esporte foi ligado à possibilidade de alcançar uma imagem corporal “positiva”, no período anterior à lesão medular. O discurso do corpo belo e jovem muitas vezes encobre-se na fachada da obtenção da saúde, ou seja, a sua constituição física revela-se um indicador de suas condições fisiológicas.

Como estamos inseridos na lógica do capital, o esporte passa a ser um produto que atende a fatores mercantilistas, visto que, movimenta grandes montantes financeiros com produtos esportivos, estéticos, realização de eventos, contratos de publicidade dentre outros fatores.

Entretanto, no decorrer da análise observou-se que as questões associadas à imagem corporal desaparecem das representações do esporte para os presentes

entrevistados do estudo no período pós-lesão medular.

No período pós-lesão a imagem de corpo, assim como a autoimagem do indivíduo perante si e a comunidade sofrem grandes transformações. Sernaglia, Duarte e Dalla Déa (2010) comentam que um indivíduo que adquire alguma deficiência, passa por um processo de desconstrução física, social e psicológica, tendo que se adequar a nova situação. O corpo na fase inicial da lesão passa a ser motivo de repúdio, existindo um conflito entre o corpo e a memória do corpo passado (MAYEDA, 2005).

O corpo da pessoa com deficiência, muitas vezes, não atende às construções de corpo no sentido do belo e do produtivo, pois o corpo com deficiência demonstra em sua materialidade uma marca física (muitas vezes) que congrega sentidos “negativos” e/ou depreciativos para a sociedade, que, de alguma maneira, contribui para a formação de seu auto conceito. O corpo deficiente é estigmatizado e isso ocorre, segundo Ferronato, Wagner e Falkenbach (2010) quando as características atribuídas depreciam o indivíduo, causando descrédito frente suas possibilidades de ação social.

Estes fatores, indiscutivelmente afetam as relações sociais, assim como, as formas que a PCD se projeta socialmente, pois o corpo deficiente é reconhecido como “doente”, visto as intercorrências fisiológicas que a lesão medular acarreta.

A deficiência, pode se dizer, diminui o poder de ocupação no sentido das escolhas de produtos sociais, dentre eles a prática esportiva. No trabalho constatou-se que a condição física (tetraplegia) foi o fator determinante para a escolha da modalidade rúgbi em cadeira de rodas. É interessante notar que a tetraplegia constitui característica primordial da modalidade. Conforme Gorla, Campana e Campos (2012) o rúgbi em cadeira de rodas atende uma população que não consegue se inserir em outros tipos de esportes coletivos devido apresentarem grandes problemas motores.

Por outro lado, devido a especificidade do esporte na seleção de seus praticantes, pode ocorrer um olhar categorizado à modalidade pelo coletivo, ou até mesmo para seus praticantes. Devido ao comportamento habitual da sociedade estabelecer meios de categorizar o indivíduo, conferindo-lhes atributos comuns, conforme descrito por Ferronato, Wagner e Falkenbach (2010) a modalidade pode ficar caracterizada como esporte “exclusivo” para tetraplégicos ou também tornar-se um dos poucos espaços de manifestação e projeção social deste público.

Em linhas gerais, os trabalhos científicos exaltam a prática de esportes pela PCD, mencionando o esporte como meio de promoção da imagem pessoal desta

população.

Noce, Simim e Melo (2009), Souza (1994) e Gorgatti & Bohme (2005) Campeão (2003) e Sernaglia, Duarte e Dalla Déa (2010) mencionam que o esporte proporciona uma percepção mais positiva e reforço na autoestima, trazendo mais sentido e disposição para a vida do indivíduo e para as atividades da vida diária, além de favorecer a superação do trauma provocado pela lesão. Uma das possibilidades para tamanhas melhorias consiste nas vivências de experiências positivas e de sucesso que leva a compreensão que suas limitações são “meramente físicas” (SANTANA, 2003, apud SERNAGLIA, DUARTE E DALLA DÉA, 2010)

Conforme Brazuma e Mauerberg de-Castro “O esporte adaptado tem o significado de competição do atleta contra si, contra a deficiência e contra a vida e contra os outros” (2005, p. 116).

A percepção de autonomia, ou seja, a percepção que o indivíduo tem de sua relação com o seu meio foi lembrada tanto como uma das barreiras enfrentadas, assim como, um dos benefícios que a atividade esportiva lhes proporcionou.

Gorgatti e Gorgatti (2005) revelam que os indivíduos com deficiências após certo tempo de treinamento esportivo adquirem confiança para saírem de casa sozinhos quando precisam realizar suas atividades diárias, dentre elas, utilizar o sistemas de transporte público.

É evidente que a transformação dos ambientes no que tange à acessibilidade também depende da articulação das esferas públicas, entretanto este aspecto será abordado em outra oportunidade.

O esporte, nestas condições, assume também o papel de “superação” da deficiência. Esta imagem foi um dos fatores mais citados para o apoio familiar e social no tocante à justificativa e a relevância da prática esportiva para este público. Sendo assim, descontrói-se a imagem do esporte de rendimento, caráter objetivado pela maioria dos entrevistados, em detrimento à imagem da deficiência como o foco da prática esportiva. A fala do entrevistado três ilustra este raciocínio:

[...] eu acho que retratou bem a visão que ele e as vezes familiares e amigos tem da modalidade ainda como algo no sentido de [pausa] vai eu não queria usar a palavra reabilitação, mas no sentido de me trazer benefícios em razão da minha lesão, então eu sei que o esporte também traz isso, mas o foco aqui e eu tenho certeza que todos os atletas, não esta sendo exatamente buscar isso, isso vem de uma maneira paralela, mas nosso foco é outro diferente muitas vezes do as pessoas enxergam da gente praticando esporte.

O esporte de rendimento, fator destacado pela maioria dos entrevistados como um dos principais objetivos para sua prática esportiva. Para Brazuma e Mauerberg de-Castro (2001) o esporte de rendimento contribui para a construção da identidade da pessoa com deficiência como atleta ao invés da identidade da pessoa deficiente.

A condição física da pessoa com deficiência também foi o motivo que levou a desaprovação do núcleo familiar para a prática esportiva, revelando que a imagem da deficiência em primeiro plano foi importante para definir um juízo de valor acerca do esporte para este público.

Por outro lado a prática esportiva também pode se destacar frente a condição física do sujeito. Neste caso apenas o núcleo familiar reconheceu as outras possibilidades de se pensar a prática esportiva e a pessoa com deficiência. Assim surge em primeiro plano a figura do atleta (o praticante de esportes) frente ao indivíduo com deficiência.

Sendo assim para a população em geral, conforme apontamento de Sá e Rabinovich (2006) “ora o deficiente é percebido como debilitado e frágil, ora alguém com muita força de vontade” (p. 69), que de alguma maneira, são imagens que podem interferir no autoconceito da pessoa deficiente, sua prática esportiva e possibilidades de ação social em sua comunidade.

8.1.2 Esporte, percepção e sensações

O que determina nossas escolhas com relação à adoção de uma prática corporal e/ou esportiva? Para muitos, parte da escolha autônoma ou até mesmo dos recursos disponíveis em sua localidade. Porém se tomarmos em consideração o plano social e conforme Campell e Mauerberg de-Castro (2005) sob o contexto capitalista, a indústria cultural se preocupa em disseminar conteúdos, nos quais, congregam valores considerados ideais para determinado meio.

Esta reflexão inicial foi proporcionada através da fala do entrevistado quatro com relação à cultura esportiva em sua infância: “[...] antes da lesão eu praticava futebol né, que é uma paixão nacional e todo moleque acho tem que jogar futebol quando pequeno [...]”. Sem aprofundamentos das questões sociológicas sobre o esporte e mais especificamente o futebol, a imagem da modalidade ou as sensações que esta provoca nos indivíduos pode ser uma das justificativas para a adoção e prática de determinada

modalidade.

No contexto anterior, assim como no momento pós-lesão às especificidades do esporte foram relatados como uma das motivações para a prática esportiva.

No período anterior a lesão os relatos não contribuem para o conhecimento das características da atividade esportiva em consonância com traços pessoais, mas podemos inferir que dada modalidade possui uma imagem social que encontra-se em consonância com os valores dos entrevistados em questão. Este fator, de alguma maneira, pode ter contribuído para sua escolha.

As sensações que a prática esportiva proporcionava ficaram mais evidentes no período anterior a lesão. Para os entrevistados o esporte apresenta forte representação ao lazer/hedonismo, assim como, uma possibilidade de fuga da dinâmica social e um fator compensatório da rotina de trabalhos e do *stress* cotidiano. Bento (1991) relata que o esporte alcançou valorização social e cultural devido principalmente às promessas de bem-estar e recuperação do *stress* diário.

Podemos compreender as relações entre o esporte e o lazer por meio de duas vias: a primeira, de ordem “prática” e que relaciona o esporte como meio que oferece materialidade ao lazer, que, muitas vezes, é descrito sob uma abordagem teórica. Dumazedier (1980) condiciona o esporte a um dos interesses do lazer, mas precisamente, na categoria dos conteúdos físicos do lazer. A outra compreende o lazer e o esporte como elementos constituintes da dinâmica social. Para Marcellino (2008) o lazer caracteriza-se como “a cultura compreendida em seu sentido mais amplo no tempo disponível [...]”. (p. 13).

Não podemos desconsiderar que a materialidade do lazer se concretiza em seus interesses¹⁴ e condiciona-se nas relações sociais e nos fatores econômicos vigentes subordinados, muitas vezes a indústria cultural.

A socialização também foi elemento presente nos momentos da prática esportiva (antes da lesão), sendo que, muitas vezes o encontro e a possibilidade do contato com seu círculo social era mais privilegiado do que a prática esportiva. O esporte nessa categoria engloba sentimentos positivos, externado com certo saudosismo por parte dos entrevistados demonstrando forte sentimento de prazer (hedonismo) em seu

¹⁴ Para Dumazedier (1980) o lazer apresenta como classificação os interesses de ordem Artística (tem aspirações de beleza e encantamento), Intelectual (volta-se para aspirações de ordem racional), Manuais (transformação de materiais e objetos), Físicos (manifesta-se nas práticas corporais) e Sociais (relaciona-se a sociabilização).

relato.

Magnani (1988 apud SAMPAIO, 2008) disserta o caráter do lazer como um momento de oportunidade do encontro, do estabelecimento de laços e o reforço dos vínculos de afetividade e da construção das diferenças, conceito que dialoga com a possibilidade do lazer representar uma relação social entre indivíduos. Dumazedier (1980) classifica a sociabilidade como um dos conteúdos do lazer.

Em si, o lazer também pode ser um elemento compensatório, entretanto não é o único elemento que congrega este valor, por esta razão, não consideramos o lazer/hedonismo como sinônimo de elemento compensatório.

No contexto pós lesão, os espaços para o hedonismo foram reduzidos, porém as sensações que a modalidade esportiva rúgbi em cadeira de rodas proporcionaria foram importantes para a escolha da modalidade. Conforme as especificidades do esporte, para além da tetraplegia (condição que habilita os indivíduos para esta prática) os elementos de ordem emocional/psicológicas que o esporte confere aos praticantes interferiram no juízo de valor dos entrevistados.

A “agressividade” da modalidade, aspecto presente desde a concepção do rúgbi em cadeira de rodas, que atendia pelo nome de *Murderball* (bola assassina), assim como, o contato entre as cadeiras, foram descritos com certo fascínio, como uma das motivações para a escolha do rúgbi em cadeira de rodas pelos entrevistados. Segundo Souza (1994):

O esporte permite extravasar ou canalizar nossas tensões, angustias, frustrações e agressividade. Nossos medos, inseguranças, incertezas são minorados à medida que nos auto afirmamos, nos conhecemos e nos desenvolvemos pela prática esportiva (SOUZA, 1994, s.p)

Sernaglia, Duarte e Dalla Déa (2010) mencionam que o esporte permite que seus praticantes vivam experiências físicas intensas, mas principalmente, experiências psicológicas restritas a realização do esporte. No âmbito do esporte “terapêutico” Souza (1994) relata a possibilidade que o esporte oferece para a liberação e canalização da agressividade para o rendimento físico. Esta imagem, por que não, também se torna presente quando pensamos o esporte de rendimento.

A possibilidade da canalização das energias é descrita pelos entrevistados como um dos benefícios psicológicos que a prática esportiva pode proporcionar. Se levarmos em consideração a abordagem fisiológica dos exercícios físicos e os esportes, através da prática física ocorre a liberação de catecolaminas, que proporcionam a

sensação de bem-estar corporal e prazer aos seus praticantes.

A proposta do uso do esporte como meio de “válvula de escape” pode desenvolver duas consequências no contexto da pessoa com deficiência e suas representações sociais: a primeira relaciona a criação de um paradoxo no imaginário social, entre as imagens estigmatizadas da deficiência, que se relaciona à “fragilidade” e o corpo forte e eficiente que se expressa na modalidade esportiva, o outro fator retrata a despolitização da pessoa com deficiência em seu meio.

Segundo Penafort (2001) o esporte também é um importante instrumento disciplinador que afasta o indivíduo do seu meio, sendo assim, o esporte se reduziria a um dos poucos espaços de ação e desenvolvimento oferecidos para esta população. Pensando no contexto do esporte de rendimento as preocupações concentrar-se iam mais na correção dos gestos técnicos da modalidade ao invés do debate político e social da pessoa com deficiência

No presente estudo, o esporte também possibilitou a exploração de outras esferas, dentre elas, o trabalho mental e as estratégias envolvidas na modalidade esportiva, possibilitando a exploração de outras capacidades dos indivíduos em questão.

No período pós-lesão, a prática esportiva apresenta poucas associações às possibilidades de prazer em sua reprodução. As razões para este fato devem-se às características do esporte de rendimento que preza o desempenho esportivo embasado na dualidade “sucesso” e “fracasso”. A fala do entrevistado um retrata possíveis intercorrências que uma equipe de rendimento pode sofrer: “[...] Psicológica porque a gente não atinge o rendimento que a gente quer, a gente [pausa] fica não é decepcionado, mas, como que eu posso dizer [pausa] se cobrando [...]”

A busca pelo rendimento entra em concordância com os objetivos gerais da equipe esportiva, porém não é compartilhada pela rede social dos entrevistados. Conforme os resultados mesmo com o apoio popular e familiar maciço à prática esportiva, ela encontra-se relacionada mais como um fator compensatório (*hobby*), elemento que muitas vezes, provoca o resgate do esporte reabilitativo como única forma legítima de prática esportiva para esta população.

Como podemos observar o esporte rúgbi em cadeira de rodas não proporcionou o sentimento hedônico para a maioria de seus praticantes, mas indiscutivelmente contribuiu para a socialização, principalmente entre seus pares, assim como, em menor escala, gerou a dispersão do grupo devido a conflitos de pontos de

vista entre o corpo técnico e os praticantes, conforme apresentado nos resultados da pesquisa.

A natureza coletiva da modalidade contribuiu para a realização das trocas sociais, entretanto compreender este fenômeno como fator de integração da pessoa com deficiência no meio social revela-se fator que necessita de maiores reflexões.

8.1.3 A saúde e a qualidade de vida na prática esportiva

A saúde, inserida no contexto social brasileiro caracteriza-se como um direito social prezado pela Constituição Nacional de 1988, em seu artigo 6º (BRASIL, 1988). Para dispositivos como a Carta de Ottawa (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1986) a saúde representa um estado de completo bem-estar físico, mental e social que dialoga com as condições ambientais de uma comunidade. Todavia o reconhecimento social da saúde como elemento incorporado à dinâmica social não significa necessariamente o acesso a esta prerrogativa.

Mesmo que na atualidade, saúde é compreendida como um aspecto que transcende a simples ausência de desordens fisiológicas e metabólicas, isso não significa que este aspecto ainda não possua apelo biológico para a população, sendo assim, os processos fisiológicos do organismo podem representar importantes indicadores no imaginário popular da condição de saúde dos indivíduos de maneira geral.

As intercorrências na constituição física oriundas da doença, sob seu ponto de vista metabólico representam motivo de temor, sendo assim, buscados diversos meios de ordem terapêutico/profilaxo a fins de prevenir ou retardar esses processos. Neste contexto, as práticas corporais, a atividade física e o esporte, como política pública ou não, desde a antiguidade clássica, representa meio eficiente para os cuidados da constituição física do indivíduo. Segundo Leveroni (1980) nesta época mecanizada, as práticas corporais como a ginástica, o esporte e a recreação são complementos necessários do ponto de vista higiênico. No contexto das sociedades capitalistas, Penafort (2001) sinaliza o esporte como meio viável e barato de uma política de prevenção da saúde.

Na pesquisa, podemos constatar a predominância e a representatividade dos aspectos ligados a saúde tanto nos momentos pré e pós lesão. No contexto pré lesão o

esporte possuiu duas representações: uma justificada sob os aspectos metabólico e fisiológicos e a outra cita a qualidade de vida (ora sujeita aos aspectos físicos, ora retratada de forma genérica).

A qualidade de vida, conforme o Whoqol Group (1995, apud PARASCHIVA e CAVAGLIERI, 2001) compreende: “a percepção do indivíduo no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (p. 126-7), sendo assim, a saúde em associação a uma percepção subjetiva, e não pautada apenas aos indicadores biológicos e encontra-se condicionada a dinâmica social dos sujeitos.

A deficiência, em especial a tetraplegia, acarreta grandes transformações tanto na constituição física, assim como, no funcionamento fisiológico/metabólico e orgânico. Quadros como a perda da função fisiológica da bexiga e dos intestinos que interferem na sensibilidade e no controle da micção e evacuação; perda da sensibilidade da pele, que pode acarretar escaras e infecções; problemas circulatórios em decorrência a falta de mobilidade; espasticidade muscular; comprometimento respiratório dentre outras intercorrências acompanham o indivíduo com deficiência de acordo com o seu grau de lesão.

Nesse sentido, a prática esportiva para esta população é elemento recomendado como forma de obter saúde. As alegações de ordem científica, assim como, do senso comum observam o esporte como importante elemento “reabilitativo”.

Estudos como os de Souza (1994) revelam os benefícios com relação às adaptações orgânicas e os ganhos nas capacidades biomotoras como força e resistência orgânica, acarretando benefícios no tocante às esferas física, psicológica e emocional e proporcionando a transição do “doente” para o “saudável”. Este último aspecto também é mencionado por Gorgatti e Bohme (2005).

Mais especificamente o RCR segundo Gorla, Campana e Campos (2012) é um esporte de natureza intermitente e que exige elevado nível de condicionamento físico e força, que não necessariamente se restringe ao treinamento, mas sim em todas as situações cotidianas.

Na presente pesquisa, nota-se a predominância dos aspectos físicos, em detrimento ao pensamento conceitual saúde de acordo com dispositivos legais como a carta de Ottawa (OMS, 1986) que revela este caráter como “[...] um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas”.

A relação da constituição física da pessoa com deficiência e a associação de sua intercorrências como uma doença possui raízes históricas. Na primeira metade do século XX, um grande contingente de pessoas com deficiência adquirida surgiu em decorrências ao período de Guerras Mundiais. Devido à intercorrências orgânicas originadas da deficiência física, de maneira geral, as vítimas da guerra tinham curta expectativa de vida. Com o fim dos conflitos, conforme anteriormente mencionado, Thomassim (2007) afirma que o Estado alcançou estágios elevados de universalização dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) é um reflexo desta política relacionada à “assistência” ao indivíduo por meio do Estado.

No Brasil, devido a influência da luta das pessoas com deficiências tanto em âmbito nacional como internacional, possibilitaram a assistência legal e a garantia do direito social a saúde. Como exemplo, lei 7.853/89, conhecida como a lei da CORDE – (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência), de maneira específica, preconiza o direito a saúde e a reabilitação para a pessoa com deficiência (BRASIL, 1989).

A reabilitação torna-se, segundo Florence (2004), uma das formas do Estado prestar contas à sociedade com relação aos prejuízos causados por este fato. A experiência de Stoke Mandeville, sob os cuidados do neurocirurgião Ludwing Guttman representa umas das primeiras experiências do esporte no contexto clínico e de reabilitação PCD. Costa e Winckler (2009) destacam que a imagem do esporte reabilitativo esteve presente no cenário social brasileiro até o final da década 1990.

A reabilitação é um dos motivos, segundo Brazuma e Mauerberg de-Castro (2001) para o engajamento da pessoa com deficiência na prática de uma modalidade esportiva. Campeão (2003) ressalta que as atividades físicas e a iniciação esportiva adaptada sejam meios facilitadores e motivadores para a aquisição de melhores habilidades motoras.

Entretanto os aspectos relacionados à saúde e as possibilidades reabilitativas do esporte não foram os principais motivos para a adesão à modalidade RCR. As razões para este fato emergem deste a representação do rúgbi como uma continuidade de sua cultura esportiva, assim como, pela dinâmica impressa da instituição que promove a modalidade, que não se aproxima das instituições que promovem assistência a PCD. Os entrevistados que sugeriram a função do esporte sob o aspecto reparador de sua saúde poder ter encontrado no rúgbi sua primeira prática esportiva.

A reabilitação física e suas possibilidades dentro do contexto social também foram contempladas na fala dos sujeitos entrevistados. Nas entrevistas, o núcleo familiar foi citado com mais destaque em relação aos outros indivíduos sociais.

Este aspecto, acreditamos, reflete a tênue relação dos familiares as atividades de cuidados e assistência, assim como, na convivência do núcleo familiar com os problemas originados da deficiência, dentre eles, a estigmatização do corpo de um ente familiar. Conforme Sá e Rabinovich (2006) a família também se sente estigmatizada, passando por uma desestruturação inicial que terá sua intensidade proporcional ao estágio de desenvolvimento que ela (a família) estiver na ocasião. Neste cenário Zuchetto e Castro (2002) ressaltam a importância do apoio familiar e dos amigos para auxiliar o deficiente a adotar um estilo de vida mais ativo.

No imaginário social a reabilitação também é apresentada em destaque conforme relatado pelos entrevistados, demonstrando a predominância da imagem do esporte “saúde” ou até mesmo o esporte “lazer” em detrimento a realidade e o “profissionalismo” almejado através do esporte rendimento pelos sujeitos.

Para os sujeitos entrevistados a saúde fisiológica foi o elemento mais mencionado com relação aos benefícios que a prática esportiva proporcionou, seu reconhecimento é descrito por todos os indivíduos, mas essa realidade não é uma regra no esporte de rendimento, conforme evidenciado na fala do entrevistado três:

[...] embora o esporte exija de mim, às vezes, condições um pouco mais extremas do que aquilo que a saúde recomenda, então eventualmente eu tenho que ter algumas privações [pausa] de sono né, de alimentação, tal que nem sempre tão visando exatamente a minha saúde né e às vezes até [pausa] aqueles cuidados que a agente tem que ter porque a gente tá sempre esta no limite da atividade então pra evitar uma lesão articular tal né [...]

Outra questão inegável relacionada aos aspectos físicos é sua relação com o autoconceito da pessoa com deficiência, pois com sua locomoção facilitada e possibilidade de depender cada vez menos de sua rede de suporte pode produzir a ampliação da percepção de autonomia e alternativas de atuação frente a sua realidade social. Sendo assim, o movimento torna-se veículo de integração social, conforme relata Campeão (2003): “A integração com o mundo está condicionada à experiência muscular, ou seja, o repertório de experiências pessoal e dos hábitos adquiridos pelo indivíduo, onde o movimento ocupa um papel fundamental”. (p. 34)

O grande erro de muitas conclusões sobre a saúde do indivíduo, em especial, a PCD é creditar ênfase a materialidade do indivíduo, ou seja, observar a pessoa com deficiência sob o aspecto físico/metabólico, além de considerar esta população apenas como receptores de ações e medidas promotoras da saúde, trazendo a mente as a velha relação proposta por Ribas (1985 apud LIMA, SOUZA e TREVISAN, 2003) que relata que, muitas vezes, assumir as limitações pode ter para muitos, o sentido de incapacidade, de não ser eficiente.

Conforme os conceitos contemporâneos de saúde pública e como indivíduo capaz de produzir cultura, a PCD também é responsável por sua constituição física e mental, além de se levar em consideração a existência do caráter saúde e qualidade de vida como elementos que dialogam constantemente com outras esferas sociais de cunho público ou privadas.

8.1.4 Implicações do esporte no diálogo do indivíduo e sua realidade

O fenômeno esportivo conforme Tubino (1987; 1992) e Elias & Dunning (1985) é um dos elementos que contribui para a leitura da dinâmica social, ou seja, reflete objetivos culturais, científicos, ideológicos, políticos, econômicos e sociais, demonstrando que a prática esportiva não se resume ou se explica apenas em sua realização.

Na realidade capitalista, as trocas monetárias e a oferta de serviços representam um dois eixos das relações sociais. Com a difusão das práticas corporais e do esporte como produto econômico ou pedagógico surgem no contexto brasileiro o reconhecimento e a regulamentação da atuação do profissional de Educação Física, em 1998, com a criação do seu respectivo conselho federal (lei 9.698/98) (BRASIL, 1998).

Conhecer este aspecto anteriormente citado demonstra a possibilidade na escolha profissional de atividades relacionadas à difusão da cultura esportiva, realidade vivenciada por dois entrevistados no contexto pré-lesão. No caso, não obtemos informações suficientes para saber se a prática profissional é exercida na atualidade pelos sujeitos.

Outra situação encontrada pelos entrevistados é a vivência do esporte no contexto profissional no período pré-lesão (um dos sujeitos revelara que era federado em vôlei). Este aspecto nos permite inferir a possibilidade de adquirir recursos

financeiros, mesmo sem a regularização da profissão “atleta” por dispositivos legais brasileiros.

O reconhecimento social e monetário da prática esportiva no contexto pós-lesão ocorreram principalmente via esfera pública, por meio de bolsas cedidas pelo Ministério do Esporte (reconhecimento oferecido para pelo menos dois praticantes da modalidade entrevistados), sendo assim, podemos comparar uma relação de troca da força de trabalho e reconhecimento da “atividade profissional” via valores financeiros.

Não necessariamente este raciocínio fica restrito aos bolsistas do Ministério do Esporte, visto que o desempenho esportivo é uma forma de conseguir e manter este reconhecimento institucional e financeiro, sendo assim, o rendimento é fator prezado por parte dos indivíduos que compõem esse grupo esportivo.

Outro fator que nos permite a comparação do esporte de rendimento ao contexto empresarial pode ser exemplificado pela busca da maximização dos resultados. Segundo Camargo (1999 apud PENAFORT, 2001) o estímulo ao vencer e a superação de marcas pré-estabelecidas faz com que a competição, a aquisição do lucro e o rendimento sejam valorizados dentro da ótica capitalista.

Em contraponto, Tubino (1992) aponta que o Estado também procura desenvolver a democratização do esporte, devido suas obrigações com o corpo social, buscando a valorização da pessoa. A nosso ver os subsídios oferecidos via Ministério do Esporte procuram promover a democratização da modalidade no âmbito da PCD.

No período pós lesão, os fatores econômicos não foram relatados como o atrativo para a adesão à modalidade. Na verdade, os fatores financeiros foram descritos como uma das principais barreiras no tocante ao desenvolvimento do rúgbi em cadeira de rodas. Como sua prática necessita-se de matérias esportivos específicos, muitos importados, além dos gastos provenientes a transporte, por exemplo, foram revelados pelos entrevistados. Nesse sentido podemos inferir que o rúgbi possibilita mais reconhecimento social do que financeiro, pois muitos entrevistados possuem ocupações paralelas ao esporte ou recebe aposentadorias.

No que tange ao reconhecimento social, o esporte surge como grande fator inclusivista da PCD em seu meio. Para autores como Labronici, et. al (2000, apud NOCE, SIMIM, MELO, 2009) o esporte é um mecanismo de facilitador de sua inclusão na sociedade; Knobloche Fritz (1998, apud SOUZA, 1994) e Gorgatti e Bohme (2005) o esporte proporciona maior adequação dos objetivos da sociedade em que vive, como por

exemplo, assumir seu papel na família e no meio social. A inclusão social é um dos princípios objetivados pela ADEACAMP (2012), instituição que em parceria com a Faculdade de Educação Física da UNICAMP promove a prática RCR realizada pelos sujeitos entrevistados.

Porém, outros autores sinalizam situação oposta, ou seja, o esporte adaptado como elemento que não agrega a inclusão como diretriz política em suas ações. Conforme Carmo (2001, p. 80) atribuir aos esportes adaptados a capacidade de minimizar as discriminações é uma ingênua abordagem sobre o tema. Costa e Souza (2004, p. 34) revelam o caráter segregacionista das práticas esportivas adaptadas, visto que são vivenciadas apenas por grupos de deficientes.

Além disso, se relacionarmos as imagens do esporte de rendimento encontraremos uma situação quase paradoxal em que ao mesmo tempo em que se procura promover a democratização do esporte, seleciona-se os mais aptos para vivenciar a prática esportiva. As Paralimpíadas ilustram e reproduzem o modelo Olímpico de rendimento, reservado a poucos.

Mesmo com os fatores mencionados, os entrevistados encontraram possibilidades que proporcionaram a ampliação de seus horizontes, principalmente de ordem cultura, intelectual e afetivo/emocional, devido à rede de sociabilização formada através da modalidade esportiva, que no caso específico, não se resume apenas as PCD. Esta possibilidade do esporte como meio de interação cultural e social é descrito por autores como Costa e Wincler (2010, p. 15).

Também, a nosso ver, é ingênua a leitura da promoção do esporte para as pessoas com deficiência ligadas apenas aos materiais específicos para sua prática. As intercorrências relacionadas a acessibilidade ambiental e ao sistema de transporte público foram um dos impedimentos na início da prática esportiva dos entrevistados. O carro, nas entrevistas, passa a mensagem que transcende um meio de transporte, mas sim algo que garante autonomia e o deslocamento dos sujeitos em seu ambiente.

O país possui avançada legislação no que tange a acessibilidade física, dentre elas a lei 10,098/00 (BRASIL, 2000), mas não possuímos diretrizes claras com relação à acessibilidade a cultura esportiva.

Atualmente, nos discussões sobre acessibilidade e inclusão aparece com frequência a ideia de “desenho universal”, conceito desenvolvido por profissionais da área da arquitetura na Universidade da Carolina do Norte – EUA em 1960, para a

superação das barreiras físicas, minimizando o abismo entre os indivíduos. Carletto e Cambiaghi apresentam desenho universal como:

[...] o processo de criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade. (20--?, p. 10).

Dependendo do estágio social em que se encontra um conglomerado social com relação a forma de pensar o “diferente” podem repercutir tanto na visão que a PCD tem com relação a si mesmo, assim como, as políticas de promoção ao esporte.

Oliveira (2002, p. 34) revela que as políticas públicas ocorrem dentro do contexto dos interesses e necessidades socialmente pertinentes, guardando estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve de si própria em consonância as relações de poder que nela habita.

No trabalho, ficou evidente que a falta do esporte adaptado na cidade domicílio dos entrevistados foi umas das principais barreiras dos entrevistados com relação a sua prática esportiva, nesse sentido, podemos inferir que a promoção do esporte adaptado não é prioridade destas localidades.

A partir do cenário apresentado o jogo de sentidos do esporte para a pessoa com deficiência transcende o sucesso ou o fracasso no gesto técnico ou a vitória ou a derrota em um evento esportivo. O sentido ao esporte para a pessoa com deficiência, assim como, para a população em geral, estará condicionada ao seu meio, podendo ser legitimada, condenada, estimulada ou suprimida.

Este olhar mais amplo ao esporte possibilita eleva-lo a categoria de cultura, ou seja, uma forma de manifestação e transformação do homem em seu meio.

9 CONCLUSÃO

9.1 É dez

O número dez possui diversos significados difundido em diferentes épocas e contextos sociais. Os dez mandamentos de Deus formam o conjunto de leis base da cristandade, dez é o significado da perfeição e do máximo do desempenho humano, dez sobre a “canarinha” é o desejo de qualquer jogador de futebol, dez são os nossos dedos, o ábaco das crianças quando aprendem a dimensionar o mundo através dos números.

No nosso caso, dez representam as vidas que contribuíram para a construção deste trabalho e que possibilitaram conhecer, por meio de suas vivências, anseios e perspectivas e as dimensões do esporte, adaptado, como um fenômeno que dialoga com a realidade social.

Para alcançar o objetivo proposto, o recurso metodológico “análise do conteúdo” mostrou-se eficiente e de fácil reprodução, sendo apropriado para o conhecimento do sentido do esporte nos contextos “pré” e “pós-lesão”, permitindo um olhar mais global da cultura esportiva e/ou das práticas corporais para os entrevistados.

No contexto anterior da lesão o esporte representou, com maior ênfase, motivo para os encontros sociais, assim como, forma de compensar as obrigações sociais dos sujeitos. Também, com mesmo destaque as adaptações orgânicas relacionadas à obtenção da saúde e qualidade de vida foram relatadas pelos entrevistados. No imaginário social é destacado o espaço que as práticas corporais e os esportes ocupam como meios promotores da saúde e do bem estar.

Outras formas que as práticas corporais e o esporte ocupam em suas vidas estão associadas a fatores estéticos, no contexto de subordinação a indústria cultural. As práticas corporais também apresentam-se como meio de gerar recursos financeiros para os indivíduos em questão, assim como, maneira de manifestar sua personalidade devido às características da modalidade, em consonância a caracteres pessoais.

Como relatado, a lesão medular causa uma profunda desconstrução da imagem do sujeito de si e a maneira que este é visto pelo seu meio social, e de alguma forma, isto pode influenciar o sentido das práticas corporais e os esportes ocupam em sua vida.

A condição física e os aspectos ligados à saúde foram algumas das razões

para a adoção do rúgbi em cadeira de rodas como prática esportiva para os entrevistados, entretanto esta condição “restritiva” não impediu a formação de outras possibilidades para o fenômeno esportivo.

Dentre estas possibilidades podemos destacar a vivência do esporte aos moldes da prática sistematizada e de rendimento, em sintonia com a busca da saúde fisiológica. No trabalho ficou evidente que apesar da busca do profissionalismo a saúde foi o caráter mais manifestado por todos os entrevistados, ora como meio de inserção da modalidade, ora como um dos reais benefícios do esporte em suas vidas.

Mesmo sob o aspecto do rendimento esportivo, devido influências da dinâmica impressa pelo grupo promotor da modalidade (ADEACAMP/FEF UNICAMP) observaram-se espaços para manifestação que não necessariamente congregam a imagem do esporte de rendimento.

Exemplos para este ocorrido encontra-se nas imagens do esporte como fator associado ao hedonismo, a socialização, a compensação das intercorrências diárias e por que não dizer a própria saúde dos sujeitos, pois devido às exigências físicas que a competição exige não necessariamente o esporte congrega fatores como o prazer, o encontro, o descanso e a preservação da saúde.

Fatores externos ao gesto técnico também foram mencionados pelos entrevistados, o que demonstra que a modalidade esportiva não resumir-se à prática em si, mas também representa uma extensão da vida dos sujeitos. Como ilustração, o enriquecimento intelectual e cultural, o conhecimento de culturas e outras práticas manuais ou reflexivas, além do esporte como meio promotor de intensas experiências psicológicas através como o enfrentamento dos impedimentos sociais e da emoção via mecanismos fisiológicos e psicológicos são exemplos da transcendência do esporte na vida dos entrevistados.

Mesmo o esporte possibilitando a projeção social dos indivíduos e o reconhecimento de instituições públicas, dentre elas, o Ministério do Esporte, a imagem de “profissionalização” da modalidade é pouco reconhecida no meio familiar, assim como, de maneira maciça em âmbito social, pois, a saúde, materializada na reabilitação física se apresentou de forma destacada, com meio de explicar a relação ao sujeito com deficiência e a prática esportiva, conforme observado nos relatos dos entrevistados. Este fato, de alguma maneira, não contribui para a ampliação e difusão da imagem do esporte como prática competitiva pelas PCDs, nesse sentido, pode ocorrer o reforço e/ou

manutenção dos estereótipos com relação à vivência das práticas corporais pelas pessoas com deficiência, no tocante a obtenção e manutenção da saúde orgânica.

Em sintonia à proposta do trabalho, os fenômenos sociais dentre eles, os fatores socioeconômicos, as políticas públicas de acessibilidade, assim como de promoção ao esporte adaptado apresentaram-se como as principais “barreiras” para a materialização do esporte na vida dos entrevistados, fenômeno que demonstra o retrato social de cada comunidade no tocante as políticas públicas relacionadas ao fomento do esporte para o público com deficiência.

Sendo assim, o trabalho contribuiu para proporcionar o olhar sobre o fenômeno esportivo em consonância à categoria “cultura”, ou seja, a abordagem do fenômeno esportivo como forma do homem poder se enxergar, manifestar e transformar o seu meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir para o fomento aos debates sobre a prática do esporte para as pessoas com deficiência com apoio de metodologias ligadas aos estudos das ciências humanas, caráter ainda pouco desenvolvido nas pesquisas nacionais.

Também buscamos compreender o esporte, no caso, de rendimento, como um fenômeno que não se materializa apenas em sua prática ou na dualidade derrota e vitória, mas sim, como um fenômeno vivo e que produz outras possibilidades na vida dos seus praticantes.

Este estudo preconiza a realização de mais pesquisas e abordagens qualitativas do esporte, tanto de rendimento como em suas outras manifestações para podermos compreender o retrato social de cada comunidade em que os praticantes se inserem, assim como, a necessidade de estudos e formas de sistematizar e conhecer possíveis “tendências” dos praticantes de modalidades para fins competitivos para descobrir-se divergências que de alguma maneira, podem atrapalhar o desenvolvimento da equipe, porém, sem deixar de reconhecer a polissemia que o fenômeno esportivo se manifesta na realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES ADAPTADOS DE CAMPINAS (ADEACAMP). **Rúgbi em cadeira de rodas**. Disponível em: <<http://rugbiadeacamp.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES ADAPTADOS DE CAMPINAS (ADEACAMP). **Projeto de patrocínio ADEACAMP 2012**. [no prelo].

ALÉSSIO, F. C. O conceito de violência escolar. In: ALÉSSIO, F. C. **A violência simbólica na escola: uma abordagem a partir da visão de educandos e educadores**. 2007. 108 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana – SP, 2007. Disponível em: <http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/dissertacoes/Fernanda_Alessio.pdf>. Acesso em: 16 maio 2012.

ARAUJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil: origem institucionalização e atualidade**. 1997. 140 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP.

ASSIS, M. L. F. L. C. **A influência do curso de extensão PROEPRE: fundamentos teóricos e práticas pedagógicas para Educação Infantil na formação de professores**. 2007. 309f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000410407>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

AVAPE e CESEC promovem torneio de goalball entre cegos e videntes. Disponível em:<http://www.tramaweb.com.br/cliente_ver.aspx?ClienteID=174&NoticiaID=6190>. Acesso em 5 fev. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, J. O. **Desporto, saúde, vida: em defesa do desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

BOURDIEU, P. Desporte y classe social. In: BROHM, J. M. **Materiales de sociologia del deporte**. La Piqueta : Endymión, 1993. 186 p.

BRACHT, V. A crítica de orientação fankfurtiana. In: BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª ed. Ijuí: Ed. Ijuí, 2005. p. 27-44.

BRACHT, V. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: < <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 12.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadores de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F 9 abril. 2001. A. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em 08 dez. 2013.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 10.264 de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998 que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F 17 jul. 2001. B. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 31 mar. 2013

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em 06 out. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.698 de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 2 set. 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm>. Acesso em: 6 out. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 20 dez.. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 25 out. 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 06 out. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

BRASIL, Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 3 dez. 1968. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

BRASIL, Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F 15 abr. 1931. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

BRAZUMA, M. R.; MAUERBERG-de CASTRO, E.. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado: uma revisão de literatura. **Revista Motriz**. Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 115-123, jul. dez. 2001.

BROHM, J. M. 20 tesis sobre el deporte. In GONZÁLEZ, J. I.B. **Materiales de Sociología del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

BUSCAGLIA, L. F. El papel decisivo de la familia em la rehabilitación del niño minusválido. **Correio da Unesco**. Paris, año XXXIV, p. 4 – 7, jun. 1981.

CAMPBELL, D. F.; MAUERBERG-deCASTRO, E. Estereótipos e Deficiência: Violência, Mídia, e a Cultura da Perfeição. In: MAUERBERG de-CASTRO, E.

Atividade física adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

CAMPEÃO M. S. Atividade para pessoas com paralisia cerebral. In: DUARTE, E. LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais:** experiências e intervenção pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

CARLETTO, A. C. C; CAMBIAGHI, S. **Desenho universal:** um conceito para todos. Falta completar referencia apostila . [S.l.]: Desenho Universal, [20--?]. 38 p.

CARMO, A. A. Educação física e inclusão escolar: em busca da superação dos limites da adaptação. **Revista Conexões.** Campinas, v. 6, p. 69-85, 2001.

CARMO, A. A. **Deficiência física:** a sociedade brasileira cria, “recupera”, e discrimina. Brasília, DF: MEC, 1994.

CHICON, J; SOARES, J. **Compreendendo os conceitos de integração e inclusão.** [200-?] Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

CIDADE, R.E. A; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas com deficiência.** Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

COSTA, A. M; SOUZA, S. B. Educação física e esporte adaptado: histórias, avanços em relação aos princípios da integração\inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte,** Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

COSTA, A. M; WINCKLER, C. A educação física e o esporte paralímpico. In: MELLO, M. T; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 15-20.

DANTAS, R. O. **Otimismo em gotas.** 9º ed. São Paulo: Edições Otimistas, 1977.

DAOLIO, J.; VELOSO, E. L. A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte. **Revista Pensar a Prática,** Goiânia, v. 11, n. 1, 2008, p. 9-16.

DUMAZEDIER, J. **Planejamento de Lazer no Brasil** - Valores e conteúdos culturais do Lazer, São Paulo/SP: Ed. Sesc, 1980. 180 p. (Biblioteca Científica - Série Lazer, 3).

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1985.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **A FEF – Histórico**. Disponível em: <
<http://www.fef.unicamp.br/fef/historico>>. Acesso em 31 jan. 2013.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Extensão – Apresentação**. Disponível em: <
<http://www.fef.unicamp.br/fef/extensao/apresentacao>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Atividade física adaptada**. Disponível em: <
<http://fefnet172.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/afa/projetos.html>>. Acesso em 31 jan. 2013.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Resolução Congregação FEF/UNICAMP n. 65/07**. Regulamenta normas para as ações de Extensão Universitária na Faculdade de Educação Física – Unicamp. Disponível em: <
http://fefnet172.fef.unicamp.br/administracao/secretaria/Normas_Extensao.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2013.

FERREIRA, M. F. L. **A inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais**: contribuições para uma reflexão. 1998. 40 f.. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERRONATTO, B. C; WAGNER, L. C; FALKENBACH, A. P; Estigma relacionado à pessoas com deficiência. In: FALKENBACH, A. P. (org.) **Inclusão**: perspectivas para as áreas da educação física, saúde e educação. 1. ed. Jundiaí – SP: Fontoura, 2010.

FLORENCE, R. B. P. **Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004**: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. 2009. 415 p. Dissertação (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FOPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. In: XIX Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012. Manaus – AM.

Disponível em: <
<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOMES, N. M. **Análise da disciplina de educação física especial na instituição de ensino superior públicas do estado do Paraná**. 2007. 199 p. (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

GORGATTI, M. G.; BOHME, M. T. S. Atividade física e lesão medular. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri, SP: Marole, 2005. p. 147-181.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com necessidades especiais. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri, SP: Marole, 2005. p. 532-568.

GORLA, J. I.; CAMPANA, M. B.; CAMPOS, L. F. C. C. Rugby em cadeira de rodas. In: DE MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (Org.). **Esporte Paralímpico**. 1ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 237-245.

HUNGER, D. A. C. F. **A universidade sob a ótica da extensão universitária: análise da função extensão universitária no pensamento do professor universitário de Educação Física**. 1998. 357p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em:
<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000189646>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

JANNUZZI, G. Algumas concepções da educação o deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004.

LEVERONI, A. F. Fisiologia do exercício. In: HOUSSAY, B. **Fisiologia humana**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984. p. 412-427.

LIMA, S. M. T. **Educação física adaptada: proposta de ação metodológica para a formação universitária**. 2005. 223 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

LIMA, S. M.; SOUZA, N. I.; TREVISAN, R.A. Experiência com o voleibol: apontamentos para o educador. In: DUARTE, E.; LIMA, S. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas: Alínea, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAUERBERG-de CASTRO, E. . **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

MAUERBERG-de CASTRO, E. A pesquisa na área de educação física adaptada. In: **Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada**, 4., São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física (EEFUSP), 1992.

MAYEDA, S. **Minha cadeira de rodas, meu corpo**: as diferenças percepções corporais dos usuários. 2005. 58 f. Monografia (Especialização) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NETO, E. P; VARGAS, A. L. S. Refletindo a inclusão social da pessoa com deficiência visual: como a atividade física pode construir. **Fiep Bulletin**, Foz do Iguaçu - PR, v. 79 special edition – article II, 2009.

OLIVEIRA, C. B.; Inclusão educacional: intenções do projeto em curso. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 23, n. 2, p. 31-42, jan. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para os direitos da pessoa com deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/convencao.php>> . Acesso em: 13 jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Ano Internacional das pessoas deficientes**: relatório nacional Brasil. 1981. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 06 out. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Carta de Ottawa**. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/cidadania/gesau/legislacao/internacionais/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

PARASCHIVA, C. C.; CAVAGLIERI, C. R. O exercício físico como promotor da saúde e da qualidade de vida em portadores de espondilite anquilosante. In: GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R.; MENDES, R. T. **Políticas públicas, qualidade de vida e atividade física**. Campinas: Ipes, 2001. p. 123-135.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e Pessoa com deficiência - Contexto Histórico. In: De Mello, MT; Winckler, C. (Org.). **Esporte Paralímpico**. 1ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012, p. 3-14.

PEDRINELLI, V. J; VERENGUER, R.C.G. Educação Física Adaptada: Introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G. e COSTA, R. F.(orgs.) **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri/SP: Manole, 2005.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física adaptada: conceituação e terminologia. In: PEDRINELLI, V. J. et al. **Educação Física e desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: MEC/SEDES, 1994.

PENAFORT, J. D. **A integração do esporte adaptado com o esporte convencional a partir da inserção de provas adaptadas**: um estudo de caso. 2001. 173 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP.

PINTO, R. J. **O laboratório de acessibilidade da Unicamp como “agente democratizador da informação”**: com a voz os autores da inclusão. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Braille, SNBU, 2011, Campinas – SP. Anais... Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em <<http://www.sbu.unicamp.br/senabraille/apresentacoes/Trabalhos/Artigo-O%20Laboratorio%20de%20Acessibilidade%20da%20Unicamp.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

REIS, H. H. B. Lazer e esporte; a espetacularização do futebol. In: BRUNHS, H. T. **Temas sobre lazer**. Campinas, Autores Associados, 2000. p. 130-143.

RENEX Rede Nacional de Extensão. Disponível em: <
http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18>. Acesso em: 31 jan. 2013.

RIBEIRO, S. M.; ARAUJO, P. F. A formação acadêmica na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 57-69, maio 2004.

RODRIGUES, G. M. **Da avaliação à gestão de processo**: uma proposta de instrumento para acompanhamento da inclusão contextualizada no transcorrer de atividades motoras. 2002. XX p. (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ROSADAS, S. C. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente**. Eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro: Atheneu, 1989.

SÁ, S. M. P; RABINOVICH, E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 68-84, 2006.

SAMPAIO, T. M. V. Gênero e Lazer: um binômio instigante. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008.

SANTANA, V. H. **Avaliação do autoconceito e a atividade física**. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANT'ANNA, D. B. Corpo e história. **Cadernos de Subjetividade** (Núcleo dos Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica da PUC – SP). São Paulo, v. 1, n. 1, p. 243-66, 1993.

SERNAGLIA, M. B; DUARTE, E; DALLA DÉA, V. H. S. Avaliação do autoconceito em cadeirantes praticantes de esporte adaptado. **Pensar a Prática**. Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-18, set.\dez. 2010.

SILVA, C. S; SOUZA NETO, S; DRIGO, A. J. Os professores de educação física

adaptada e os saberes docentes. **Motriz**, Rio Claro, v.15 n.3 p.481-492, jul./set. 2009.

SILVA, R. F. **Atividade Motora Adaptada**: conhecimento produzido nos programas *scripto sensu* em educação física, no Brasil. 2009. 280 p. (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

SOUZA, P. A. **O esporte na paraplegia e tetraplegia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

STRAPASSON, A. M. **Proposta de ensino de polybat para pessoas com paralisia cerebral**. 2005. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

THOMASSIM, L. E. C. Os sentidos da exclusão social na bibliografia da educação física brasileira. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 151-178, jan/abr 2007.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas. 1992.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

TUBINO, M. J. G. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: IBRASA, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Procuradoria geral – **Deliberação CEPE – A 005/1996** de 12 de junho de 1996. Dispõe a implementação, oferecimento e acompanhamento de cursos de extensão na Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: < http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=2157 >. Acesso em: 31 jan. 2013.

VANIN, G. R. **Universidade e comunidade**. 2005. 124 p. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em < <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000377019>>. Acesso em 31 jan. 2013

ZUCHETTO A.; CASTRO, R. As Contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Kinesis**, Santa Maria, v. 26, p. 52-68, 2002.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEF)



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA (DEAFA)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**A produção de sentidos na prática esportiva: o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas**”. Neste estudo pretendemos conhecer as motivações e os sentidos que a prática da modalidade esportiva assume para os seus praticantes.

O motivo que nos leva a estudar este tema é possibilitar a ampliação dos estudos e a intervenção esportiva e da educação física sob uma abordagem social, ou seja, observar as influências da sociedade na vida e nas escolhas no indivíduo, como, por exemplo, a prática de um esporte.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: entrevistas estruturadas (realizadas com um roteiro pré-estabelecido) gravadas em áudio, em que serão abordados os seguintes temas: interesses na prática esportiva, barreiras e possibilidades vivenciadas na prática esportiva e influência da prática esportiva em sua vida. A realização das entrevistas ocorrerá em horário flexível, conforme a disponibilidade e agendamento prévio com os entrevistados.

Não há riscos previsíveis na pesquisa, entretanto você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar caso sinta-se ofendido com qualquer conteúdo presente no roteiro de entrevista. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Sua participação será importante com relação a ampliação dos estudos que envolvem aspectos do cotidiano do indivíduo e a prática de um esporte e/ou atividade física.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “**A produção de sentidos na prática esportiva: o discurso de praticantes de rúgbi em cadeira de rodas**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Campinas, _____ de _____ de 2013 .

Assinatura do participante: _____

Nome: _____ Data: ____ \ ____ \ ____

Assinatura do pesquisador: _____

Nome: _____ Data: ____ \ ____ \ ____

Assinatura da testemunha: _____

Nome: _____ Data: ____ \ ____ \ ____

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Faculdade de Ciências Médicas (FCM)
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Distrito de Barão Geraldo
Campinas – SP
CEP: 13083-887

Faculdade de Educação Física (FEF)
Av. Érico Veríssimo, 701, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Distrito de Barão Geraldo
Campinas – SP
CEP: 13083-851

ANEXOS

ANEXO A - Transcrição das entrevistas

ENTREVISTADO 1

1. Sim musculação por que eu gostava de manter a forma e ficar com um corpo atlético e lutas porque eu me dava melhor em esporte individual.

2. Por que é uma modalidade que é para tetraplégicos que é a minha deficiência e por que é uma modalidade que tem contato, eu gosto de contato, não é contato físico é contato entre as cadeiras, mas tem contato.

3. Ter um corpo saudável e ficar em forma.

4. Usar o máximo possível do meu corpo do, da musculatura que sobrou.

5. Um passatempo, é [pausa] os caras pensa o cara é deficiente e precisa ocupar a cabeça, como uma coisa... [risos] só... A família não, quem me conhece, minha família sabe que por questão de competição mesmo.

6. Existem várias é um esporte caro, é longe da onde eu moro em São Paulo não tem nenhuma equipe e eu tenho que me deslocar para cá. [pausa] Psicológica porque a gente não atinge o rendimento que a gente quer, a gente [pausa] fica não é decepcionado, mas, como que eu posso dizer [pausa] se cobrando para ir melhor, física, psicológica e... ? [pedindo para lembrar a pergunta] Não, questão social não porque eu não tenho tempo de ter convívio social hoje em dia, meu tempo trabalho o convívio social eu acho que é só minha família e minha namorada eu trabalho o tempo todo e o tempo que sobra eu venho treinar, então...

7. Antes do rúgbi eu já praticava outro esporte para deficiente desde que eu comecei a praticar esporte adaptado melhorou muito minha condição, melhorou minha

respiração melhorou minha capacidade, aeróbia melhorou minha força mas mais foi a capacidade aeróbia. Só isso, a parte física.

ENTREVISTADO 2

1 Sim, o esporte era um elemento presente em minha vida desde que eu era criança, assim eu praticava natação desde os sete anos, eu acho, aí dos 7 anos aos 18 entre na faculdade eu praticava natação, aí aos 21 sofri o acidente que foi de mergulho em piscina e eu fiquei tetraplégico, aí eu comecei... continuei a praticar natação ainda só que não era mais tão legal assim, aí me apresentaram o handebol em cadeira de rodas, que foi meu primeiro esporte de cadeira comecei a praticar aqui [na Unicamp] aí quando apresentaram o rúgbi eu entrei junto com o projeto aqui do rúgbi e comecei a praticar.

2 Então de antes da lesão foi meus pais que me colocaram na natação, aí era mais por questão de saúde, assim pra nadar, tal e depois da lesão foi por que eu queria um esporte coletivo que [pausa] alguma coisa diferente, aí primeiro consegui, entrei no handebol só que eu não gostei muito, assim, também era meio parado, aí conheci o rúgbi que era mais voltado para a minha deficiência, que era para os tetraplégicos aí tive mais oportunidades com o rúgbi.

3 Como eu falei, era saúde, assim questão de é [pausa] natação né, é bem completo, pega todos os membros assim, respiração tudo, mas por saúde.

4 Ah hoje é meio que quase a minha profissão assim, a modalidade que eu pratico eu tenho bolsa recebo auxílio tal e é o que eu me dedico a maior parte do meu tempo assim dedico menos à faculdade do que ao rúgbi assim.

5 Ah o pessoal que é mais próximo, assim de família e amigos eles enxergam que é como se fosse uma profissão, assim é algo que eu quero levar longe assim [pausa] Olimpíadas essas coisas, Paralimpíadas jogar tudo, que eu tenho meus objetivos e tal, mas eu acho que pessoal que não conhece muito assim, alguns da faculdade do meu curso que eu não converso muito acho que vê como um hobby assim, que eu vou

trabalhar como engenheiro e gosto de jogar só.

6 Hum, acho que não, barreira [pausa] física assim não, assim, sempre treinei aqui na Unicamp tudo tranquilo pra chegar aqui a adaptação, talvez no começo quando eu não tinha carro, assim era mais difícil. Social talvez o esporte, a modalidade é um esporte caro né, até a gente tem o equipamento próprio essas coisas assim demorou um tempinho para mim, mas barreira assim nenhuma acho.

7 Então foi com o esporte assim, tanto o condicionamento melhorei assim fisicamente, parte cultural também com o esporte consegui conhecer vários lugares, fui pra vários países, conheci varias pessoas, conheci minha namorada, enfim, tipo esses foram benefícios assim físico e cultural talvez, acho que é isso.

ENTREVISTADO 3

1. Sim é [pausa] só para servir de registro sou [o entrevistado se identificou] e eu e praticava diversas modalidades antes da lesão eu sou educador físico e ate por conta disso acabei me envolvendo com algumas modalidades como uma forma de motivar os meus alunos que praticavam junto comigo estas atividades como pro exemplo provas pedestres, corridas de ruas, triatlons, biatlons, era as modalidades que eu mais praticava e eventualmente era modalidades coletivas mas sempre com fim lúdico vôlei, basquete, futsal, futebol de campo era o que eu mais fazia.

2. Em princípio por prazer porque essas modalidades me traziam oportunidade de lazer de convívio social com pessoas que gostavam de fazer a mesma coisa que eu embora eu também estivesse buscando, num segundo momento, de uma maneira secundária a saúde qualidade de vida, mas principalmente lazer.

(Continuação da questão 2)

2. Na época que surgiu a proposta da prática do rúgbi eu fazia handball em cadeira de rodas aqui na Faculdade de Educação Física [da Unicamp] e o rúgbi em cadeira de rodas é uma modalidade que atende bastante especificamente pessoas com tetraplegia que é o meu caso ou com lesão equivalente e aí eu passei a conhecer a modalidade e me

senti mais a vontade praticando essa modalidade do que muitas outras que eu já praticava como o hand, como o atletismo justamente por que ela é mais específica e eu me sinto mais útil em quadra jogado rúgbi além do fato de ser uma modalidade é [pausa] bastante agradável, muito estratégica e que me atraiu desde cedo. É isso.

3. Buscava ter prazer de praticar a modalidade.

4. É hoje eu já pratico rúgbi com fins competitivos então muda bastante o enfoque para mim, exige já uma disciplina, exige assiduidade o rigor é bastante diferente então eu já não tenho tanto, não tenho sempre a busca pelo prazer apenas, é prazeroso tal, mas o objetivo central, foco, é a competição, o resultado.

5. Eu vejo que para minha família e meus amigos eles enxergam minha relação com o esporte como uma superação, como uma demonstração de superação que nem sempre bem dizer me agrada, eu gostaria que o esporte na minha vida fosse visto também pelos outros como mais uma referencia característica que eu tenho assim de atividade de [pausa] de atividade de responsabilidade mesmo, assim como uma pessoa que não tem deficiência também pratica sua modalidade esportiva eventualmente com fins competitivos como o meu. Hoje, vou contar esse detalhe, hoje mesmo eu saindo de casa eu acabo de voltar de uma semana de treinamento da seleção brasileira [de rúgbi em cadeira de rodas] e o rapaz lá que faz a parte de jardim da frente da minha casa tal ele foi lá me viu saído de carro falou “Oh Luís! E aí como é que foi? Ganhou medalha?” por que na cabeça dele era um campeonato que eu tinha ido participar e eu “não só foi treinamento” e ele “ah! mas isso faz muito bem pra você viu faz muito bem” quer dizer eu acho que retratou bem a visão que ele e às vezes familiares e amigos tem da modalidade ainda como algo no sentido de [pausa] vai eu não queria usar a palavra reabilitação, mais no sentido de me trazer benefícios em razão da minha lesão, então eu sei que o esporte também traz isso, mas o foco aqui e eu tenho certeza que todos os atletas, não esta sendo exatamente buscar isso, isso vem de uma maneira paralela, mas nosso foco é outro diferente muitas vezes do às pessoas enxergam da gente praticando esporte.

6. Não nenhuma barreira física, psicológica ou social não... não me recordo de ter

enfrentado não ... nada.

7. Diversos, fisicamente apesar de toda essa [pausa] esse meu discurso aí dizendo que eu não estou buscando exatamente isso hoje né, mas eu percebo que o meu toque da cadeira é mais fácil, minhas transferências são facilitadas, embora o esporte exija de mim, às vezes, condições um pouco mais extremas do que aquilo que a saúde recomenda, então eventualmente eu tenho que ter algumas privações [pausa] de sono né, de alimentação, tal que nem sempre tão visando exatamente a minha saúde né e às vezes até [pausa] aqueles cuidados que a agente tem que ter porque a gente tá sempre esta no limite da atividade então pra evitar uma lesão articular tal né, mas enfim, percebo sim benefício físicos, percebo assim, socialmente também que a capacidade de estar junto com amigos, hoje amigos, pessoas que desenvolvem atividade que eu também desenvolvo, passam por situações bastante semelhantes as minhas e também até mesmo financeiro já que eu sou bolsista no Ministério do Esporte, então tanto socialmente quanto financeiramente quanto em termos de saúde de qualidade de vida eu consigo percebo benefícios.

ENTREVISTADO 4

1. Sim, no começo antes da lesão eu praticava futebol né, que é uma paixão nacional e todo moleque acho tem que jogar futebol quando pequeno né eu gostava muito de corrida então quando eu era pequeno a gente na minha cidade tinha todo ano tinha prova de São Silvestre então todo ano eu corria e sempre a tarde reunia uns colegas e a gente dava umas voltas pela cidade fazia um percurso né então eu sempre gostei mais de futebol e o atletismo que eu praticava e os outros esportes eram base de vez em quando a gente jogava vôlei com a turma fazia [pausa] era mais isso.

2. Então o rúgbi veio em minha vida por causa da lesão não conhecia e após a lesão a gente fica sem muitas alternativas de esporte porque lesão nossa é uma lesão alta né então você não tem hoje tanta facilidade pra praticar outro esporte que não seja específico mesmo para aquela lesão sua e o rúgbi ele atente a nossa lesão e eu conheci o esporte através de alguns colegas que já praticavam aqui na Unicamp eu vim conhecer, gostei, me apaixonei e hoje eu estou jogando.

3. Ah! Era manter o físico né, tentar fugir da barriginha da [pausa] e o convívio também com os amigos né porque quando você pratica um esporte você se reúne com os seus colegas você fica sabendo o que um tá fazendo o que o outro tá fazendo você acaba fazendo mais amigos através do esporte né por isso é que eu praticava e era gostoso você reunir um grupo e sair correndo pela cidade a tarde e depois sentar na frente de casa e ficar conversando né sobre vários assuntos então isso deixa o ser humano um pouco melhor né.

4. Ah! no presente momento eu busco manter o equilíbrio do corpo porque a gente sabe que o esporte ele traz vários benefícios para a nossa saúde né e então você ficar sem praticar alguma coisa, fazer assim, fazer nada você vai caindo no sedentarismo e acaba ficando as vezes mal humorado acha que num presta pra mais fazer mais nada né então eu acho que é legal ser ter essa preocupação fazer alguma coisa de procurar tá envolvido por que através do esp[...] você num ganha só isso né, melhorias pro corpo você ganha melhorias para a sua saúde pro seu convívio você se torna uma pessoa melhor você acaba sabendo dos seus limites do limite do outro e acaba tendo um respeito legal com isso né você acaba respeitando a vida, respeitando o ser humano e se respeitando também.

5. Ah! No começo a minha mãe achava meio loucura né “ah você vai treinar não vai” falei [trecho incompreensível] não vai treinar é bom você [...] ma eu falei “não mãe é bom por causa disso, por causa daquilo” então como meus pais são bem antigos e são de mais idade eles achavam assim por a gente ainda ter essa lesão que as vezes você podia se machucar ficar pior né e eu falei “não, não a gente fica cada vez melhor” praticando esporte eu consigo tocar a cadeira melhor no dia a dia eu consigo sair eu consigo ir no mercado e não depender de alguém para empurrar a minha cadeira né então aos poucos eles foram vendo que eu tive mais benefícios do que perdas praticando esporte né aí eles começaram a apoiar mais não chegou hora de ir “vamo vai tem que ir, vai embora” “ah cê vai sozinho no começo?” no começo eu vinha junto com os meus sobrinhos sempre aí agora eles cresceram, não vem mais e eu continuei vindo porque também era um medo também deles deixar eu vir sozinho pegar estrada né vir sozinho então tudo isso foi fazendo com que fui ganhando essa confiança de poder sair

novamente de casa sozinho né antes só saía acompanhado “ a cê vai ali? Não ele vai com cê!” aí com isso fui ganhando mais independência também de poder fazer as minhas coisas sozinho de ter que ir ao banheiro sozinho eu fui aprendendo com os outros que eu poderia fazer muito mais coisas sozinho do que tá sempre com alguém então daí meus pais, a família acabou ficando despreocupada né por exemplo eu venho pra Unicamp minha mãe não fica mais pensando “ Ai fi para a Unicamp sozinho” Não eu falou “Mãe eu não vou sozinho eu vou com Deus e com Nossa Senhora” sempre falo pra ela né e ela falava “Então tá bom vai com Deus” e eu falei “Nossa senhora também vai junto comigo embora”.

6. Barreiras as vezes a gente enfrenta dificuldade né por que a gente vive numa cidade, num país que nem todas as coisas são acessíveis né hoje eu tenho o meu carro então pra mim é fácil tá vindo aqui mas por exemplo, quando o meu carro quebra aí vira um transtorno por que da minha cidade pra vir pra Campinas eu moro em Hortolândia é difícil por que você não tem ônibus adaptado né e então seria uma dificuldade se eu talvez não tivesse um automóvel para tá vindo por que a gente consegue pouco apoio da prefeitura pra tá te trazendo né não existe esse apoio né pro esporte né então eu acho que até por isso poucas pessoas praticam que são deficientes praticam esporte né por que quem não tem como chegar até aqui acaba ficando desestimulada de fazer alguma coisa então eu acho que existe muita dificuldade ce tem que ser bastante persistente mesmo tendo automóvel tem hora que dá aquela preguiça e aí a gente fala “Não, eu tenho que ir” e existe essas barreiras né por que essas barreiras para nós que somos deficientes que dependemos do transporte adaptado ainda tem muita dificuldade.

7. Com certeza muitos benefícios desde de eu poder sair sozinho a independência que eu ganhei né como eu falei antes eu dependia muito da minha família pra tudo se fosse para mim sair de casa sempre tinha que sair alguém eu jamais viria pra Unicamp sozinho e hoje eu venho então pra mim isso é um benefício é uma vantagem é um lucro já foi um ganho por que hoje eu não tenho mais essa dependência cons[...] aprendi fazer as coisas sozinho por que através de você tá participando no grupo você vê que as vezes pessoas que também as vezes vão morar sozinhos ou por tem uma dificuldade maior eles acabaram conseguindo fazer coisas sozinhos então você fala “Não, eu também vou fazer” então eu acho que quando você tá no grupo e no esporte você vê aqui cê vê o seu

colega fazendo uma coisa e você fala “Não, eu também vou conseguir, eu vou tentar” e você acaba conseguindo então pra mim isso foi um ganho né por que eu consegui fazer várias coisas que eu não fazia e hoje eu faço sozinho.

ENTREVISTADO 5

1. Sim eu fiz todos o que você pode imaginar, fiz kung-fu, fiz karate, fiz natação, fiz basquete, fiz vôlei e com 17 anos escolhi fazer educação física que é um curso superior.

2. Que é um esporte que tem contato eu gosto muito de nadar, mas no na natação é você sozinho no esporte individual e no coletivo é bem legal ainda mais sendo o rúgbi que tem porrada, tem técnica são vários, não é só nadar é lógico que nadar tem um monte de coisas mas o rúgbi é um esporte bem completo.

3. Deixa eu pensar [pausa] Quando eu era moleque minha mãe me colocou na natação quando eu tinha uns 3 eu acho que todo mundo toda criança entra no judô ou na natação e eu gostei de praticar o esporte pra descarregar o stress da vida como se tivesse 10 anos se tivesse stress né mas [risos] mas é descarregar energia que você tem guardado e é muito bom depois o a o alívio a respiração e faz bem para o corpo.

4. Agora? Condicionamento físico eu penso muito nisso e colocar alguma coisa na cabeça acho que o esporte é muito bom pra você descarregar o stress do dia a dia.

5. Eles sabem que eu amo o esporte, eles apoiam muito sempre apoiaram meu pai sempre foi, minha mãe sempre foi me assistir jogar meus irmãos também fazem praticam esporte e eles adoram eles que me introduziram nesse meio deram um super apoio até da faculdade de educação física eles deram apoio também.

6. Sim eu comecei a criar um time em São Paulo [capital] que não tinha muita muitas pessoas praticando não tinha ninguém na verdade aí em vim para Campinas o pessoal me ajudou com o rúgbi e eu quizei ir para São Paulo joguei o esporte em São Paulo, varios ãos como apoio isso daí tem um amigo meu que tem uma ONG

[Organização Não Governamental] que me ajudou e a BRC já ajudou bastante também, mas bastante, muita negatividade pela galera de São Paulo assim no esporte paraolímpico.

7. Ah tudo, qualidade de vida, social, intelectual, eu adoro você se sente mais aliviado quando você pratica esporte fica a semana inteira estressado, violento no trânsito, daí você faz esporte e fica tudo zen e eu adoro fazer esporte por causa disso, tanto como o corpo físico como a mente também.

ENTREVISTADO 6

1. Sim, estava presente sim eu gostava muito de esporte eu fui federado em vôlei, fazia ciclismo, mas praticava sim por que eu gostava muito de esporte.

2. Depois que eu tive a lesão foi me apresentado o rúgbi no centro de reabilitação eu gostei muito por que sempre gostei de esporte de contato ainda mais depois de lesão né que eu achei que não poderia mais ter um esporte de contato assim e [pausa] ingressei no rúgbi.

3. Desde que eu comecei no rúgbi meu objetivo sempre foi a seleção brasileira eu já alcancei, já fui convocado uma vez e agora tô tentando novas convocações. [antes do rúgbi] não por que foi muito rápido depois da minha lesão depois de 8 meses eu comecei a praticar rúgbi já.

4. O objetivo é o mesmo, tô treino forte pra ajudar a equipe a conseguir o título do Campeonato Brasileiro que vai acontecer agora em agosto e uma convocação para a Seleção Brasileira de Rúgbi.

5. Ah! eles apoiam completamente né por que o rúgbi me ajudou, ajudou muito na minha reabilitação é um esporte que exige força, resistência e minha lesão é C5 né então [pausa] a prática do esporte ajudou muito nesse reabilitação, então eles me apoiam, vão em campeonatos pra assistir é bem legal esse apoio deles.

6. Bom barreira que eu enfrentei é [pausa] não tinha time perto da minha casa então jogava em São Paulo num time de São Bernardo do Campo que ficava em torno de umas duas horas e meia da minha casa então eu ia pra lá três, quatro vezes por semana treinava tipo, isso se passou foi o ano todo e [pausa] depois eu fui para um time de Brasília o time de São Caet.. São Bernardo quebrou aí eu fui pra Brasília então eu aí algumas vezes pra Brasília, isso foi uma barreira também por que condições financeiras e agora eu tô aqui na ADEACAMP né, fica mais ou menos 130 Km da minha casa é um bom tempo também, então a maior barreira assim que eu vejo e [pausa] que eu quebrei né foi, foi essa né.

7. Sim, muitos tanto fisicamente como psicologicamente acho que o esporte ele pra quem é deficiente ou não sempre é muito bom.

ENTREVISTADO 7

1. Negativo, negativo, eu não praticava esporte, eu só trabalhava sem esporte, só jogava futebol é [pausa] jogava futebol quando tinha tempo por que eu trabalhava de segunda a segunda e eu não tinha tempo de praticar esporte.

2. É [pausa] nossa é agressiva essa modalidade, é show por que você desconta a raiva nos outros e outra é um esporte igual ao outro é achei por causa da emoção. Emoção é tudo.

3. O que eu buscava com a prática de um esporte? É, bom condicionamento físico, um melhor condicionamento físico, é um melhor, uma [pausa] melhor condição de vida eu acho assim é eu acho mais ou menos isso condição de vida igual falou [pausa] de saúde mais ou menos assim depois você elabora mais bonitinho.

4. No presente momento? Distração, distração total eu preciso disso.

5. Eu não acredito, eu sei que isso ai eles vê que é um esporte troglodita eles pensa que um [pausa] que um deficiente não pode cair, que um deficiente [trecho indecifrável] que a gente não pode bater entendeu? Nada disso eles abominam isso totalmente entendeu?, falam que é um esporte agressivo e pápápá e pápápá e eu pelo contrário vejo

diferente, eu acho que a pessoa tem que fazer o que gosta, entendeu? se faz o que gosta acabou, pronto.

6. Essa é a questão do cidadão né? [Risos] Enfrentei barreiras de, referente a técnico, acho que técnico conta né? O técnico da... da do time foi bem [pausa] não foi bem foi nada profissional, nada, em questão ao atleta em questão, questão em atleta em questão ficou bonito é e infelizmente por causa de uma discussão e eu sai do time depois de muitos anos voltei, por causa do técnico.

7. A evolução de mobilidade poxa mobilidade, amplitude de movimento é [pausa], fôlego, força tudo eu acho psicológica, ela o esporte ele influência em tudo psicologicamente, é fisicamente, emocionalmente principalmente, tudo ente e é isso.

ENTREVISTADO 8

1. Não, antes da lesão eu não praticava nenhum esporte.

2. É, na verdade porque eu não conhecia nada assim específico para tetraplégico, né aí eu conheci o rúgbi e comecei a praticar.

3. Procurava assim mais a questão da saúde. [no caso, com o início da pratica de rúgbi].

4. Ah, eu gosto muito da integração com as pessoas né, conhecer novas pessoas sempre tá sempre com o corpo saudável praticando um esporte.

5. Ah, eu acho que, pelo menos a minha família eles gostam assim acho que é bem interessante a gente praticar o esporte.

6. Não, não.

7. Ah sim, vários benefícios e coisas que eu não fazia, conheci o pessoal aqui, aprendi a fazer né que a gente não conhecia eu aprendi com o esporte, conhecendo os

amigos aqui eu aprendi a fazer bastante coisa.

ENTREVISTADO 9

1. Era sim importante e antes eu praticava handebol antes da minha lesão.
2. Devido ser melhor na minha lesão, depois da minha lesão eu joguei basquete, só que como minha lesão afetou muito a parte superior, o rúgbi é melhor nesse sentido.
3. Ah, melhor qualidade de vida, eu percebi que eu me sentia melhor né fisicamente e por isso ter mais agilidade, esse tipo de coisa melhor qualidade de vida mesmo.
4. Ah, agora eu procuro o profissionalismo eu vi que tem chance de chegar, chegar bem alto na situação do rúgbi então o principal é o profissionalismo agora.
5. Ah acredito que a principal é a superação né por que todos acompanharam desde o começo de minha lesão que é uma lesão muito séria eles estão vendo a minha superação em tudo, por que como eu sempre fui atleta desde moleque né então eles estão vendo que eu consegui passar por cima dessa desse dessa barreira aí que foi a lesão e tô tocando minha vida pra frente.
6. Não, não a barreira fisi [pausa] assim não a única barreira que eu tive é financeira né, por causa que na minha cidade não tem nada tem que vir aqui em Campinas que é longe só isso.
7. Ah hoje eu consegui muita independência por causa do esporte, a gente faz fisioterapia, mas o esporte dá muito mais resistência, força e a principal coisa para um deficiente é a independência, então o que eu consegui no esporte foi ser mais independente possível, foi isso.

ENTREVISTADO 10

1. Sim, futebol, mas só de fim de semana mesmo com os amigo.
2. Ah! Primeiro foi porque eu conheci amigos que já praticava e eles começaram a falar que é era bom tudo pra saúde pra dar mais força tudo, foi por isso, comecei.
3. Ah, eu buscava como se diz? [pausa] pra eu conseguir fazer mais as coisas sozinho sabe? Tipo tocar a cadeira melhor pegar mais força nos braços poder tirar uma camisa sozinho essas coisas sabe que eu não fazia antes então o rúgbi ajudou bastante deu bastante força.
4. Ah continuar melhorando procuro vir, continuar melhorando mesmo a força tudo e fazer mais coisa que eu não consigo fazer hoje.
5. Ah eles acham bom, minha família e meus amigos acha bacana eu ta praticando um esporte [pausa] que achavam que eu ficava muito preso em casa então depois do esporte comecei a sair mais sozinho então eles acham bom.
6. Um pouco de física e psicológica eu, eu tipo achava que eu não conseguia vir de ônibus sozinho sabe depois eu vi que eu conseguia então foi um pouco física e psicológica também.
7. Ah sim, percebi que eu fiquei bem menos doente, primeiro qualquer resfriadinho eu ficava mal pra caramba e depois que eu comecei a praticar melhorou pra caramba a saúde.